



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Administração**

Fabiano Santana dos Santos

MOMENTOS DE *EMPOWERMENT*:

Estratégias de pequenos produtores cooperados vinculados à
agricultura familiar no Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 2010

Fabiano Santana dos Santos

MOMENTOS DE *EMPOWERMENT*:

Estratégias de pequenos produtores cooperados vinculados à
agricultura familiar no Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito necessário para conclusão do mestrado acadêmico em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Rosinha da Silva Machado Carrion

Porto Alegre, 2010

A
Deus, que está sempre comigo.
E minha família, que tanto amo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pela saúde e perseverança nessa longa e árdua jornada.

Aos meus pais que, apesar da distância, sempre me apoiaram e incentivaram, estando constantemente no meu pensamento.

Aos meus irmãos Monique e Dudu, e todos os familiares que igualmente longínquos tornam a saudade inevitável, principalmente a tia Helena, cuja desdita a impediu de continuar conosco.

A professora Rosinha Carrion, por ter compartilhado seu singular conhecimento na orientação desse estudo.

Aos professores do PPGA, em especial os Drs. Eugênio Pedrozo, Angela Garay e Marta Júlia, participantes da banca examinadora.

A todos os produtores membros da Ecocitrus que, cada um segundo as suas possibilidades, contribuíram de maneira excepcional para a concretização desse estudo.

A Graci pela dedicação, apoio e carinho nos melhores e piores momentos.

Aos meus amigos que são tantos que apesar da distância não saem do meu pensamento, em especial para os companheiros da vida acadêmica Tude, Carlão, Luciano, Denis, Renatão, Augusto e Paulinha.

A Doroteo, Judith, Liza, Sr. Áureo, Sra. Idione, Dna. Elvira e tantos outros gaúchos que me acolheram calorosamente nessa fria capital do Sul do país.

A todos os funcionários do PPGA, em especial Gabriela e Tiago, pela presteza e colaboração nos serviços administrativos.

A todos os colegas da turma de 2008 e tutores nas ricas experiências na EaD.

Futuramente, é possível que os nativos desses países se tornem mais fortes, ou os Estados da Europa mais fracos, e os habitantes de todas as diversas regiões do mundo possam chegar àquela igualdade de coragem e força, que, inspirando temor mútuo, constitui o único fator capaz de intimidar a injustiça das nações independentes e transformá-la em certa espécie de respeito pelos direitos recíprocos.

(Adam Smith – A riqueza das nações)

RESUMO

SANTOS, F. S. dos. **Momentos de *empowerment***: estratégias pequenos produtores cooperados vinculados à agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 2010. 174f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

O presente estudo buscou investigar se o modelo de cooperativismo adotado por uma cooperativa de pequenos produtores rurais ligados à citricultura orgânica tem contribuído para o *empowerment* dos seus membros, ou seja, se os atores envolvidos, de forma individual ou coletiva, têm utilizado seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para agir com responsabilidade no espaço público defendendo os seus direitos. Como a pobreza rural e as desigualdades sociais estão presentes em grande parte do território nacional, muitos produtores vêm no cooperativismo e em ferramentas como o comércio justo alternativas para a subsistência e uma forma de mediar as contradições políticas, ideológicas e psicológicas existentes nas sociedades. A organização estudada foi a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – ECOCITRUS. Localizada no município de Montenegro/RS, essa é a única cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul com o selo de certificação internacional do comércio justo (*Fair Trade*). Adotando-se o método Estudo de Caso e como principal instrumento para coleta de dados a entrevista semi-estruturada realizada com pequenos produtores rurais associados – principalmente aqueles que participaram do processo de constituição da cooperativa – o autor procurou identificar e separar os cinco momentos do *empowerment* propostos por Kieffer (1984) e vivenciados pelos fundadores da cooperativa. Dessa maneira, o estudo concluiu que a inserção desses produtores no sistema cooperativista está contribuindo para mudanças positivas nas suas vidas, proporcionando a abertura de novas oportunidades, até então não vivenciadas por tais indivíduos. Em síntese, acredita-se que tais atores foram empoderados à medida que passaram a ter acesso a um poder anteriormente limitado, alterando significativamente as suas vidas.

Palavras-Chave: Comércio Justo, Cooperativismo, Desenvolvimento, *Empowerment*.

ABSTRACT

SANTOS, F. S. dos. **Empowerment Moments:** strategies of small farmers gathered in a family agriculture cooperative in Rio Grande do Sul. 2010. 174f. Paper (Academic Master Degree in Administration) – Postgraduation Program in Administration / *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2010.

The present study aimed at investigating if the cooperativeness model adopted by a cooperative of small rural producers developing organic citrus culture has contributed for the empowerment of its members, i. e., if the involved actors, either individually or collectively, have utilized their economical, social, political and cultural resources in order to perform with responsibility in the public space by defending their rights. As the rural poverty and social inequalities are present in a great part of the national territory, many producers see, in cooperativeness and in tools like the fair trade, the alternatives for subsistence and a way of mediating the political, ideological and psychological contradictions existing in society. The studied organization was the Cooperative of Ecological Citrus Producers from Caí Valley – ECOCITRUS. Located in the municipality of Montenegro, RS, this is the sole cooperative in the state of Rio Grande do Sul awarded with the international certification of Fair Trade. By adopting the Case Study as method and, as main instrument for the data collection, the semi-structured interview carried out with associated small rural producers – mainly those who participated of the cooperative constitution process, the author searched for identifying and detaching the five empowerment moments suggested for Kieffer (1984) and experienced by the cooperative founders. As a result, this study draw the conclusion that the insertion of these producers into the cooperative system has contributed for positive changes in their lives by providing new opportunities they had not experienced as yet. To summarize, there is the belief that such actors have been empowered when they began to have access to a power which was previously limited and significantly changing their lives.

Keywords: Fairtrade, Cooperativeness, Development, Empowerment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição das cooperativas de crédito por região (2007).....	31
Figura 2 – Cooperativismo no mundo – número de associados.....	35
Figura 3 – Selo <i>Max Havelaar</i>	39
Figura 4 – Selo <i>Fairtrade</i>	44
Figura 5 – Atual sede da Ecocitrus.....	66
Figura 6 – Usina de compostagem.....	74
Figura 7 – Assembléia da Ecocitrus.....	83
Figura 8 – Assembléia da Ecocitrus.....	84
Figura 9 – Sistematização da análise do estudo.....	91
Figura 10 – Casa do Produtor Rural.....	95
Figura 11 – Primeira “sede” da Ecocitrus.....	111
Gráfico 1 – Áreas com culturas em cultivo orgânico por região (%).....	65
Gráfico 2 – Grupos e municípios participantes do PRORENDA/RS (1991-1998).....	71
Gráfico 3 – Famílias beneficiadas pelo PRORENDA/RS (1991-1998).....	72
Gráfico 4 – Faixa etária dos produtores entrevistados.....	77
Gráfico 5 – Período de filiação dos produtores entrevistados.....	78
Gráfico 6 – Adesão de associados à Ecocitrus (1998-2009).....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Previsão de licenças do selo Fairtrade no Brasil – 2009 a 2011.....	47
Tabela 2 – Produtos e produtores certificados pela FLO no Brasil.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECITRUS	Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CEASA	Centro de Abastecimento de Alimentos
ECOCITRUS	Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí
EFTA	<i>European Fair Trade Association</i> (Associação Européia de Comércio Justo)
EMATER	Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> (Organização nas Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FINE	Reunião das siglas FLO, IFAT, NEWS e EFTA
FLO	<i>Fair Trade Labeling Organization</i> (Organização Certificadora de Comércio Justo)
FLO-Cert	Órgão responsável pela certificação FLO
GTZ	<i>Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit</i> (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica)
HARMONICITRUS	Associação de Citricultores de Harmonia
IFAT	<i>International Federation for Alternative Trade</i> (Federação Internacional de Comércio Alternativo)
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
NEWS	<i>Network of Europeans World Shops</i> (Rede Européia de Lojas Mundiais)
ONG	Organização Não-Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PRORENDA	Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS DO ESTUDO	16
1.1.1	Objetivo Geral	17
1.1.2	Objetivos Específicos	17
1.2	ESTRUTURA DO ESTUDO	17
2	O COOPERATIVISMO	19
2.1	BREVE HISTÓRICO	19
2.2	ORIGEM DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	21
2.3	ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI)	23
2.4	ESTABELECIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	26
2.5	TIPOS DE COOPERATIVAS	29
2.6	ORIGEM DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO BRASIL	32
2.7	O COOPERATIVISMO HOJE	33
3	O COMÉRCIO JUSTO	36
3.1	PRINCÍPIOS DO COMÉRCIO JUSTO	41
3.2	CRITÉRIOS E PASSOS PARA CERTIFICAÇÃO	43
3.3	COMÉRCIO JUSTO NO BRASIL	45
4	O <i>EMPOWERMENT</i>	49
4.1	ORIGENS E CONCEITO	49
4.2	CONDIÇÕES PARA O <i>EMPOWERMENT</i>	52
4.3	OS CINCO MOMENTOS DE <i>EMPOWERMENT</i> DE KIEFFER	55
4.4	AS DIMENSÕES DO <i>EMPOWERMENT</i>	60
5	PERCURSO METODOLÓGICO	63
5.1	TIPO DE ESTUDO	63
5.2	CAMPO DE PESQUISA	64
5.2.1	A agricultura familiar no Rio Grande do Sul	64
5.2.2	A Cooperativa Ecocitrus	68
5.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA	77
5.4	INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS	80
5.5	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	85
5.6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	86

6	TRAJETÓRIAS DE <i>EMPOWERMENT</i> NA FORMAÇÃO DA ECOCITRUS	89
6.1	CONTEXTO DOS PRODUTORES	89
6.2	PRIMEIRO MOMENTO: O CONTEXTO	91
6.3	SEGUNDO MOMENTO: A MOTIVAÇÃO	96
6.4	TERCEIRO MOMENTO: O ENGAJAMENTO	102
6.5	QUARTO MOMENTO: A INTEGRAÇÃO	110
6.6	QUINTO MOMENTO: A CONSCIENTIZAÇÃO	123
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	150
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	151
	APÊNDICE C – Termo de Solicitação de Responsabilidade de Coleta de dados	152
	ANEXO 1 – ESTATUTO SOCIAL DA ECOCITRUS	153
	ANEXO 2 – “Ecocitrus transforma resíduo industrial em composto”	171
	ANEXO 3 – “Região representada na Alemanha para venda de produtos orgânicos”	172
	ANEXO 4 – “Parceria com empresas locais para a concentração de suco”	173
	ANEXO 5 – “Certificações garantem a qualidade do produto da cooperativa”	174

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos séculos a humanidade tem observado diversas tentativas de criar uma economia pautada na reciprocidade e solidariedade, agindo em contraponto à economia de mercado. Abordagens econômicas como o cooperativismo, associativismo, o comércio justo, o crédito solidário e as redes de trocas solidárias foram surgindo e se desenvolvendo na economia capitalista sem a pretensão de pôr fim a esse modelo, mas criando novas maneiras de se relacionar com ele (SABOURIN, 2006).

O cooperativismo é um movimento social que resultou das consequências do liberalismo econômico do século XIX, tendo como objetivo inicial proporcionar formas alternativas de melhoria na vida da classe trabalhadora (COSTA, 2007a). Segundo Sabourin (2006), a cooperativa, dentre outras funções sociais, serve como mediadora entre as contradições políticas, ideológicas e psicológicas existentes nas sociedades. Essas mediações fazem com que haja uma complementaridade da necessidade da manutenção de atividades de baixo custo, de limitada produtividade e a modernização proporcionada pelo capitalismo (SABOURIN, 2006). Ou seja, o que esse sistema almeja é que a capacidade de produção e consumo da comunidade continue a existir mesmo diante de uma economia que se moderniza.

O cooperativismo no mundo cresce de forma constante e é bastante utilizado por diversas culturas como uma das principais ferramentas no combate às contradições geradas pela economia de mercado. Nos Estados Unidos, 60% da população participa de algum tipo de cooperativa, reunindo mais de 150 milhões de pessoas; no Canadá são mais de 12 milhões de pessoas que contribuem direta ou indiretamente com o cooperativismo; na Alemanha esse número chega a 20 milhões de pessoas, sendo 80% formado por agricultores e 75% por comerciantes (MEINEM; DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

No Brasil, as cooperativas ainda têm uma participação limitada na economia, representando pouco mais de 6% do produto interno bruto (PIB) (SABOURIN, 2006; NASSIF, 2008). Porém, os dados apresentados nos últimos anos geram expectativas para um futuro promissor. Em 2007, o cooperativismo estava presente em 1.751 municípios brasileiros, o número de cooperados aumentou 107% em pouco mais de dez anos e o setor foi responsável por US\$ 3,3 bilhões de exportações nesse ano (NASSIF, 2008). Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), hoje existem mais de 8 mil associações desse tipo no país e o Rio Grande do Sul representa pouco mais de 10% desse total, destacando-se como um dos estados com o maior índice de associados (OCB, 2009).

Assim, esse modelo de organização, como ocorre em grande parte do território nacional, é o responsável pela principal fonte de subsistência de muitas famílias no Rio Grande do Sul. É nesse Estado também que o cooperativismo mais se desenvolve, mesmo esse desenvolvimento não ocorrendo de forma homogênea ao longo do tempo (EW, 2001). A agricultura familiar ligada ao sistema cooperativista tem demonstrado um forte potencial econômico nessa região. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003 essa modalidade agrícola que envolve pequenos e médios produtores representava 27% do PIB do estado e cresceu mais que a agricultura patronal. Com uma participação ativa nesse setor, o agronegócio familiar gaúcho cresce mais que o dobro da média nacional (NEAD, 2005).

Um crescimento tão acentuado confirmado por tais dados e outras fontes oficiais poderia levar à conclusão que as famílias que estão inseridas nessa produção desfrutam de bons padrões de vida, tanto econômicos quanto sociais. Porém, a pobreza rural, assim como nas demais regiões do país, também afeta os produtores do Sul do Brasil. É mister salientar que tal pobreza não necessariamente está relacionada ao uso inadequado dos fatores de produção. O alto custo financeiro dos recursos tecnológicos e a concorrência com os grandes produtores fazem com que os pequenos produtores sejam “[...] alijados pela própria dinâmica produtiva do setor dominante” (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001, p. 5). Além disso, nem só de elogios vive o sistema cooperativista. As principais críticas estão relacionadas aos reais interesses dos membros ao ingressar na organização, segundo Szell (1992, p. 191-192) “muito mais por razões instrumentais do que idealistas”, onde uma pequena parcela formada principalmente por membros da diretoria tem uma participação mais efetiva enquanto os demais membros apenas atuam como “espectadores”. Dessa forma, alguns estudiosos acreditam que esse sistema não se diferencia muito de outras formas de empresa.

Como forma de ter acesso a mercados antes monopolizados pela comercialização convencional, muitas cooperativas têm buscado certificadoras internacionais para avaliar os seus produtos. Foi o caso da Ecocitrus ao solicitar a certificação do comércio justo. Trata-se de uma parceria comercial que visa garantir ao pequeno produtor uma melhor participação no valor comercializado das suas mercadorias e proporcionar melhores condições sociais para ele e sua família, vem sendo adotado por muitos países como alternativa à diminuição das desigualdades. No Brasil, apesar da sua incipiência e da carência de informações, o comércio justo aos poucos vem despertando o interesse de cooperativas e grupos de pequenos produtores organizados.

Cooperativas que adotam, mesmo que informalmente, os princípios do comércio justo

têm feito isso com variados objetivos. A abertura para as exportações apresenta-se como uma das oportunidades de ampliação da produção e aumento nos ganhos com as vendas. Os produtos gerados cumprindo os critérios do comércio justo não causam qualquer tipo de dano ao meio-ambiente, contribuindo para um desenvolvimento de forma sustentável. Os produtores cooperados recebem um valor “justo¹” pelo que produziram, não se tornando reféns das oscilações de preços no mercado. Enfim, a literatura sobre o assunto descreve diversos benefícios por trás da adoção desse tipo de comércio e diferentes interesses que mobilizam as cooperativas a trabalharem com ele.

Adotar o comércio justo como princípio para as atividades ligadas à agricultura familiar pode proporcionar ao pequeno agricultor, cuja limitação financeira impede a ampliação da produção, recursos necessários para o suprimento das suas necessidades. Além disso, acredita-se também que, ao fazer parte de uma cooperativa certificada, ele poderá ter acesso a um poder anteriormente limitado. Tal acréscimo de poder pode ocorrer através de recursos (ambientais, econômicos, político-institucionais, culturais, humanos) que passam a estar disponíveis a partir do momento em que há uma articulação entre ele e a organização que está inserido.

Segundo Vasconcelos (2003), o aumento de poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais discriminados tornou-se um importante mecanismo de inserção para as classes historicamente submetidas a relações de opressão, discriminação e dominação social. Também estão inseridas nessa categoria pessoas portadoras das mais variadas deficiências, minorias segregadas por diversidades culturais e grupos sociais que sofrem opressão de diferentes formas (mulheres, minorias étnicas, classes sociais dominadas). Com isso, torna-se importante identificar esses elementos em experiências concretas, o que foi feito através de propostas do referencial teórico, classificando por intermédio dos cinco momentos do *empowerment* propostos por Kieffer (1984) como se deu a promoção dos direitos de cidadania dos fundadores de uma cooperativa de citricultores. Assim, como resultado desse processo, pretende-se verificar também como o ator social² ligado a agricultura familiar, seja ele individual ou coletivo, tem utilizado seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para agir ou não com responsabilidade no espaço público defendendo os seus direitos e da sua comunidade.

A escolha do tema pelo autor justifica-se face seu interesse em ferramentas utilizadas

¹ Trata-se de um valor antecipadamente acordado entre as partes baseado no diálogo e na participação. Ele deve cobrir os custos de uma produção ecologicamente segura e basear-se no pagamento igual à homens e mulheres.

² Neste texto, será empregada esta expressão para designar o pequeno produtor rural, atuando de forma individual ou coletiva.

para a promoção do desenvolvimento e da igualdade social, uma vez que, ao investigar projetos sociais, o mesmo pôde envolver-se diretamente com camadas socialmente excluídas que lutavam por melhorias na sua qualidade de vida. Esse contato foi vivenciado de forma mais intensa nos períodos em que participou no desenvolvimento de ações sociais na Federação Nacional dos Estudantes de Administração, na diretoria de uma Organização Não-Governamental (ONG) e em uma associação sem fins lucrativos, as duas últimas localizadas na cidade de Salvador – a capital com maior desigualdade de renda do país (PNUD, 2006).

Experiências como a coordenação no ano de 2006 do Programa Diversidade na Universidade, promovido pelo Ministério da Educação (MEC), forneceram ao acadêmico uma boa visão dos mecanismos de promoção de igualdade social que podem ser adotados nas mais diversas regiões do país. O Programa de abrangência nacional, criado em 2002, tem como objetivo melhorar as condições de aprendizagem e aumentar as oportunidades de ingresso e permanência na universidade de pessoas socialmente excluídas, principalmente afrodescendentes e indígenas.

Além da justificativa pessoal, acredita-se que faz-se necessário estudos mais aprofundados sobre essa temática na tentativa de contribuir com a construção do conhecimento acerca dos problemas existentes no meio rural dos países do Sul e, conseqüentemente, na criação de soluções palpáveis para a resolução desses dificultadores.

Os resultados obtidos com esta pesquisa poderão significar uma maior difusão no país de práticas que contribuam para a promoção da igualdade e do desenvolvimento social. Além disso, investigar o processo de *empowerment* de pequenos produtores rurais inseridos no sistema cooperativista poderá se tornar um forte incentivo na ampliação dos princípios de justiça e igualdade no meio rural.

Dessa forma, esse estudo pretende responder ao seguinte questionamento central: **como ocorreu a constituição de uma cooperativa de pequenos produtores rurais e se as transformações ocorridas contribuíram para o *empowerment* desses trabalhadores?**

1.1 OBJETIVOS DO ESTUDO

Com o intuito de melhor compreender as propostas do presente estudo, os objetivos são descritos em Geral e Específicos, conforme apresentados detalhadamente a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem por objetivo investigar as transformações ocorridas nas vidas de pequenos produtores rurais ligados a citricultura orgânica no processo de constituição de uma cooperativa baseada nos princípios do comércio justo, verificando se houve o *empowerment* dos mesmos de acordo com as etapas propostas por Kieffer (1984).

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Identificar e analisar os cinco momentos do *empowerment* propostos por Kieffer (1984) vivenciados pelos fundadores e outros membros da cooperativa;
2. Verificar qual o contexto de inserção dos agricultores que criaram a cooperativa e sua influência nesse processo;
3. Identificar dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais na constituição dessa organização inovadora;
4. Investigar se os produtores estão conscientes do seu papel como agentes mobilizadores no contexto que estão inseridos.

1.2 ESTRUTURA DO ESTUDO

Para elucidar o questionamento lançado e alcançar os objetivos propostos, este estudo está estruturado em sete capítulos. A construção da problemática inicia-se com essa introdução, que tem a finalidade de situar o leitor a respeito do contexto que envolve a pesquisa, bem como o problema, os objetivos, as motivações que levaram o pesquisador a desenvolvê-la e a sua relevância. O segundo capítulo enfoca o sistema cooperativista, apresentando um breve histórico do movimento, seus preceitos, principais organizações, tipologias e o cooperativismo agrícola no Brasil. O terceiro capítulo objetiva apresentar os principais conceitos acerca do comércio justo, seus princípios e os critérios e passos que a cooperativa Ecocitrus teve que enfrentar para obter a certificação. Esse capítulo mostra ainda

a conjuntura dessa modalidade de comercialização no Brasil e a sua importância para os pequenos produtores rurais. O capítulo quatro apresenta alguns elementos necessários à compreensão do processo de *empowerment*, salientando alguns “conceitos-chave” elaborados por diferentes autores, bem como sua tipologia e considerações sobre cada uma das etapas verificadas nesse processo. O capítulo seguinte apresenta o método adotado no estudo e os principais procedimentos empregados, desde o delineamento da pesquisa até o tratamento dos dados. O sexto capítulo trata das análises das trajetórias do *empowerment* dos sócios-fundadores da cooperativa no processo de constituição dessa organização. Para isso, o capítulo é dividido em cinco tópicos que representam os cinco momentos do *empowerment* descritos por Kieffer (1984). Por fim, o sétimo e último capítulo corresponde às considerações finais do estudo. Nesse momento, retoma-se a pergunta problema, dando destaque às diversas constatações que puderam ser inferidas por meio da pesquisa realizada. Apresentam-se também as limitações da pesquisa e os resultados obtidos.

2 O COOPERATIVISMO

Com o objetivo de explorar brevemente os conceitos englobados no sistema cooperativista apresentar-se-á a seguir uma descrição do contexto histórico que contribuiu para o surgimento desse movimento na Europa, seguido de uma explanação acerca das principais entidades responsáveis por sua difusão em todo o mundo. Ainda expõem-se a origem dos principais modelos adotados na atualidade, bem como uma descrição de cada um deles e a tipologia de cooperativas existentes. Finalmente, a origem do cooperativismo agrícola no Brasil é apresentada como elementos para compreensão dessa prática surgiu e se desenvolveu no país.

2.1 BREVE HISTÓRICO

O trabalho nem sempre teve o grau de importância que é atribuído na sociedade nos dias de hoje. Para que ele assumisse a forma tal qual conhecemos atualmente foram observadas diversas transformações na sua estrutura, deixando de ser algo desprezado para assumir uma centralidade na vida das pessoas (OFFE, 1989). Esse processo de transformação não ocorreu em um curto espaço de tempo. Progressivamente, a partir do século XVIII, ocorre uma substituição do trabalho manual pelo trabalho realizado por máquinas, tornando obsoleto o sistema de produção artesanal realizado em pequenas propriedades familiares e fazendo aumentar significativamente a população nos centros urbanos. Tal mudança de ambiente segmenta a sociedade em duas classes: os capitalistas-proprietários dos meios de produção e o proletariado que vende sua força de trabalho. Para essa segunda categoria as condições de trabalho à época eram cercadas de exploração e opressão uma vez que as riquezas eram concentradas nas mãos de uma pequena fração da população enquanto a grande maioria era obrigada a viver em condições degradantes para continuar trabalhando e tendo o mínimo para sua subsistência (SCHNEIDER, 1999).

É nesse cenário que começam a surgir os primeiros movimentos de oposição a exploração sofrida pelos trabalhadores na Europa. Apesar da existência e atuação de movimentos mais combativos, um outro grupo aparece nesse contexto optando por reunir os operários em movimentos organizados que visam superar a lógica capitalista através da

mobilização para a produção alternativa, onde eles seriam donos dos próprios meios de produção. De acordo com Schneider (1999), as primeiras experiências cooperativas surgem na Inglaterra e Alemanha nesse período tendo como foco inicial as organizações de consumo e crédito. Garcia, Via e Xirinacs (2006) acreditam que o cooperativismo nasce paralelamente a outros movimentos, como o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo. Para esses autores, a evidência de tal vinculação é observada durante o Primeiro Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores, realizado em Genebra, em 1866. Nessa ocasião é adotada a seguinte resolução:

Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade atual, fundada sob o antagonismo de classes. Seu grande mérito é mostrar que o sistema atual de subordinação do trabalho ao capital, despótico e pauperizador, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres (MON, 1998 *apud* GARCIA, VIA e XIRINACS, 2006, p. 108)³.

Etgeto *et. al.* (2005, p. 8-9), definem cooperativismo como uma doutrina que visa a renovação social através da cooperação, sendo cooperação “uma ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo”. Pinho (1982) contribui com tal afirmação ao informar que os grupos sociais são originados quando há uma cooperação organizada e que as cooperativas fazem parte desses grupos pois representam aqueles que se unem, principalmente, com objetivos financeiros e educativos.

A cidade inglesa de Rochdale foi uma das regiões que mais sofreu com a crise de fome e desemprego que assolou a Europa no século XIX. Nesse período a cidade que era responsável por uma significativa produção de algodão e lã foi palco de diversos movimentos grevistas que não resultavam em melhorias para os trabalhadores. Foi durante uma dessas greves que surgiu uma das primeiras cooperativas que se tem notícia⁴, a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, em 24 de outubro de 1844. Sendo uma cooperativa de consumo, a organização tinha objetivos bem pontuais visando a ajuda mútua e o combate ao desemprego (PINHO, 1974).

A sociedade tem por fim realizar um benefício pecuniário e melhorar a condição doméstica e social de seus membros, reunindo um capital dividido em ações de uma libra e suficiente à prática do seguinte plano:

1. Abrir um armazém para venda de gêneros alimentícios, roupas, etc.
2. Comprar ou construir casas para os sócios que desejarem ajudar-se mutuamente para melhorar as condições de suas vidas doméstica e social;

³ MON, Álvarez de. *La participación em el trabajo*. Lumen, Argentina, 1995, p. 74.

⁴ A cooperativa pioneira de Rochdale é considerada uma das primeiras organizações de trabalhadores nesse sistema devido a sua importância e amplitude, porém há relatos da existência de cooperativas a partir de 1769, criadas para a venda de mercadorias (SCHNEIDER, 1999).

3. Empreender a fabricação dos artigos que a sociedade julgar conveniente produzir, para dar trabalho a seus membros que estiverem desempregados ou que venham a sofrer contínua redução nos salários.
4. Comprar ou alugar terras que serão cultivadas por seus membros que não tiverem trabalho ou por aqueles que cujos salários sejam insuficientes.
5. Logo que for possível a sociedade procederá a organização em seu seio e com recursos próprios, ou, em outros termos, ela se constituirá em colônia autônoma), onde todos os interesses serão solidarizados e ela auxiliará às outras sociedades que queiram fundar colônias semelhantes.
6. Com o fim de propagar a temperança, a sociedade abrirá em um dos seus locais um estabelecimento de temperança (LAMBERT, 1970, p. 327).

Assim, o objetivo não era a formação de cooperativas com um fim em si mesmas, mas como forma de captação de recursos para outras finalidades. Com a eliminação dos intermediários os recursos que antes eram destinados para tais passam a fazer parte de um fundo coletivo e indivisível utilizado para o financiamento de atividades em prol da coletividade. Com a aquisição de pequenas indústrias a cooperativa objetivava dar emprego aos seus filiados e contribuir para a aquisição de moradias dignas, entretanto essa relação de emprego não deveria ocorrer de maneira assalariada, cabendo ao trabalhador se tornar associado após um ano de estágio probatório. Os pioneiros da Rochdale planejavam estender essa proposta para as outras duas indústrias adquiridas em 1854, contudo a maioria dos sócios – que já ultrapassava o número de 900 – foi contrária a idéia e isso gerou insatisfação por parte dos precursores, pois acreditavam que muitos dos atuais membros não apresentavam uma identidade genuína com os princípios cooperativistas (SCHNEIDER, 1999). O rápido crescimento no quantitativo de membros estava associado à busca por meios de subsistência por parte dos trabalhadores excluídos da indústria capitalista e que viam no modelo cooperativista uma alternativa para o desemprego. Dessa forma, o retorno financeiro era colocado em primeiro lugar por muitos e a concepção de distribuição e coletividade já demonstrava claros sinais de desgaste. Fazia-se então necessária a criação de normas a fim de tornar a organização cooperativa “justa, igualitária, sincera, contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços aos seus membros” (SCHNEIDER, 1999, p. 48).

2.2 ORIGEM DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Com o sucesso da iniciativa da Rochdale e sua rápida expansão pela Inglaterra, em pouco tempo o seu modelo estava sendo aplicado em diversos países da Europa e o número de

sócios ultrapassava dezenas de milhares de pessoas. De acordo com William King, um dos fundadores da Rochdale, não há como existir democracia sem equidade, liberdade e fraternidade, sendo os três interdependentes. Porém, por tratar-se de algo de caráter pessoal, a fraternidade não poderia ser imposta através de regras ou estatutos, ela deveria ser promovida e encorajada (SCHNEIDER, 1999). Foi com esse pensamento que se deu início ao estatuto e aos princípios que iriam reger não somente a cooperativa, mas tornar-se-ia modelo para todas as outras organizações criadas segundo os princípios cooperativistas e, futuramente, seria adotado como critério de admissão para ingressar na Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Cabe lembrar que tais princípios não foram totalmente inovadores, resultando de adaptações retiradas de outras organizações cooperativas mais antigas, a exemplo da cooperativa de consumo de Lennoxtown que adotava o princípio da distribuição das sobras desde 1826. Contudo, assim como a Rochdale baseou seus princípios em propostas já existentes, as organizações que vieram depois dela realizaram diversas adaptações sob os mesmos adequando-os às realidades sociais e econômicas de cada tempo e cultura. O objetivo era direcionar as organizações para a adoção de valores fundamentais de cooperação, sugerindo um caminho correto a seguir e não cercá-las de regras rígidas ou imposições legais. Desse modo, a flexibilidade passou a ser encarada como fundamental na legitimação de cooperativas espalhadas pela África, Ásia e América Latina, onde o contexto socioeconômico era distinto da região onde foram estabelecidos os princípios originais (SCHNEIDER, 1999).

Os princípios inicialmente sugeridos pela Rochdale muitas vezes não eram plenamente executados pelas cooperativas que existiam na época devido às limitações ainda existentes na sua estrutura organizacional. No entanto, mais uma vez levando-se em consideração a flexibilidade e o espírito de cooperação, os esforços de tais organizações em tentar seguir as orientações propostas eram levados em conta e as mesmas recebiam o apoio necessário para continuar no sistema. O único aspecto que descaracterizava e impedia que uma cooperativa fosse considerada como tal era a contradição clara e flagrante entre o discurso e a prática adotada pela organização. Assim, cooperativas que tinham como objetivo exclusivo o acúmulo de capital, o enriquecimento dos seus membros ou a intervenção irrestrita do Estado eram consideradas sem autenticidade, não cabendo o reconhecimento pela ACI.

Inicialmente foram seis as normas ou princípios estabelecidos pelos pioneiros da Rochdale: democracia, livre adesão, liberdade para sair da cooperativa, compras e vendas à vista, juro limitado do capital e retorno das sobras. É importante salientar que esses preceitos

englobavam algumas normas obrigatórias, umas apenas recomendadas e outras controvertidas ou supérfluas (PINHO, 2001), a saber:

1. Obrigatórias: livre adesão, controle democrático, retorno *pro rata* das operações;
2. Recomendadas ou não obrigatórias: transações à vista, educação dos membros e neutralidade política e religiosa;
3. Controvertidas: transações apenas com os membros, comércio verdadeiro, espírito de serviço, cooperação entre cooperativas.

Há, entretanto, de se notar uma contradição no princípio da livre adesão, uma vez que ainda em 1845 limitava-se o número de sócios em 250 participantes. Tal inconsistência foi corrigida posteriormente através de emendas estatutárias, bem como diversas outras adaptações realizadas ao longo do tempo. Apesar de alguns dos princípios sugeridos pela Rochdale serem o resultado de normas já aplicadas por outras organizações há décadas, muitas cooperativas optaram por não os adotarem entendendo que os mesmos representavam uma norma técnica e não princípios propriamente ditos (SCHNEIDER, 1999). Posturas como essa foram sendo modificadas com o tempo à medida que organizações, como a ACI, passaram a assumir formalmente o legado da Rochdale.

2.3 ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI)

Visando inicialmente constituir uma República Cooperativa através de cooperativas de consumo, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é criada em 1895 por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães. Seus fundadores buscavam constituir uma entidade que estimulasse o intercâmbio entre as cooperativas de diversas partes do mundo, servindo de auxílio educativo e técnico e, futuramente, viesse a se tornar uma cooperativa central internacional de consumo (IDE, 2005; SCHNEIDER, 1999).

A criação da Aliança Cooperativa Internacional foi orientada, basicamente, por razões ao mesmo tempo idealistas e pragmáticas: *idealistas*, para que a ACI fosse a guardiã dos valores cooperativos e do anseio de solidariedade em dimensão mundial; e *pragmáticas* para que a ACI representasse o ideal da cooperação rochdaleana em oposição aos excessos de competição capitalista (PINHO, 2001, p. 24).

A constituição da ACI se deu de maneira conturbada e demorada. As principais dificuldades na fundação da aliança estavam relacionadas às divergências ideológicas existentes entre os membros da União Cooperativa Inglesa que resultaram na saída de alguns representantes e na fundação da Aliança Internacional das Cooperativas de Produção. Baseados em um entendimento mais aprofundado acerca da importância da união de todas as cooperativas, independente do tipo, os idealizadores da aliança resolveram ampliar o leque da entidade e criar a ACI durante o primeiro Congresso Internacional Cooperativo, em 1895. Entretanto, os anos que se seguiram após a sua criação também foram marcados por choques ideológicos e dissidências. As divergentes opiniões sobre a aceitação ou não da ajuda do Estado resultou no desligamento das cooperativas agrícolas e das cooperativas de crédito da Alemanha e Áustria, predominando na ACI apenas as cooperativas de consumo. Essa situação iria perdurar até o ano de 1930⁵, quando foram propostas modificações no estatuto da ACI que, segundo os representantes das cooperativas agrícolas, tinha sua política baseada nos princípios de Rochdale e favorecia apenas às cooperativas de consumo (SCHNEIDER, 1999).

Outro ponto bastante contestado durante décadas por membros das diversas correntes inseridas na ACI era a interferência política e religiosa na administração das cooperativas. Os favoráveis a tais intervenções alegavam que cada região possuía sua especificidade e a vinculação política ou religiosa fazia-se necessária para a própria sobrevivência do movimento em tais localidades. Porém,

[...] na Itália fascista, em 1922, e na Alemanha nazista, em 1933, o importante setor do cooperativismo de consumo sofreu a interferência do Estado ou do Partido, perdendo sua liberdade e autonomia, e vários de seus dirigentes foram perseguidos ou até eliminados. As cooperativas se transformaram em meras repartições estatais de consumo e abastecimento. Esta interferência provocaria o imediato desligamento do cooperativismo de ambos os países da ACI (SCHNEIDER, 1999, p. 63)

Dessa forma, com a expansão na Europa dos governos nazi-fascistas, o Movimento Cooperativo por diversas vezes teve que intervir em assuntos políticos relacionados às cooperativas envolvidas em tais dilemas. O resultado foi uma maior insatisfação por parte dos grupos favoráveis a uma intervenção política mais presente e as cooperativas apartidárias que julgavam que tal participação teria efeitos contrários aos sete princípios defendidos em 1930.

A Segunda Guerra Mundial teve impactos significativos sob o movimento cooperativista em todo o mundo. Por mais de 30 anos os princípios permaneceram inalterados, baseando-se nas resoluções aprovadas em 1937 e, com os conflitos envolvendo

⁵ A proposta foi levantada pela delegação francesa durante a realização do 13^o Congresso da ACI em Viena e foi apoiada pelas cooperativas agrícolas, de crédito, de serviços e de produção industrial (SCHNEIDER, 1999).

toda a Europa, praticamente não houve mudanças expressivas nesse período. Contudo, com o fim da guerra, há uma nova expansão por toda a Europa e em continentes onde antes havia pouca participação do movimento. Nesse período, durante o congresso de Praga, em 1948, a ACI dá outro importante passo na institucionalização do cooperativismo e define o conceito doutrinário⁶ de cooperativa:

Será considerada como cooperativa, seja qual for sua constituição legal, toda associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mútua e que observe os princípios de Rochdale (SCHNEIDER, 1999, p. 65).

As transformações políticas e econômicas que se seguiram após esse período geraram um clima de otimismo quanto ao desenvolvimento das nações pobres, principalmente aquelas cuja economia baseava-se na produção rural. Segundo Schneider (1999), o franco desenvolvimento tecnológico e administrativo, que teve como resultado a automação da indústria, fez surgir grandes corporações e enfraqueceu a pequena empresa, sufocada pelo monopólio e pelas rígidas leis de mercado. Cabia a ACI buscar o aprimoramento das normas e princípios cooperativistas com o objetivo de tornar mais viável a criação de novas organizações capazes de vencer os desafios da concorrência cada vez mais desigual. Assim, durante o 22^o Congresso da ACI em Bournemouth, Inglaterra, em 1963, foi criada uma comissão especial para analisar as implicações dos princípios cooperativistas ao redor do mundo e os seus impactos diante das diversas culturas e transformação ocorridas nas sociedades do pós-guerra. O objetivo era criar uma correta formulação dos princípios para que os mesmos fossem adaptados à nova realidade mundial. Essa comissão também pretendia avaliar quais os princípios de Rochdale deveriam ser mantidos e quais já haviam perdido a sua essência, devendo ser substituídos. Após a aplicação de um questionário envolvendo todas as cooperativas filiadas à ACI, a comissão identificou que, apesar de nem sempre utilizarem os mesmos métodos, havia uma uniformidade de pensamentos entre todas as organizações e que elas “buscam prestação cada vez melhor de serviços e não o lucro, devendo por isso não só serem eficientes mas também promover a elevação dos valores morais e sociais” (SCHNEIDER, 1999, p. 67).

Em 1966, depois de anos de estudos realizados pela comissão especial, são introduzidas três mudanças no estatuto da ACI: o princípio da neutralidade política e religiosa é inserido no princípio da adesão voluntária e livre; eliminação da norma de compra e venda à

⁶ Esse conceito ainda passaria por algumas transformações, a mais relevante ocorrendo no ano de 1995 durante as comemorações do centenário de fundação da ACI, em Manchester, Inglaterra.

vista; e a criação do princípio da cooperação e integração intercooperativa. Esse último já estava presente no estatuto pioneiro de 1844 propondo a formação de colônias cooperativas e a ajuda mútua entre elas. Tal princípio vai além da ajuda econômica e comercial, abrangendo parcerias técnicas e educacionais. Assim, os representantes da ACI passam a incentivar de maneira mais direta os filiados em todo o mundo a tomarem a cooperação como meta e a encarar o movimento como uma grande fraternidade, onde os resultados benéficos não deveriam ser compartilhados apenas pelas organizações filiadas à ACI, mas com toda a comunidade envolvida. Cabe destacar também que o movimento não visava à complementação do currículo da escola, mas a educação para cidadania e o treinamento em relação aos princípios e métodos para a promoção do cooperativismo (SCHNEIDER, 1999; PINHO, 2001).

2.4 ESTABELECIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Com o decorrer do tempo o debate acerca da legislação e dos princípios do cooperativismo foi resultando em mais modificações nos estatutos da ACI e a última alteração de maior significância ocorreu em 1995, durante o Congresso Internacional em Manchester, Inglaterra, onde se comemorava o centenário da fundação da Aliança. Ficou conveniado que a organização cooperativa passaria a ser definida como:

“uma sociedade autônoma de pessoas que se uniram voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada” (RECH, 2000, p.22).

Além da reformulação do conceito de cooperativismo que, cabe ressaltar, não muda de forma expressiva às origens estabelecidas pelos pioneiros de Rochdale, foram votadas novas modificações nos sete princípios cooperativistas registrados outrora. Dessa forma, de 1995 até os dias atuais as cooperativas em todo o mundo são regidas pelos seguintes princípios:

1 Adesão livre e voluntária

Cooperativas são organizações de cunho voluntário que devem a qualquer tempo receber pessoas capazes de usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem qualquer tipo de discriminação, seja ela social, racial, política ou religiosa e de

gênero. Tal princípio, conhecido também como portas abertas, assegura o livre acesso ou afastamento sem nenhum tipo de coerção ou restrição (ALBUQUERQUE *et al.*, 1998). Ele está relacionado a intenção e vontade do trabalhador em se associar como cooperado, buscando contribuir para os mesmos fins da organização que está inserido. O objetivo desse princípio, assim como já era defendido pelos pioneiros de Rochdale, é evitar a discriminação e impedir que pessoas venham a se tornar associados contra a sua vontade, sendo influenciadas por interesses difusos. Além disso, as cooperativas não poderiam impedir que pessoas capazes de cumprir suas obrigações se tornassem sócias, independente da quantidade de pessoas envolvidas na organização.

2 Controle democrático pelos sócios

As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios e estes devem participar ativamente na criação de suas políticas e na tomada de decisões. Os representantes são escolhidos de maneira democrática e sem qualquer tipo de discriminação. Nas cooperativas singulares os votos têm o mesmo peso (um sócio = um voto). Qualquer membro associado tem o direito de votar e ser votado, independente do valor do capital com que tenha ingressado na cooperativa, sendo que as deliberações são tomadas por maioria de votos.

3 Participação econômica dos sócios

O capital da organização deve ser controlado de forma democrática e os sócios devem contribuir de forma equitativa. Parte desse capital é propriedade comum dos cooperados. Geralmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade.

“Este princípio é chamado também de *pró rata* e consagra que as sobras, por ventura existentes, deveriam sempre retornar aos cooperados na proporção de suas operações com a cooperativa, ficando, então, abolido o termo 'lucro' no cooperativismo, passando a apuração de resultados a ser denominada 'sobras e perdas' e adotada, contabilmente, por todas as cooperativas no mundo” (GARCIA, 2001, p. 213).

4 Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua e controladas pelos seus membros. Segundo esse princípio, todas as cooperativas devem preservar a sua autonomia e independência em relação a qualquer outra organização ao firmar qualquer tipo de acordo ou parceria, assegurando assim o controle democrático dos seus membros. Dessa forma evita-se influências externas na estrutura administrativa e reforça-se o segundo princípio, onde os

próprios membros devem ser os responsáveis pela condução da organização. Tal medida não impede a concretização de parcerias com o Estado, por exemplo, mas limita que esse acordo venha a ter um caráter político-partidário e se torne motivo para dissidências futuras.

5 Educação, treinamento e informação

As cooperativas devem proporcionar aos seus sócios, dirigentes e funcionários, educação e treinamento com o intuito de contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Conforme já observado, os pioneiros, ao incentivarem a educação dentro do sistema cooperativista, tinham por objetivo o desenvolvimento do movimento como um todo à medida que se proporciona uma maior difusão da doutrina cooperativista entre os envolvidos. Esse preceito é de extrema importância pois se torna um elo entre os demais, uma vez que todos devem, mais do que conhecer a doutrina, entender o seu objetivo para o pleno andamento democrático do movimento. É através da informação que os sócios têm a oportunidade de deixar de lado o individualismo e buscar a cooperação e ajuda mútua para o bem do coletivo.

6 Intercooperação

As cooperativas atendem de forma mais eficaz aos seus sócios e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando de maneira conjunta através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. A intercooperação pode ocorrer de forma vertical, através da colaboração de entidades superiores, como federações e confederações; e horizontal por intermédio da união por convênios, intercâmbio comercial, tecnológico, ou financeiro, entre cooperativas do mesmo ramo, ou de ramos diferentes.

7 Preocupação com a comunidade

As cooperativas trabalham pelo progresso sustentável das comunidades que estão inseridas. Isso se dá através de políticas aprovadas por seus membros de maneira democrática. Esse princípio reforça a idéia de solidariedade extra-cooperativa, onde a organização não deve ser uma estrutura fechada em si mesma, mas um mecanismo de promoção de desenvolvimento de toda uma coletividade.

2.5 TIPOS DE COOPERATIVAS

De acordo com Pinho (2001), na teoria, os tipos de cooperativas são ilimitados, já que uma cooperativa é criada com o objetivo de atender a específicas necessidades econômicas e sociais de seus membros. Dessa forma, como as necessidades humanas são muitas, deveria haver tantos tipos de cooperativa suficientes para supri-las. Entretanto, as cooperativas são classificadas em diversos tipos, levando-se em consideração alguns critérios, como as pessoas que a compõe (pessoas físicas e pessoas jurídicas), a atividade econômica que se destinarão, a forma de atividade, os fins, dentre outros (PINHO, 2001). A organização pesquisada enquadra-se no cooperativismo agrário e, por isso, será dado maior destaque a essa tipologia, porém cabe aqui apresentar, mesmo que de maneira sucinta, as principais características que envolvem as cooperativas com atuações diversas. Cruz (2002) aponta pelo menos oito tipos de cooperativas:

a) de produção agrícola

São tipos de cooperativas formadas por produtores rurais, agropastoris ou de pesca, onde as atividades podem também incluir beneficiamento, armazenamento, transporte, fornecimento de insumos e implementos, distribuição e comercialização dos seus produtos. Quando elas desviam mesmo que parcialmente o seu ramo principal de atuação passam a ser chamadas de Cooperativas mistas.

b) de produção industrial

São as cooperativas que se dedicam a produção de bens e produtos, onde os membros têm participação direta todo o processo produtivo, comercial e administrativo, fechando toda a cadeia. Cruz (2002) chama atenção para o crescimento no número de cooperativas desse tipo, sendo formadas principalmente por ex-empregados de indústrias que, impedidos de receber seus direitos trabalhistas, assumem a empresa e passam a produzir, comercializar e administrar os produtos e serviços ora realizados pelos mesmos como empregados.

c) de trabalho

São cooperativas formadas com o objetivo de capacitar e encaminhar trabalhadores, de qualquer profissão, para o mercado de trabalho através de contratos de prestação de serviços. Esse tipo de cooperativa muitas vezes é criticado por ser muito suscetível à fraude, pois seu

objetivo acaba sendo desvirtuado e corriqueiramente torna-se uma forma de burlar a legislação trabalhista, gerando subempregos e não proporcionando aos trabalhadores qualquer tipo de benefício trabalhista⁷.

d) de consumo

São aquelas dedicadas à compra por atacado de artigos de consumo, geralmente produtos alimentícios, com o objetivo de proporcionar uma ajuda mútua para os seus associados. Geralmente os produtos são adquiridos por valores inferiores aos praticados pelo mercado comum devido a eliminação da figura do intermediário.

Elas podem ser subdivididas em: Fechadas – aquelas que admitem como cooperados apenas pessoas ligadas a uma mesma empresa, sindicato ou profissão, que, por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários para o funcionamento da cooperativa; Abertas – também conhecidas como populares, são aquelas abertas ao público em geral, ou seja, também podem participar não-associados, entretanto os benefícios, normalmente, só são repassados aos associados, através da distribuição de sobras.

e) de crédito

São aquelas cooperativas que tem por objetivo a concessão de crédito e a prestação de serviços financeiros a seus associados de forma mais vantajosa, geralmente emprestando a taxas menores, remunerando aplicações a maiores taxas, cobrando menores tarifas e com menores exigências burocráticas, se comparado ao mercado financeiro tradicional. Elas são formadas com base na solidariedade financeira e destinadas a promover a poupança e a financiar as necessidades de consumo ou empreendimentos dos seus filiados. Até o ano de 2007, apenas 35,5% dos municípios brasileiros contavam com cooperativas de crédito, existindo no país 1.423 cooperativas singulares, 38 centrais e 4 confederações. No Brasil, apesar de haver uma forte tendência em se acreditar que o cooperativismo encontra maior facilidade de inserção nas regiões mais pobres, há uma maior concentração das cooperativas de crédito nas regiões Sul e Sudeste (SOARES e SOBRINHO, 2008). A Figura 1 confirma tal informação.

⁷ As “coopergatos” – como são conhecidas as cooperativas de trabalho criadas especificamente para concorrer em determinado contrato – são um bom exemplo de cooperativas de trabalho fraudulentas. Essas organizações funcionam como agenciadoras de mão-de-obra e tem como grande diferencial o baixíssimo preço cobrado pelo custo dos serviços prestados. Esse tipo de cooperativa tem representado um grande problema para muitas empresas devido a sua falta de capital de reserva para o pagamento de passivos trabalhistas, restando às empresas contratantes assumir os ônus resultantes de causas trabalhistas movidas por empregados que não receberam os valores acordados (ALVAREZ *et al.*, 2007).

Distribuição das cooperativas por região

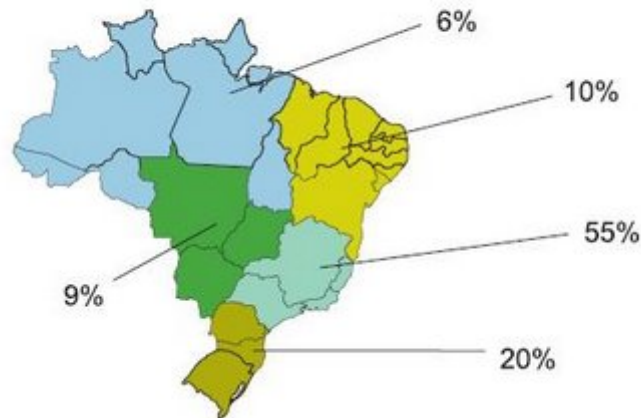


Figura 1: Distribuição das cooperativas de crédito por região (2007).
Fonte: (SOARES e SOBRINHO, 2008).

f) Educacionais

São cooperativas geralmente organizadas por professores, alunos de escolas agrícolas ou cooperativas de pais de alunos, com o objetivo de proporcionar aos associados e aos seus familiares uma educação de qualidade com custos reduzidos. Não há limitação de formação, podendo ser de qualquer grau, de caráter profissionalizante, técnico, ou quaisquer outros cursos que promovam o desenvolvimento e a pesquisa educacional.

g) de casas populares

Também conhecidas como cooperativas habitacionais, elas tem o objetivo principal de construir, manter e administrar conjuntos habitacionais para os seus associados. Geralmente são residências populares com taxas inferiores ao mercado imobiliário e com prazos de financiamento mais longos.

h) de saúde

São as cooperativas formadas por profissionais de saúde (médicos, dentistas, enfermeiros) que se dedicam à preservação e recuperação da saúde dos usuários desses serviços.

Além dessas cooperativas elencadas por Cruz (2002), ainda podem ser citadas outras com menor representatividade no universo do sistema cooperativista, como: cooperativas de infraestrutura, de mineração e de turismo.

2.6 ORIGEM DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO BRASIL

Conforme já salientado, devido a cooperativa foco deste estudo ser de origem agrícola dar-se-á uma maior ênfase a essa tipologia de organização cooperativa. Pretende-se aqui elaborar um breve retrospecto histórico do cooperativismo agrícola e apresentar a sua importância econômica e social para o país.

O cooperativismo brasileiro, baseado nos princípios rochdaleanos, teve origem com a implantação das primeiras cooperativas de consumo, em 1891, no Estado de São Paulo. A primeira cooperativa de setor primário do país só viria a ser fundada no ano seguinte no Estado do Rio Grande do Sul por influência de imigrantes alemães e italianos. A interferência estrangeira foi vital para o rápido desenvolvimento das cooperativas no Estado, que no ano de 1966 já contava com 63 organizações de crédito rural. Essas cooperativas, devido a influência européia, seguiam rigorosamente o modelo e a doutrina de Rochdale (SCHNEIDER, 1999). Para clarear esse entendimento, Pinho (2001, p. 13) resume a Doutrina Cooperativista como “uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos”.

O contexto histórico da formação de cooperativas na região Nordeste do país também é digno de nota. A partir de 1930, foram criadas cooperativas de crédito, agrícolas e de consumo com forte influência do Estado. A intervenção do Governo Revolucionário nos movimentos sociais e nos sindicatos passou a refletir-se também nas cooperativas. Esse foi um período bastante conturbado para qualquer tipo de organização coletiva que não mantinha estreitos laços com o aparelho do Estado. A partir dos anos 30, quando Getúlio Vargas assume o poder do Estado, uma série de decretos passa a regulamentar a exploração do trabalho e o Governo amplia sua intervenção no mercado de trabalho, caracterizado por um espírito tutelador. Mesmo com a Constituição de 1934 assegurando a autonomia e a pluralidade sindical, estes atuavam sob a égide de um Estado forte e centralizador. Em 1939, após o golpe de 37, um decreto-lei possibilitou o completo controle administrativo e político dos sindicatos, pois estes somente teriam poder de representação na medida em que fossem reconhecidos pelo Poder Público (COSTA, 2007b; NORONHA, 2000).

Com o governo de Juscelino Kubitschek, que adotou uma política de tornar o país autosuficiente na produção de trigo, houve um maior estímulo aos produtores rurais através de subsídios fiscais e isenções, porém tais “estímulos oficiais se liberavam sob a condição de os produtores se filiarem a cooperativas” (SCHNEIDER, 1999, p. 292). Tal estímulo dava-se

porque o Estado tinha o notório interesse em manter o monopólio da compra do trigo. Dessa forma, o apoio financeiro e técnico do governo através, sobretudo, de créditos fáceis e juros baixos fez expandir cooperativas agrícolas em toda região Sul e, a partir da década de 1980, ampliou-se também a quantidade dessas organizações na região Centro-Oeste e Nordeste, com destaque para a Bahia. Dessa forma, em pouco tempo a produção de soja se tornou o segmento mais moderno, dinâmico e forte das cooperativas naquela época. No entanto, a expansão trouxe consigo problemas para o movimento. Muitas cooperativas investiram pesadamente em infra-estrutura passando a ter algumas vezes indústrias quase duas vezes superiores a sua capacidade normal de abastecimento e, na busca por mais investimentos e mais sócios, acabaram instaurando um ambiente de competitividade e concorrência que ia de encontro ao princípio da intercooperação. A enorme quantidade de membros filiados – chegando em alguns casos a vinte mil associados – também gerou problemas internos, uma vez que muitos aderiam ao movimento por interesse estritamente financeiro (SCHNEIDER, 1999).

Todavia, os incentivos por parte do governo com o tempo foram se tornando escassos e os juros dos empréstimos contraídos elevaram-se e tornaram-se insustentáveis para muitas cooperativas. Sucessivos problemas de safras frustradas e comercializações mal-sucedidas agravaram a situação e diversas cooperativas passaram por processo de endividamento, implicando no fechamento de muitas delas. Tais acontecimentos tiveram ainda impactos no relacionamento entre cooperativa e cooperativado, pois houve uma perda de identidade e uma diminuição do compromisso por parte do segundo, não se sentindo mais parte do processo e identificando-se apenas como mero “cliente”. Coube então aos movimentos organizados desencadear um trabalho de resgate de identidade do cooperativismo no país através de trabalhos de comunicação e educação.

2.7 O COOPERATIVISMO HOJE

Em uma tentativa de resgatar a identidade cooperativa no Brasil e no mundo, foi realizado no ano 2000 o Congresso da ACI no Rio de Janeiro, denominado Rio Cooperativo/2000. Nesse evento foi enfatizada

a necessidade de articulação de uma relação harmônica entre as pessoas, a sociedade e a natureza, tendo o ser humano como o fim último do desenvolvimento. Interligou

esse ideal cooperativista a amplo programa de discussão e definição de novas estratégias do cooperativismo para o século 21, entre as quais priorizar o aprimoramento da legislação cooperativa, buscar formas atrativas de aumento do capital para as cooperativas enfrentarem a economia mundializada, reforçar a estrutura de crédito cooperativo (tão indispensável ao desenvolvimento de cooperativas), provocar a emergência de novas lideranças - sobretudo entre jovens adolescentes, moças e rapazes, e entre as mulheres, geralmente pouco presentes na representação do gênero em órgãos decisórios do sistema cooperativo (PINHO, 2001, p. 7-8).

Assim, essas propostas foram sendo difundidas nas organizações cooperativas pertencentes a ACI e assuntos anteriormente pouco debatidos, como a questão do gênero, cada vez mais passou a fazer parte da pauta dos eventos da associação. Verificavam-se nessas propostas os esforços da ACI em resgatar a tradição humanista rochdaleana. Dessa forma, a atual missão da ACI está resumida nas seguintes palavras: coerência, consistência, coordenação e qualidade (PINHO, 2001).

Segundo Pinho (2001), na atualidade as cooperativas têm sido encaradas como “uma empresa de serviço”, sem a finalidade do lucro, tendo como objetivo principal o atendimento das necessidades econômicas dos seus sócios, os responsáveis pela sua criação e organização. Essas organizações distinguem-se das empresas capitalistas pelo fato de, ao contrário dessa, as cooperativas não visam a multiplicação ou o rendimento do capital investido, mas tem na satisfação das necessidades dos usuários o seu fim (PINHO, 2001).

De acordo com dados da ACI, atualmente aproximadamente 800 milhões de pessoas são beneficiadas em todo o mundo por cooperativas vinculadas a essa organização, estando presentes em 89 países. Este número representa um grande salto se comparado aos 184 milhões que havia em 1960 (ACI, 2010; GARCIA, VIA e XIRINACS, 2006). Tal crescimento deve-se, entre outras coisas, às mudanças nas configurações das relações de trabalho e pela sua precarização nas últimas décadas.

A Figura 1 apresenta o número de associados em alguns países e comprova a grande participação das pessoas no cooperativismo em todo o mundo. Utilizando dados das Nações Unidas, Garcia, Via e Xirinacs (2006, p. 111) também apresentam informações que atestam a grandeza do sistema cooperativista hoje:

Quase 3 milhões de pessoas, isto é, a metade da população mundial, fazem parte de alguma sociedade cooperativa e trabalham nelas 100 milhões de pessoas, 20 milhões a mais que nas empresas tradicionais. Um em cada três habitantes do Canadá, Honduras, Japão, Singapura ou Noruega pertence a uma cooperativa. Na Índia existem 236 milhões de cooperativas, na China são 180 milhões [...] No Brasil, as cooperativas são responsáveis por 72% da produção de carne, 43% de soja, 39% de leite, 38% de algodão, 21% de café e 16% de milho [...] Na Noruega, as cooperativas produzem 99% do leite e as cooperativas de consumo tem 25% do mercado.

Os dados mencionados dão a entender que o cooperativismo é um sistema econômico muito poderoso, entretanto, esse poder é menor do que parece. Como a maioria das organizações cooperativas do mundo é de pequeno porte, a competição com muitas empresas tradicionais continua sendo desigual. Garcia, Via e Xirinacs (2006) também associam essa limitada participação a falta de relacionamento entre as cooperativas e ao fato de estarem situadas em setores marginalizados da economia.



Figura 2: Cooperativismo no mundo – número de associados em 2007.
Fonte: (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2008).

Mesmo não sendo o maior sistema econômico mundial, o cooperativismo vem crescendo a cada dia, tanto em participação econômica quanto em importância social. Sendo a única fonte de renda de muitos grupos marginalizados, principalmente nos países do Sul, os responsáveis por cooperativas vêm buscando novas formas de ampliar a participação dos seus membros. Devido a semelhança entre os princípios, o “comércio justo” vem cada vez mais sendo adotado dentro do sistema cooperativista. As duas ferramentas juntas têm contribuído para a ampliação na distribuição da produção e, conseqüentemente, uma maior segurança no recebimento dos ganhos. O próximo tópico, no sentido de descrever e explicitar seus propósitos, apresentará o comércio justo, analisando a sua importância quando associado ao cooperativismo.

3 O COMÉRCIO JUSTO

Para entender o surgimento de mecanismos alternativos de comercialização baseados na justiça social se faz necessário introduzir reflexões sobre o processo de desenvolvimento econômico global e os seus condicionantes.

As teorias criadas pelo economista Adam Smith e aperfeiçoadas por seus seguidores firmavam a idéia de que o crescimento e a modernização poderiam acabar com a pobreza e a miséria das nações. Para que isso ocorresse bastaria que os governos não se opusessem aos interesses individuais das pessoas. Porém, o crescimento econômico proporcionado pela Revolução Industrial no século XVIII resultou em uma forte migração para os centros urbanos, aumentando significativamente a miséria e a fome em muitas nações (SCHWARTZMAN, 2004).

Segundo Polanyi (2000), em todas as sociedades pré-mercantis as relações comerciais limitavam-se às trocas de produtos entre as famílias seguindo tradições e a reciprocidade, onde tais mercadorias eram dadas ao governante em forma de rituais ou para atividades comuns e redistribuição. As trocas econômicas eram raras, acontecendo apenas em ocasiões especiais ou para uma quantidade limitada de mercadorias (POLANYI, 2000). Com o tempo essas relações foram sendo alteradas e novas regras criadas.

A economia de mercado surge como uma mudança radical nesse cenário. As transações econômicas deixam de ser realizadas pelas instituições sociais e o mercado passa a assumir o controle, dando valor econômico ao trabalho e a terra. Polanyi (2000), ao abordar um dos motivos do avanço da economia de mercado, afirma que essa se desenvolveu com as transformações dos mercados nacionais, severamente regulados e protegidos, em mercados abertos, seguindo a mesma lógica dos mercados internacionais.

Segundo Arrighi (1997), desde os primeiros momentos do modelo capitalista de produção observa-se que uma tendência vital para o seu desenvolvimento baseava-se em uma crescente relação de troca visando a subsistência dos mercados. França Filho e Laville (2004) salientam ainda que a manutenção dos vínculos nas sociedades tradicionais chegava a ser mais importante que a produção de riquezas. A ausência de uma rede de cooperação envolvendo empresas responsáveis pela troca de insumos certamente tornaria impossível o seu desenvolvimento.

Conforme observado por Polanyi (2000), a expansão da industrialização ao redor do mundo não foi capaz de promover o desenvolvimento prometido, ou seja “[...] a eficácia da

industrialização em distribuir riqueza na economia mundial como um todo declinou com sua expansão geral até que, na média, seus retornos se tornaram negativos” (ARRIGHI, 1997, p. 255). Segundo Arrighi (1997), tal fracasso veio a se tornar um dos principais responsáveis pelas adversidades econômicas enfrentadas pela maioria dos países do hemisfério Sul.

Tecendo críticas ao sistema de comércio internacional adotado atualmente, Cotera (2003) afirma que tal modelo foi estabelecido através de relações desiguais entre os países do Norte e os países do Sul, contribuindo para o aumento mais acentuado da marginalização e da injustiça nos últimos. Políticas econômicas adotadas pelos organismos multilaterais fizeram aumentar ainda mais a instabilidade dos mercados nos países do Sul, principalmente com relação as matérias-primas (COTERA, 2003). Com o controle comercial centralizado nas multinacionais, prevalece a lógica do lucro e da especulação.

Com isso, diante de um mercado cada vez mais global e competitivo, poucas alternativas podem ser vislumbradas pelos pequenos produtores rurais localizados nos países em desenvolvimento, cuja relação de dependência econômica parece crescer de forma proporcional às dificuldades em se conseguir recursos para implementação de sua produção. O produtor torna-se refém das políticas adotadas por alguns grupos e cada vez mais suas especificidades são desconsideradas.

O que vem sendo observado, principalmente na América Latina, é a exclusão dos pequenos produtores que trabalham com a agricultura familiar, pois as regras impostas pelo mercado tornam difícil o escoamento da produção e acesso à novos mercados consumidores (BARBOSA, 1978), resultando em uma comercialização local, que, devido ao seu caráter de proximidade com o consumidor final, deveria representar um ganho a mais para os agricultores, entretanto, tal limitação de amplitude muitas vezes acaba por restringir as vendas e impedir o desenvolvimento da região.

Para mudar essa realidade e dar mais oportunidades de crescimento para os produtores dos países desfavorecidos economicamente se fazia necessária a criação de mecanismos alternativos ao modelo internacional de comércio, promovendo a valorização dos pequenos produtores. Com isso, nas décadas de 50 e 60 surgiram as primeiras iniciativas isoladas de combate às injustiças praticadas pelo comércio internacional. Nascido na Europa nesse período, o movimento de comércio justo desenvolveu-se e tinha como principais incentivadores ONGs, agências de cooperação e instituições filantrópicas, onde a intenção era ajudar os produtores a vencer as dificuldades criando condições favoráveis para o seu desenvolvimento (GRÜNINGER e URIARTE, 2002). A dependência do pequeno produtor às flutuações dos mercados internacionais, a apropriação de boa parte do valor da produção por

parte de intermediários – muitas vezes desnecessários – e a falta de oportunidades econômicas por dificuldades de acesso ao capital foram as principais razões que motivaram a formação de grupos dispostos a mudar essa situação (FRETEL e SIMONCELLI-BOURQUE, 2003).

Ainda nos anos 60, grupos organizados que trabalhavam em parceria com comunidades nos países conhecidos até então por “terceiro mundo” identificaram que um dos fatores primordiais para o alcance do desenvolvimento seria o apoio na criação de condições dignas para que eles viessem a se tornar auto-suficientes. Outro fator necessário era o fortalecimento das organizações de produtores das comunidades. Esses dois elementos se tornam a base do comércio justo – criação de condições para que o pequeno produtor possa receber um “preço justo” pela sua produção e assim viver de forma digna (FERREIRA, 2003).

Aos poucos o movimento passou a fortalecer-se e na década de 70 alguns grupos se uniram e uniformizaram conceitos e práticas afim de tornar o movimento mais organizado, porém, os encontros ainda eram esporádicos e a estrutura informal. As primeiras iniciativas formais ligadas ao comércio justo foram surgir apenas na Europa na segunda metade da década de 80 e deram um impulso na difusão da iniciativa (GRÜNINGER e URIARTE, 2002).

A *International Federation for Alternative Trade* (IFAT) é a maior entidade de *Fair Trade* e engloba mais de 150 organizações, envolvendo todos os atores responsáveis pela comercialização da produção (importadores, produtores, varejistas, divulgadores), desde o início até o final do processo produtivo. A primeira certificadora surgiu ainda nessa década, em 1988, na Holanda – a *Max Havelaar* (GRÜNINGER e URIARTE, 2002). O selo *Max Havelaar* (Figura 3) surgiu da necessidade dos pequenos produtores da café do México de distribuírem a sua produção entre os mais diversos canais. Ele garantia ao consumidor final que o café certificado era proveniente de plantações que seguiam os critérios do comércio justo e o valor pago por ele era destinado à subsistência das 25 milhões de famílias que vivem da sua produção no país (FERREIRA, 2003).



Figura 3: Selo *Max Havelaar*
Fonte: (FLO, 2009a)

O sucesso do selo *Max Havelaar* fez surgir outros certificadores na Europa. Selos com nomes diferentes, mas com os mesmos objetivos, foram criados na Bélgica, na Suíça, na Alemanha e na Inglaterra. Isso fez com que particularidades de cada país fossem adotadas e, como resultado, as certificadoras foram divididas – *Max Havelaar* (Holanda, Bélgica, França e Suíça), *Fairtrade* (Inglaterra e Irlanda) e *Transfair* (Alemanha, Itália e outros países da Europa). A divisão não ajudou a solucionar os problemas políticos e acordos tiveram que ser feitos a fim de organizar as certificações. Com isso, foi consenso a decisão de que houvesse apenas um sistema de certificação em cada país (FERREIRA, 2003).

Após dez anos de colaboração informal, é criada em 1990 a *European Fair Trade Association* (EFTA) com o objetivo de estimular a cooperação entre seus membros, aplicar políticas e estratégias comuns, lutar pela adoção dos princípios do comércio justo na Europa e estimular o apoio conjunto entre os produtores (ANUARIO DEL COMERCIO JUSTO, 2000). Essa associação reúne 12 grandes importadores na Europa e também é responsável pela “[...] troca de informações e a comunicação em rede entre seus membros” (FRETEL e SIMONCELLI-BOURQUE, 2003, p. 35).

Em 1994 outras duas entidades são criadas para facilitar a visibilidade da marca no mundo, a *North American Alternative Trade Organization* – que mais tarde passou a se chamar *Fair Trade Federation* –, nos Estados Unidos, e a rede de lojas NEWS (*Network of Europeans World Shops*). Essa última reúne mais de 3.000 lojas de comércio justo em toda a Europa, 45.000 pontos de venda e, juntamente com outras redes de lojas, somam mais de 50 mil voluntários (OLIVEIRA e MELO, 2003; ANUARIO DEL COMERCIO JUSTO, 2000).

Com o objetivo de centralizar as certificações, foi criada em 1997 a *Fair Trade Labeling Organization* (FLO), com sede na Alemanha (PEREZ, 2003). A FLO é uma associação sem fins lucrativos que engloba 23 organizações (iniciativas de selos de comércio justo e redes de produtores), bem como comerciantes e exportadores. Sua função é

desenvolver e revisar os critérios de comércio justo e auxiliar os produtores certificados no fechamento de negócios e na negociação com novos mercados consumidores (FLO, 2009a). Juntamente com as outras três confederações internacionais do comércio justo (IFAT, NEWS e EFTA) ela encontra-se reunida em uma única rede informal chamada FINE (sigla que reúne as iniciais das quatro instituições), cujo objetivo é otimizar e harmonizar o trabalho de todas. Elas estão presentes em 14 países da Europa e nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão (FERREIRA, 2003).

Segundo dados divulgados pela FLO no exercício de 2006, o sistema *Fair Trade* beneficia 1,5 milhão de trabalhadores e agricultores em 58 países da África, Ásia e América Latina (FLO, 2009b). Apesar do número expressivo de pessoas, este ainda representa uma pequena porcentagem do total de pequenos produtores no mundo. Também deve-se chamar atenção para o fato de que em média apenas 20% das mercadorias vendidas por esses produtores são realizadas através do comércio justo e a maioria continua não podendo ser comercializada através da FLO (FERREIRA, 2003).

A meta da FLO é fazer com que as vendas dos produtos do comércio justo dobrem e que novas organizações se beneficiem do sistema. Porém, por falta de mercado, a entidade é obrigada a negar 90% dos pedidos de ingresso de novas organizações ao sistema (FACES DO BRASIL, 2009). A limitação de produtos certificados é outro entrave à expansão do sistema no mundo. Até o ano de 2009 apenas 14 categorias de produtos (banana, cacau, café, algodão, flores, frutas frescas, mel, sucos, arroz, especiarias e ervas, bolas de esporte, açúcar, chá e vinho) possuíam a certificação, deixando de fora regiões cujas condições climáticas ou de solo não permitem o cultivo dessa produção (FLO, 2009a). O objetivo da FLO é chegar às 30 categorias de produtos e assim beneficiar mais produtores em todas as regiões do planeta (FERREIRA, 2003).

Após diversos debates e divergentes posicionamentos, atualmente o conceito de comércio justo é aceito de acordo com a definição estabelecida pela FINE, juntamente com as principais entidades internacionais participantes da Conferência anual da IFAT⁸, em 2001, a saber:

O Comércio Justo é uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior igualdade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável ao oferecer melhores condições comerciais e assegurar os direitos de produtores e trabalhadores marginalizados – especialmente no Hemisfério Sul (IFAT, 2001).

⁸ Evento realizado anualmente pela IFAT. O conceito do comércio justo foi definido durante a edição de 2001, realizada na cidade de Arusha, Tanzânia.

Dessa forma, essa modalidade comercial pode ser entendida como uma prática socioeconômica alternativa ao comércio internacional convencional, cuja necessidade de tal mudança se fez necessária para que o pequeno produtor conseguisse comercializar seus produtos em condições mais justas, melhorando a sua renda e contribuindo para o desenvolvimento de sua região. Assim, o comércio justo vem sendo adotado por pequenos produtores em diversos países – em especial os países em desenvolvimento – como alternativa à diminuição das desigualdades e da pobreza.

Para que o pequeno produtor organizado possa fazer parte do comércio justo certificado e vender os seus produtos nos mercados consumidores espalhados em outros continentes é necessário que sejam cumpridos alguns pré-requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais que o regulamentam.

3.1 PRINCÍPIOS DO COMÉRCIO JUSTO

Para fazer parte da rede que engloba o comércio justo, as entidades às quais estão inseridos os produtores precisam ter as suas práticas alinhadas com os princípios estabelecidos pela EFTA (SEBRAE, 2004). Tais preceitos visam dar uniformidade ao processo e garantir ao consumidor final que o produto que ele está adquirindo seguiu todos os padrões sociais estabelecidos pela entidade que forneceu o aval. A seguir são apresentados os sete princípios do comércio justo, juntamente com uma breve descrição de cada um deles:

a) transparência e co-responsabilidade (accountability)

Promover uma gestão transparente que trate de forma justa e respeitosa todos os parceiros envolvidos.

b) treinamento e apoio (capacity building)

Fornecer capacitação aos produtores com o objetivo de “[...] melhorar suas habilidades de gestão e seu acesso a novos mercados” (SEBRAE, 2004, p. 14).

c) pagamento de um preço justo

Estabelecimento de preços baseados no diálogo e participação. Esse preço não deve

cobrir apenas os custos de produção, mas os custos envolvidos em se manter uma produção ecologicamente segura e socialmente justa. Os pagamentos devem ser feitos de forma imediata e os agentes de comércio justo devem servir como facilitadores ao acesso de financiamentos para a produção.

d) igualdade de sexos

Valorização do trabalho das mulheres, tendo os mesmos privilégios e recebendo o mesmo que os homens.

e) condições de trabalho

Promoção de ambientes seguros e saudáveis para os produtores. Caso haja crianças, o trabalho não deve ser prejudicial às mesmas e devem estar de acordo com a convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança.

f) meio ambiente

Estimulo à práticas ecologicamente corretas e aplicação de métodos que não agridam ao meio ambiente.

g) certificação de produtos de comércio justo

Comercialização de produtos certificados sob o sistema da FLO ou produzidos por entidades ligadas ao comércio justo.

Assim, um produto certificado – com um selo de reconhecimento por parte de uma organização internacional – pode ser adquirido por qualquer pessoa em um supermercado licenciado na Europa, por exemplo. Qualquer que tenha sido o caminho percorrido, esse produto chegará ao consumidor final comprovando que o mesmo é proveniente do comércio justo.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2002 *apud* LAFORGA e EID, 2005)⁹, para que os selos tenham efetividade ao mostrar os atributos de valor diferenciadores de um produto, eles devem obedecer algumas condições:

⁹ FAO. *Estudio sobre los principales tipos de sellos de calidad en alimentos a nivel mundial: estado actual y perspectivas de los sellos de calidad en productos alimenticios de la agroindustria rural en America Latina*. Santiago de Chile: [s.n.], enero de 2002. 97p. (mimeo). (Oficina Regional para América Latina y el Caribe).

- O selo deve ser reconhecido pelo mercado ao qual pretende ser comercializado;
- O selo deve garantir que um órgão independente controle ou verifique a confiabilidade de suas características diferenciadoras;
- A entidade certificadora deve ser reconhecida como autoridade na matéria que avalia;
- O consumidor deve ser educado (informado, sensibilizado, conscientizado) quanto às características diferenciadoras que o selo sustenta;
- Deve existir um mercado interessado nessas características diferenciadoras oferecidas pelo produto;
- Deve existir um mercado capaz de pagar o valor agregado pelo atributo diferenciador correspondente.

Essas condições visam garantir uma “[...] diferenciação do produto no ponto de venda, proporcionar confiança ao consumidor e oferecer-lhe uma garantia de conformidade contra critérios específicos” (LAFORGA e EID, 2005, p. 7). Tais especificidades são importantes devido a mudanças no perfil dos consumidores. Cada vez mais pessoas buscam produtos orgânicos devido a sua associação com uma alimentação saudável e nutritiva, já que são produtos de origem sustentável e não prejudicam o equilíbrio dos recursos naturais cada vez mais escassos.

Além de estarem de acordo com os princípios estabelecidos pela EFTA, os produtores que almejam pleitear a certificação do comércio justo precisam cumprir uma série de procedimentos a fim de estarem aptos para receber o aval dasificadoras internacionais. Dessa forma, faz-se necessário conhecer os critérios e passos necessários para a concretização da certificação.

3.2 CRITÉRIOS E PASSOS PARA CERTIFICAÇÃO

Não são todos os produtos provenientes da agricultura familiar que baseiam sua produção nos princípios do comércio justo que podem ser certificados para a venda de seus produtos nesse mercado. Além dos critérios gerais, cada produto é condicionado a seguir

normas específicas para a certificação. Essas normas são estabelecidas pelo Comitê de Critérios da FLO que é formado por grupos de interesse da FLO, associações-membro, organizações de produtores, comerciantes e especialistas. A certificação é fornecida pela FLO-Cert, uma organização autônoma que coordena as inspeções dos produtores e comerciantes (FLO, 2009c).

Dentre os produtos mais certificados pela FLO estão a banana, o café, a laranja, o cacau, o algodão, algumas frutas frescas e o mel. Os volumes de comercialização dos produtos crescem de forma constante. Citando apenas um exemplo, em 2007 foram comercializadas em todo o mundo mais de 234 mil toneladas de bananas certificadas (FLO, 2009b).

O primeiro passo para se obter a certificação é entrar em contato com a FLO-Cert através do seu site (www.flo-cert.net). Há um formulário que o produtor deverá preencher, fornecendo dados sobre o seu produto, a região onde vive e outras informações que serão examinadas pelo Comitê com a finalidade de verificar se ele, ou sua organização, se enquadra no sistema de certificação da FLO. Após a aprovação inicial do Comitê, é feita uma auditoria por membros da FLO que se deslocam até a propriedade do produtor a fim de comprovar as informações fornecidas no formulário. O passo seguinte é fazer uma avaliação do produto a ser certificado e, finalmente, conceder ao produtor o selo Fair Trade (Figura 4) que o habilitará a comercializar utilizando a rede de contatos da FLO (FLO-Cert, 2009).



Figura 4: Selo *Fairtrade*
Fonte: (FLO, 2009a)

Limitações estruturais da FLO ainda fazem com que a obtenção da certificação se torne uma missão difícil para muitos produtores ao redor do mundo. De acordo com a própria organização, anualmente lhe são enviados entre 300 a 500 pedidos de certificação, mas ela é obrigada a negar até 90% por falta de demanda (FACES DO BRASIL, 2009).

A certificação da Ecocitrus pela FLO ocorreu no ano de 2006, dando o aval para que a cooperativa iniciasse sua comercialização com o mercado europeu. A conquista da certificação demandou bastante recursos e tempo dos dirigentes, já que todas as despesas ocasionadas pelas visitas da comissão da FLO-Cert são de responsabilidade da cooperativa. Segundo um dos diretores, a cooperativa já trabalhava com os princípios do comércio justo mesmo antes da confirmação da certificação. A busca pelo selo justificou-se, dentre outros motivos, pela necessidade de exportações para o mercado europeu.

3.3 COMÉRCIO JUSTO NO BRASIL

No Brasil, o surgimento do comércio justo é um pouco mais recente que na Europa, surgindo na década de 1970 através do trabalho de ONGs européias que, na sua maioria, estavam ligadas a trabalhos de igrejas que promoviam a organização de grupos de trabalhadores do campo e na venda informal de artesanato. Um dos primeiros produtos a receberem a certificação da FLO no país foi o suco de laranja. O “suco justo”, como passou a ser conhecido, era produzido no Paraná e logo a qualidade do produto passou a ser referência no mercado internacional (ÉTICA COMÉRCIO SOLIDÁRIO, 2009).

O Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário define comércio justo como um “[...] fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça, solidariedade e transparência, que resulta no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários no território nacional” (BRASIL, 2008).

O Programa de Comércio Solidário da organização nacional Visão Mundial foi um dos pioneiros no país, apoiando, a partir de 1999, os pequenos produtores agrícolas e de artesanato na exportação de seus produtos. Além de orientar o pequeno produtor para a comercialização do seu produto no mercado externo, a organização, através de seus programas, promovia o desenvolvimento do mercado interno. Parcerias com grandes redes de supermercados ampliaram os canais de vendas, levando a proposta do comércio justo para mais perto do consumidor. Com isso, a Visão Mundial atualmente concentra suas atividades em três princípios básicos: “[...] o apoio às bases produtivas, o desenvolvimento do mercado do ponto de vista comercial e a criação de um mercado ético e consciente em busca da justiça” (ÉTICA COMÉRCIO SOLIDÁRIO, 2009).

Mesmo com os esforços de organizações como a Visão Mundial, a participação dos

produtos nacionais no mercado internacional atual é mínima, mesmo em relação a outros países de América Latina. Segundo dados da ONG Faces do Brasil (2009), atualmente existem no país aproximadamente 40 operadores (produtores e comerciantes) certificados pela FLO, número bem abaixo de outros países do continente. A variedade de produtos também é bem pequena, limitando-se apenas ao café, sucos, algumas frutas frescas e dois produtores de castanhas (FACES DO BRASIL, 2009).

Uma pesquisa internacional realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) mostra que há uma grande expansão do comércio justo no mundo, porém, ainda é pequena a participação do Brasil nesse setor. Segundo o estudo, em 2003 foram vendidos no mundo mais de 77.248 toneladas de alimentos certificados, representando um crescimento de 31% em relação ao ano anterior. A produção realizada no Brasil não representou nem 1% desse total (SEBRAE, 2004). Isso mostra quanto o comércio justo ainda é incipiente no país.

De acordo com o último relatório da *Fair Trade Labeling Organization* (FLO, 2007), atualmente existem no país **18 organizações certificadas** por confederações internacionais de comércio justo. Esse número ainda é pequeno, mas significa um crescimento de quase 50% em um período de 4 anos (FLO, 2007; GRÜNINGER, 2004). Um dos fatores responsáveis pelo aumento na circulação de produtos comercializados pelo *Fair Trade*¹⁰ pode estar associado às mudanças nos hábitos dos consumidores. Pesquisas revelam que esses mesmos consumidores conscientes podem estar dispostos a pagar um valor maior por mercadorias produzidas de forma social e ambientalmente responsáveis. Eles também não hesitariam em boicotar empresas consideradas irresponsáveis e injustas nas relações com seus fornecedores, trabalhadores ou o meio ambiente (LAFORGA e EID, 2005). Um dos responsáveis pela área comercial da Ecocitrus, ao falar sobre as mudanças nos hábitos de consumo da população, informa que tais alterações ocorrem porque as pessoas estão mais interessadas em levar uma vida mais saudável e isso faz com que o mercado de produtos ecológicos cresça a cada dia (Anexo 1).

Algumas propostas relacionadas ao futuro do comércio justo no país são bem otimistas. Segundo o Instituto Fairtrade-Brasil (2009), espera-se que somente no ano de 2009 sejam certificados no país mais 104 operadores e que esse número dobre em dois anos, chegando a 248 licenciados em 2011 (Tabela 1).

¹⁰ Como é conhecido o comércio justo ao redor do mundo. Também é o nome de um dos selos certificados para comercialização no mercado europeu.

Tabela 1 – Previsão de licenças do selo Fair Trade no Brasil – 2009 a 2011

Produto	Previsão 2009	Previsão 2010	Previsão 2011	Crescimento médio (%)
Café	24	32	44	42
Fruta fresca	10	15	21	139
Quinoa	2	2	2	100
Mel	10	15	21	139
Cacau	4	8	16	100
Nozes	10	15	21	139
Açúcar	4	8	16	120
Açaí	6	12	24	100
Acerola	3	6	12	100
Cosméticos	6	9	12	96
Produtos compostos	15	24	38	60
Total	104	161	248	106

Fonte: Instituto Fairtrade-Brasil (2009).

A situação atual do comércio justo na região Sul não é muito diferente do restante do país. Poucas cooperativas adotam esse modelo e as poucas que trabalham com os seus princípios ainda tem pouco acesso às informações necessárias para o credenciamento que possibilita a exportação dos seus produtos.

Uma das pioneiras na adoção dos princípios do comércio justo na região sul do país foi a Ecocitrus. Ela obteve a certificação *Fair Trade* no ano de 2006 e desde então vem ampliando sua participação no mercado de produtos orgânicos, tendo como produto exportado o suco de laranja. Investiu-se na busca de informações sobre o comércio justo e hoje ela possui um vasto conhecimento sobre os canais de distribuição, socializando as informações obtidas com outras entidades que buscam seguir o mesmo caminho.

Sendo um dos principais produtos exportados por esse selo no país, o suco de laranja representa uma grande oportunidade para o Rio Grande do Sul, principalmente para a região do Vale do Caí, onde existem aproximadamente 400 hectares de pomares comerciais (VIEIRA; MAIA e SOUZA, 2008).

O aumento na produção e nas exportações altera a dinâmica de todos os envolvidos na cadeia produtiva. Tais mudanças tendem a ser benéficas para os atores sociais integrantes da cooperativa pois proporcionam abertura de oportunidades ainda não vivenciadas. Acredita-se que a vida do pequeno produtor rural e da sua família passa por transformações significativas quando os mesmos estão inseridos em um sistema cooperativista. Com isso, pretende-se investigar se essas transformações são benéficas para todos os pequenos produtores rurais e se geram *empowerment* dos mesmos à medida que passam a impulsionar a autonomia e a participação ativa na sociedade.

Portanto, supõem-se que o comércio justo é um mecanismo de extrema importância na

promoção dos direitos de cidadania e que contribui para que o pequeno produtor rural, sua família e sua região desenvolvam-se econômica, social, política e culturalmente. Acredita-se ainda que organizações que adotam os princípios do comércio justo têm a preocupação de transmitir aos seus integrantes as filosofias envolvidas em tal comercialização e isto faz com que os mesmos adotem atitudes socialmente responsáveis, passando a ter consciência social e ambiental mais apurada devido à aplicação de técnicas de plantio que não prejudicam o meio-ambiente.

A partir das considerações expostas acima, apresenta-se a seguir a construção teórica acerca do *empowerment*, dando maior destaque para os cinco momentos identificados por Kieffer (1984) como necessários para a sua efetivação, sendo assim o tema central deste estudo.

4 O EMPOWERMENT

A expressão *empowerment*, que no Brasil é adotado comumente como empoderamento, não possui uma definição clara e tampouco única. Com a finalidade de tentar compreender melhor essa noção e disseminação nos dias atuais, os próximos tópicos apresentarão informações relativas a origem do termo, as condições necessárias para a sua existência, as cinco etapas do seu processo elencadas por Kieffer (1984) – ponto central desse trabalho – e, finalmente, as dimensões sugeridas por alguns autores.

4.1 ORIGENS E CONCEITO

Criar mecanismos para que as pessoas pobres e excluídas tenham condições de superar a situação de precariedade a qual se encontram, tendo acesso a novas oportunidades e se beneficiando delas, implica na transformação das relações de poder que envolvem o Estado, o mercado e a sociedade de forma geral (ROMANO, 2002). Trata-se de proporcionar alterações no processo de dominação existente. Para que essas mudanças ocorram é de fundamental importância a resolução de conflitos.

De acordo com Baquero (2006), o termo *empowerment*,¹¹ apesar de começar a ser utilizado na década de 1970, é relativamente novo para muitas culturas, tendo uma maior difusão a partir da década de 1990. Segundo o autor, inicialmente era um termo adotado pelos movimentos sociais e, com o tempo, tornou-se comum no vocabulário das ONGs. Vasconcelos (2003) vai um pouco mais além e salienta que o *empowerment* teve suas origens no campo da deficiência mental a partir da década de 1950 nos países escandinavos. O autor admite que existem diversos antecedentes para o termo, porém, justifica que a construção teórica de uma abordagem internacional para o assunto está firmada nesse campo. O pesquisador adota a mesma posição que Baquero (2006) ao se referir ao aumento da difusão do termo, defendendo a teoria que o *empowerment* começou a ser disseminado em outras áreas a partir da década de 1990, passando a fazer parte das políticas sociais de diversas nações (VASCONCELOS, 2003). Com uma posição dessemelhante a ambos os autores, Iorio

¹¹ Nesse estudo será utilizado o termo original, evitando-se a tradução “empoderamento”, pois a mesma não é consenso entre os pesquisadores da área.

(2002, p. 21) acredita que, apesar da origem do conceito ser disputada tanto pelo movimento feminista, como pelos *American Blacks* da década de 1960, “é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico como instrumento de intervenção na realidade”. De acordo com a autora, nas décadas de 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres foram os responsáveis pela disseminação do conceito e pela implementação de estratégias de *empowerment* em todo o mundo, visando acabar com a discriminação de gênero que impedia a participação plena das mulheres na sociedade.

Kieffer (1984) critica a forma como o conceito de *empowerment* vem sendo discutido e acredita que a sua aplicabilidade vem sendo limitada cada vez mais. O autor informa que

Desde a década de 1970, o conceito de *empowerment* tem aparecido com frequência cada vez maior na discussão de medidas preventivas e de intervenção social da comunidade. Embora a idéia de empoderamento seja intuitivamente atraente, tanto para a teoria como para a prática, sua aplicabilidade foi limitada pelas contínuas ambigüidades conceituais (KIEFFER, 1984, p. 9).

Ainda analisando a origem do *empowerment* dentro da perspectiva feminista, Iorio (2002) apresenta dois tipos de abordagens: a instrumental e a processual. Utilizando o conceito de poder dos cientistas políticos Dahl (1970) e Polsby (1963) a autora fala sobre a existência de um “poder sobre”, onde uma pessoa ou um grupo é capaz de controlar as ações e atitudes de outros. Esse controle “pode ser muito sutil, levando a situações de ‘opressão internalizada’ onde o uso de poder ‘evidente’ não é mais necessário” (IORIO, 2002, p. 22). Dessa forma, para romper com a dominação, as mulheres deveriam ser empoderadas para conseguir conquistar espaço nas estruturas políticas e econômicas da sociedade. Assim, de acordo com essa concepção, o “poder sobre” apresenta-se como algo que pode ser transferido ou delegado de uma pessoa, ou grupo, para outra. Discordando dessa posição, Romano (2002) adverte que não são as organizações financeiras, os governos ou os movimentos sociais que homologam poder ao ator social. São as pessoas e os grupos sociais que empoderam a si próprios através de suas ações.

Ao conceituar a abordagem processual, Iorio (2002) informa que, além do “poder sobre”, existem mais três tipos de poder:

a) Poder para

Não significa necessariamente a dominação de uma pessoa sobre outra, mas decorre do desejo de ver o grupo se articulando e ampliando as suas capacidades para que possam usá-las em prol do desenvolvimento;

b) Poder com

Parte do princípio de que o todo é maior do que a soma das partes, ou seja, o grupo quando unido tem mais poder de mobilização do que iniciativas isoladas. “Muitas pessoas agindo juntas podem produzir mudanças mais facilmente” (IORIO, 2002, p. 23);

c) Poder de dentro

Trata-se da força interior que faz com que haja respeito e aceitação de outras pessoas como elas são. Esse poder pode fazer com que uma pessoa mantenha a sua posição mesmo indo de encontro a posição da maioria, ou seja, baseia-se numa convicção que leva em conta a auto-aceitação.

Dessa forma, segundo Iorio (2002), o *empowerment* não é apenas o resultado do alcance do poder sobre, mas pode ainda ser o desenvolvimento de poder para, poder com e poder de dentro. Assim, “temos várias possibilidades de empoderamento, processos que levam os grupos a posições de poder sobre, mas também a possibilidade de exercício de poder generativo” (IORIO, 2002, p. 23).

Abordando outra vertente, Romano e Antunes (2002, p. 06) explanam sobre o *empowerment* das classes menos favorecidas e acreditam que esse processo ocorre com a união de diversos fatores:

O empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania. Ou seja, da capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa dos seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos.

Segundo essa concepção, os atores sociais são capazes não somente de empoderar a si próprios, mas também de contribuir para o *empowerment* de outros em igual situação de exclusão, seja ela econômica, social, política ou cultural. É importante destacar também que os autores defendem a idéia do indivíduo ou grupo usarem os “seus” recursos para agir de modo responsável e assim poderem fiscalizar as ações do poder público.

Friedmann (1996) também é adepto da idéia de duas dimensões do *empowerment* – individual e coletiva. O autor define *empowerment* como “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (FRIEDMANN, 1996, p. viii). Iorio (2002) acredita que o sucesso no combate a pobreza depende do grau de articulação dessas duas dimensões.

Assim, é importante salientar que o processo de combate à pobreza e à exclusão através do *empowerment* deve levar em consideração as causas que dão origem a tais problemas.

Uma estratégia de combate à pobreza que privilegia o empoderamento pode ser capaz de enfrentar a natureza multidimensional da pobreza melhor que outras estratégias pelo fato de colocar as pessoas vivendo na pobreza no centro da questão. Ela unifica os elementos que compõem a situação das pessoas vivendo na pobreza ao mesmo tempo em que resgata a dimensão ética do poder para um mundo sustentável em todos os sentidos. [...] Recolocar as pessoas e os grupos vivendo na pobreza ou excluídos no centro do processo de desenvolvimento significa colocar as instituições econômicas (mercados) e políticas a serviço destes grupos (IORIO, 2002, p. 26).

Friedmann (1996) ainda classifica o *empowerment* em três tipos: social, político e psicológico. O social está relacionado ao acesso à recursos financeiros, informações e ao conhecimento que proporcionarão ao indivíduo uma participação mais ativa na sociedade. O político remete a um maior engajamento no âmbito político através de mobilizações junto ao poder público, inclusive abrindo a possibilidade para ocupação de cargos de representatividade. Por fim, o *empowerment* psicológico, ou pessoal, está pautado na autonomia e no desenvolvimento do indivíduo.

Conforme Lisboa (2008), a motivação primária para o *empowerment* baseia-se na consciência da exclusão do sujeito para reverter o processo que o segrega social, política e psicologicamente. Em certo sentido o *empowerment* pode ser formado com o fortalecimento da autoestima e autoconfiança, pois estes são fundamentais para a mobilização do sujeito.

4.2 CONDIÇÕES PARA O EMPOWERMENT

Montaño (2001) sugere algumas condições necessárias para que ocorra o *empowerment*. Dentre os diversos pontos citados pela autora, podemos destacar:

- O estímulo à criação de organizações onde os atores sociais excluídos possam ter a oportunidade de participar nas decisões e se sentir parte do processo;
- Formalização de direitos legais, fazendo com que as leis sejam conhecidas e estimulando o seu cumprimento;
- Treinamento adequado para que os envolvidos possam ser estimulados ao surgimento de capacidades e conhecimentos individuais;

- Criação de mecanismos de controle e acesso aos recursos disponíveis para que haja um pleno aproveitamento dos mesmos.

No âmbito do *empowerment* da sociedade civil, Dowbor (2003) defende que a transferência de poder por parte do Estado deveria significar mais do que o fornecimento de recursos para as instâncias locais, mas que este teria o dever de proporcionar à sociedade mecanismos para participar de forma mais ativa na administração dos recursos públicos. Para esse autor, o *empowerment* local é fundamental e deve estar “no leme do processo” (DOWBOR, 2003, p. 51). Borges (2003, p. 128) corrobora com esse pensamento ao afirmar que reformas que visem a descentralização de obrigações do Estado e o aumento de poder da sociedade civil são fundamentais para a redução da “burocracia hipercentralizadas e ineficientes do mundo em desenvolvimento”. Tal postura por parte do Poder Público não deve ser confundida com a transferência de responsabilidades típica de um Estado Mínimo, mas, uma participação ativa e conjunta que mobilize a sociedade na busca por soluções que sejam propostas, e não impostas. Friedmann (1996, p. viii) parece ir de encontro a idéia de um poder não homologado por organizações ao afirmar que o *empowerment* é todo “poder induzido ou conquistado”, já que a expressão “induzir” recorrentemente é associada a persuadir ou obrigar a algo. Entretanto, utilizando o mesmo conceito que Iorio (2002, p. 23), pode-se entender “poder induzido” como um “poder para” envolvendo um “tipo de liderança que decorre do desejo de ver um grupo desenvolver suas capacidades, e onde não há necessariamente conflito de interesses”.

Com o tempo, as concepções implicadas no conceito e a abordagem de *empowerment* foram sendo paulatinamente adotados por agências de cooperação e organizações financeiras, como o Banco Mundial. Essa apropriação fez com que o *empowerment* passasse a ter um caráter instrumental e metodológico, fazendo com que os atores sociais o enxergassem com desconfiança (ROMANO e ANTUNES, 2002). Romano (2002) critica a apropriação do termo *empowerment* por bancos e agências de desenvolvimento, pois, segundo ele, o *empowerment* tem sido usado para servir de legitimação para que eles continuem fazendo essencialmente o que já faziam. Assim, a generalização do uso desse termo fez modificar de forma significativa a sua abordagem, deixando para segundo plano o debate central do *empowerment* – a questão do poder. Com isso, organizações, como o Banco Mundial, apresentam o poder de forma diluída entre outros elementos que fazem parte do *empowerment* (ROMANO, 2002).

Segundo Borges (2003), o Banco Mundial alterou a sua agenda política, deslocando-se das reformas macroeconômicas para as reformas do Estado e da administração pública, com o

intuito de fortalecer a sociedade civil. Essa nova agenda prevê reformas sociais planejadas para proporcionar a inclusão de grupos marginalizados e políticas para redução da pobreza. Porém, a forma como se dão essas políticas é digna de atenção. O autor descreve as propostas de *empowerment* do Banco Mundial como formas de restringir a participação dos cidadãos “de modo a não afetar a racionalidade dos princípios de mercado introduzidos pelas reformas técnicas do Banco [...] uma vez que tais princípios são considerados tão inquestionáveis quanto a lei da gravidade” (BORGES, 2003, p. 133-134).

Conforme já citado, as organizações não podem ser as responsáveis pelo *empowerment* das pessoas, porém, essas instituições, assim como o Poder Público, podem criar condições favoráveis para que essas pessoas e grupos possam atuar de forma mais participativa na sociedade, exercendo de forma plena o seu papel de cidadãos (ROMANO, 2002). Assim, o *empowerment* não é construído apenas levando em consideração as capacidades dos indivíduos ou grupos, mas sua realização implica na criação de oportunidades reais para o fomento da inclusão e desenvolvimento social. Oportunidades essas que podem surgir nos mais diversos campos e através das inter-relações entre os mais variados atores.

Limitar o conceito de *empowerment* ao acesso à bens econômicos e culturais, deixando para segundo plano a promoção da autoestima e a participação ativa do grupo, serve de reforço ao discurso da supervalorização da individualidade. Discurso esse praticado pelos bancos e agências de desenvolvimento e que termina por excluir os princípios de solidariedade e de valores compartilhados em detrimento de um princípio egoísta individual (ROMANO, 2002).

Iorio (2002, p. 22) critica posições adotadas por determinados grupos e chama atenção para o fato de que

A ampliação do uso do conceito e de estratégias de empoderamento coloca o desafio de embasar este conceito de forma que o seu uso não seja apenas uma moda no campo do desenvolvimento, mas sim produza mudanças nas práticas e políticas destes atores.

Outra concepção errônea relacionada ao *empowerment* é classificá-lo como uma técnica que se aprende em cursos, ou seja, a “pedagogização” e a “tecnicização” do *empowerment*. “O *empowerment* passou a ser ensinado em salas de aula, em detrimento da troca de experiências e da construção de respostas conjuntas em face de situações de dominação específicas” (ROMANO, 2002, p. 12). Em princípio, a troca de experiência não implica na redução do conceito do *empowerment*, ela de certa forma até contribui para a motivação e mobilização de indivíduos e grupos. Entretanto, sugerir comportamentos ou

atitudes específicas para situações reais ou simuladas sugere que para cada circunstância há uma única “receita” correta capaz de solucionar o problema da falta de poder, reduzindo assim esse conceito a questões práticas e instrumentais.

4.3 OS CINCO MOMENTOS DE *EMPOWERMENT* DE KIEFFER

A fim de tornar mais claro como se dá o processo do *empowerment*, Kieffer (1984) dividiu-o em cinco momentos: contexto, motivação, engajamento, integração e conscientização. Charles H. Kieffer é um psicólogo americano que apresenta em um dos seus estudos de maior destaque – publicado no *Journal of Prevention & Intervention in the Community*¹² – cinco estágios para o alcance do *empowerment*. Nesse estudo, Kieffer (1984) propõe a autonomia como um processo a longo prazo, onde o desenvolvimento se daria necessariamente pela educação dos indivíduos e seria fortemente influenciado pelo contexto ao qual eles se encontram.

Cada uma das etapas apresentadas a seguir representa um estágio onde o indivíduo passa por um processo de evolução gradual, deixando de ser sujeito passivo de uma situação desfavorável para ser um sujeito capaz de transformar a sua própria realidade e colaborar com a mudança de um coletivo.

1. Contexto

É a primeira etapa do processo de *empowerment*. Nesse momento surgem os sentimentos de inconformismo, revolta e não aceitação da marginalidade. Essa situação adversa pode ser identificada pelo próprio sujeito ao verificar que está em desvantagem no contexto que o cerca. Segundo Lisboa (2007), essa ocasião é geralmente caracterizada por uma forte ruptura ou ameaça vivenciada pelo indivíduo. Experiências traumáticas, como a perda do emprego, perda do lar devido a uma catástrofe natural ou a limitação física resultante de uma doença, levam muitas pessoas ao desestímulo. Porém, outras conseguem perceber que as contradições que as rodeiam podem servir também de estímulo para buscar a superação e forma-se a partir daí uma consciência para agir em prol de mudanças. De acordo com Cabanillas (2004), a falta de poder e de controle sobre os recursos e oportunidades, que são

¹² Publicado pelo Departamento de Psicologia da Universidade de Michigan, E.U.A.

características típicas de pobreza e da exclusão, condiciona de forma significativa a rede de transações no contexto em que vivem as pessoas. Dessa forma, quanto mais desfavorável o contexto em que se encontra o indivíduo, mais dificuldade ele terá para reverter tal situação em virtude do seu escasso acesso a novas redes. O limitado acesso às informações deixa o ator social alheio a diversas oportunidades que estão a sua volta, fazendo com que o mesmo permaneça em situação desfavorável por total falta de conhecimento;

2. *Motivação*

Após perceber as contradições que estão a sua volta, o indivíduo passa a observar e identificar a mesma situação de desvantagem e insatisfação em outros, motivando-se para agir em prol de transformações. Essa determinação é o primeiro passo para a busca organizada por alternativas viáveis para a resolução do problema. Tal busca passa a ter um caráter mais real para os envolvidos, pois ele identifica que as dificuldades podem ser mais facilmente superadas quando suas soluções são buscadas em coletividade. A motivação, que parte do individual para o coletivo, passa a ser a principal responsável pelo engajamento, passo seguinte no ciclo do *empowerment* proposto por Kieffer (1984);

3. *Engajamento*

Momento que ocorre logo em seguida à motivação, onde se formam vínculos duradouros entre as pessoas e há uma conscientização coletiva para realizar as reivindicações. Para que isso ocorra é fundamental a existência de líderes que “impulsionam a descoberta de capacidades e competências veladas e encorajam a ação social e política” (LISBOA, 2007, p. 645). É através do engajamento que os indivíduos terão a capacidade de articular ações em prol de mudanças positivas para o grupo. Nesse sentido, a iniciativa de líderes torna-se fundamental para o sucesso dos pleitos. Entretanto, assim como o *empowerment* não deve nascer de um processo de “pedagogização”, conforme a crítica de Romano (2002), o surgimento de lideranças dentro dos grupos socialmente excluídos é algo que deve ocorrer de maneira natural, sofrendo influências externas apenas no sentido de auxiliar tecnicamente o grupo. A intromissão sistemática de organizações, sejam elas de iniciativa pública ou privada, corre o risco de moldar o pensamento do grupo e desvirtuar os reais objetivos da mobilização;

4. *Integração*

Onde há a consolidação do grupo. Nessa etapa firma-se um sentimento de pertencimento coletivo e o grupo se organiza para uma determinada ação. Os vínculos são

formalizados e o grupo passa a agir de maneira unida e planejada, muitas vezes buscando a capacitação necessária para um maior entendimento dos seus direitos e, conseqüentemente, uma maior eficácia nos pleitos realizados. Kieffer (1984, p. 9) informa que

Neste contexto, a capacitação é ainda descrita como o prosseguimento da construção de uma competência multidimensional participativa. Esta concepção engloba tanto as alterações cognitivas e comportamentais. Implicações para a prática também são abordadas.

O autor ainda comunica que a participação implica num processo de diálogo intra e intersubjetivo que se mantém ao longo do processo participativo de diferentes maneiras. Dessa forma, não haverá efetividade na capacitação de um indivíduo se a mesma for utilizada em prol de benefícios próprios, deixando de lado as reivindicações da coletividade. O conhecimento adquirido deve ter utilidade prática para a ação e a sua busca não deve ser pautada em vaidades pessoais. Na impossibilidade da capacitação ou treinamento de todos os envolvidos, geralmente as lideranças são incentivadas a representar o grupo em tais oportunidades. Entretanto, isso de modo algum deve significar uma exclusividade no processo de tomada de decisão, que deve ocorrer coletivamente, estimulando a participação democrática dentro do grupo;

5. Conscientização

Por fim, é na última etapa do processo de *empowerment* que são fortalecidos os sentimentos de autoconfiança e sensibilização. Ocorre quando o indivíduo passa a ter ciência da sua capacidade como mobilizador e sujeito ativo no processo de transformação da realidade a sua volta. O grupo, já fortalecido e articulado, não só entende a importância da mobilização, como também tem a convicção que as mudanças só ocorrem quando há organização por parte de todos. Lisboa (2007, p. 646) afirma que trata-se de

uma consciência política, ou seja, “sentir-se capaz”, ter o poder de “fazer” algo como sujeitos ativos do processo de transformação na perspectiva de um outro tipo de desenvolvimento. Requer, também, tempo e paciência em relação à superação de décadas de aceitação passiva, de conformismo, e convencimento de que participando ativamente na vida social é possível alcançar objetivos coletivos e produzir mudanças sociais. Os conhecimentos e experiências adquiridos e, ao mesmo tempo, a aquisição de auto-confiança podem ser compartilhados com outros membros da comunidade, o que fortalece o “empoderamento” das futuras lideranças.

A autora chama atenção para a consciência política adquirida após a integração e engajamento do grupo. Entretanto, deixar de ser sujeito passivo dentro de um contexto de exclusão para transformar-se em um sujeito ativo capaz de transformar a sua realidade e a

realidade de outros não é um processo simples, uma vez que tais sujeitos podem ter sofrido longos períodos de supressão social. Lisboa (2007) lembra ainda a importância de se compartilhar os conhecimentos e experiências adquiridos, promovendo o aprendizado para futuras gerações. Em alguns casos, experiências bem-sucedidas são relatadas em encontros de grupos em formação com o intuito de motivar os participantes e mostrar que as transformações são possíveis.

Conforme observado, à medida que os momentos avançam os sentimentos vão se alterando, passando de indignação e revolta para motivação e autoconfiança, saindo de um estágio de acomodação para uma participação ativa e engajada. De acordo com Lisboa (2007), o primeiro momento geralmente ocorre num período traumático vivenciado por um indivíduo ou grupo, que pode ser uma família, por exemplo. Assim, a drástica mudança de uma situação de conforto para outra de total insegurança e incerteza causa revolta e insatisfação, elementos considerados motivadores para a ação. Dessa forma, recuperando o conceito do *empowerment* psicológico apontado por Friedmann (1996), o despertar da consciência em relação à autonomia faz com que o indivíduo tome a iniciativa de lutar por mudanças. Desse modo, o inconformismo de um único ator social pode insuflar outros a agirem em prol de alternativas viáveis para a alteração das condições adversas as quais se encontram. Essa liderança mobilizadora muitas vezes nasce de maneira espontânea por membros do grupo com uma maior proatividade. O grau de instrução ou os anos de estudo muitas vezes não representam pré-requisitos na constituição de uma liderança. A história dos movimentos sociais no Brasil está cercada de exemplos de lideranças que, com um mínimo de instrução, através do carisma e do poder de mobilização conseguiram transformar idéias em ações concretas.

Entretanto, a mobilização dos indivíduos em prol dos benefícios do coletivo não é uma tarefa simples. O conformismo e a falta de autoestima muitas vezes inibem ações reivindicatórias, fazendo o cidadão aceitar e acreditar que o Estado é o único com poder de estabelecer mudanças significativas. Tecendo comentários sobre essa postura passiva, Dowbor (1999, p. 9) acredita que

A realidade é que somos condicionados, desde nossa infância, a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, o Estado, ou aos poderosos interesses da especulação [...] O problema central, portanto, é o da recuperação do controle por parte do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sob as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação de dinâmicas concretas que levam a que nossa vida seja agradável ou não.

Com isso, o autor lembra que as mobilizações para mudanças no macro devem partir de instâncias localizadas no micro – bairro, comunidade, associações. Para que isso ocorra

deve haver uma mudança de pensamento partindo do individual para o coletivo. “Mas é necessária uma clara vontade do indivíduo para que a mobilização se concretize” (BROSE, 2000, p. 108), porém, além da força de vontade, para que se obtenha êxito nessa articulação é fundamental a apropriação do conhecimento técnico e político. Conforme já comentado, para que uma liderança consiga mobilizar outras pessoas para uma ação não há a obrigatoriedade de uma formação acadêmica específica. Todavia, adquirir conhecimento sobre os elementos que estão envolvidos nas reivindicações é fundamental para o sucesso em qualquer processo de negociação. Bandeira (1999), ainda abordando a participação do cidadão no espaço público, acredita que um grande erro cometido por alguns grupos é achar que a participação ocorre somente por questões envolvendo recursos públicos. Segundo o autor, é fundamental

superar o vício de abordagem decorrente da propensão de acreditar que a participação em nível [micro] regional consiste, essencialmente, em uma transposição de conceitos e metodologias típicos dos orçamentos participativos municipais para uma escala territorial mais ampla. [...] Uma primeira consequência dessa propensão é a tendência de confundir *participação* com *participação no orçamento*, que acaba por limitar, de forma indevida, o alcance dos processos participativos (BANDEIRA, 1999, p. 73).

Limitar a participação do cidadão à decisão sobre a alocação de recursos públicos, na visão do autor, pode resultar no fracasso da iniciativa e fazer com que o mesmo permaneça na sua posição de sujeito passivo, não alterando de modo significativo as dinâmicas de poder entre a sociedade e o Estado.

Lisboa (2003), ao apresentar o processo de *empowerment* de quatro mulheres líderes de comunidades da periferia de Florianópolis, adotando o mesmo modelo proposto por Kieffer (1984), enfoca que os conhecimentos e as experiências adquiridas por elas durante as lutas por melhorias nas suas comunidades resultaram em novas oportunidades para as mesmas e foram estimuladas “ao desenvolvimento de novas ações e, conseqüentemente, aumentaram seu ‘empoderamento’” (LISBOA, 2003, p. 148). Assim, retomando o quarto momento do *empowerment* apontado por Kieffer (1984), a integração do grupo representa uma etapa de extrema importância na articulação de ações que irão guiar os indivíduos na busca por alternativas. Entretanto, cabe lembrar que as organizações que por ventura estejam vinculadas a esse grupo devem estar preocupadas apenas em criar mecanismos que estimulem o *empowerment* dos indivíduos, e não serem as responsáveis por tal acréscimo de poder.

4.4 AS DIMENSÕES DO *EMPOWERMENT*

Lawson (2001), ao abordar o *empowerment*, o classifica em três dimensões – individual, organizacional e comunitária – onde os atores assumem o controle das ações que são de seus interesses. Wallerstein e Bernstein (1994) discorrem sobre cada uma dessas dimensões:

a) individual

Ocorre quando há um aumento na capacidade dos indivíduos de se sentirem influentes e responsáveis por processos e decisões que terão influência direta em suas vidas. Envolve variáveis intrapsíquicas e comportamentais. De forma simplificada, trata-se do aumento do poder individual, que é resultante do aumento da auto-estima, auto-afirmação e autoconfiança do indivíduo.

b) organizacional

É dar a determinado grupo que está sob a mesma estrutura organizacional autonomia e poder de decisão para o desempenho das funções. Engloba uma série de procedimentos que objetivam uma maior participação na tomada de decisão, resultando no aumento da produtividade.

c) comunitária

Essa dimensão do *empowerment* – um dos focos do presente estudo – consiste no desenvolvimento de competências objetivando uma maior participação política que propicie ao coletivo lutar por melhorias na qualidade de vida de todos os envolvidos. Dentre as várias ações que fazem parte desse processo encontram-se “[...] a educação para cidadania, a socialização e a problematização de informações [...], o planejamento e a execução de projetos e iniciativas sociais” (BAQUERO; BAQUERO, 2007, p. 141).

Dentre as dimensões citadas, será foco desse estudo o *empowerment* comunitário. Nessa dimensão salienta-se a necessidade de que os indivíduos estejam engajados na compreensão dos problemas que os afetam, na busca de soluções para os mesmos e na formulação de estratégias para a implementação de programas para a promoção do desenvolvimento coletivo. É importante também que os participantes saibam agir

politicamente atuando sobre os fatores que têm influência direta na qualidade de vida de todos. Envolve uma cooperação mútua que, segundo Vasconcelos (2003, p. 30), pode ser representada em pequenos gestos “como ajudar o outro a conseguir um benefício ou a resolver problemas na comunidade”.

Ao analisar essa dimensão Carvalho (2004, p. 5) define o

"empowerment" comunitário como um processo, e um resultado, de ações que afetam a distribuição do poder levando a um acúmulo, ou desacúmulo de poder (*"disempowerment"*) no âmbito das esferas pessoais, intersubjetivas e políticas. [...] Não é possível pensar, por exemplo, em processos de *"empowerment"* comunitário sem levar em conta as demais instâncias de funcionamento da vida em sociedade.

Dessa feita, o autor ainda explica que o *empowerment* comunitário envolve microfatores localizados na esfera individual, como a autoconfiança e a autoestima; na esfera social, através do compartilhamento de conhecimentos entre o coletivo; e no nível macro, nas estruturas sociais como o Estado e a macroeconomia (CARVALHO, 2004). Assim, segundo Vasconcelos (2003, p. 59-60), a “ajuda e suporte mútuos, projetos comunitários, formas cooperativas, direitos humanos, formas de democracia participativa e direta”, são extremamente importantes para o aumento de poder de grupos organizados que passam pelas mais variadas adversidades.

Além do *empowerment* individual e coletivo, Lisboa (2007) cita uma outra tipologia diferente da adotada por Wallerstein e Bernstein (1994), o *empowerment* estrutural. De acordo com a autora

este nível pressupõe resultados de lutas e reivindicações e prevê tanto o atendimento das necessidades básicas como o acesso à recursos materiais, econômicos, infraestrutura e outros, sempre decorrente de um empoderamento coletivo (LISBOA, 2007, p. 647).

Segundo a autora, nesse nível os exemplos mais comuns estão relacionados a movimentos sociais que criam espaços “para a ação e intervenção junto às instâncias públicas na medida em que reivindicam uma mudança em nível estrutural” (LISBOA, 2007, p. 647). Portanto, é nesse momento que ocorrem choques entre os grupos organizados e o poder público.

Dessa forma, após essa exposição teórica, verifica-se a importância que o sistema cooperativista tem nas relações comerciais envolvendo pequenos produtores, sendo muitas vezes além de uma fonte alternativa de comércio, mas a única saída na superação das barreiras comerciais impostas pelos grandes produtores. Ao seguir os princípios do comércio justo, os pequenos produtores inseridos no cooperativismo têm a oportunidade de conciliar os

ganhos financeiros com o respeito ao meio ambiente, valorização do trabalho feminino, participação democrática dos membros, dentre outras características que não são comuns no modo de produção e comercialização convencional. Assim, para entender de que forma isso ocorre na prática, este estudo propõe-se a investigar as modificações ocorridas nas vidas de pequenos produtores rurais ligados a citricultura orgânica no processo de constituição de uma cooperativa pautada nos preceitos do comércio justo, observando se ocorreu o *empowerment* dos mesmos de acordo com os cinco momentos propostos por Kieffer (1984). Para se alcançar tal objetivo é fundamental identificar também o contexto ao qual estavam envolvidos os produtores que fundaram a cooperativa e a sua influência nesse processo, verificando se os mesmos passaram por dificuldades nesse período e, após concluído esse processo, se eles demonstram estar conscientes do seu papel como agentes mobilizadores.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Apresentar-se-ão neste capítulo os caminhos percorridos pelo pesquisador para o alcance dos objetivos propostos, bem como as abordagens e ferramentas utilizadas pelo mesmo. Para situar o leitor acerca da organização estudada e do público participante da pesquisa, foram destinadas partes específicas deste capítulo para tais apresentações detalhadas. Ao final proporciona-se ao leitor a oportunidade de conhecer também os procedimentos utilizados para análise das informações colhidas.

5.1 TIPO DE ESTUDO

Este estudo foi concebido por meio de uma abordagem qualitativa. Para o desenvolvimento da investigação científica adotou-se a tipologia de estudo descritiva-exploratória. Segundo Triviños (1987), para a realização de um estudo exploratório é preciso que o pesquisador, a partir de uma hipótese, aprofunde sua pesquisa “[...] nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109). O autor ainda explica que o estudo descritivo tem como objetivo conhecer a comunidade pesquisada, identificando suas características, suas particularidades e, para tanto, é necessário que o pesquisador obtenha uma série de informações que irão auxiliá-lo durante o percurso metodológico (TRIVIÑOS, 1987).

Segundo Gil (1994), esse tipo de pesquisa é adotado especialmente quando a temática escolhida ainda é pouco abordada “[...] e torna-se difícil sobre ela formular hipóteses precisas e operacionáveis” (GIL, 1994, p. 45). Dessa forma tal pesquisa ofereceu todos os elementos necessários para o desenvolvimento e esclarecimento de conceitos e idéias que contribuirão para a ampliação do conhecimento sobre essa temática pouco desbravada.

As pesquisas descritivas, como o nome já diz, tem como objetivo primordial a descrição de fenômenos, características de determinadas populações ou ainda estabelecer relações entre variáveis existentes num dado grupo (GIL, 1994). A citada tipologia de pesquisa adequou-se perfeitamente ao estudo proposto uma vez que o objetivo era identificar como ocorreu o processo de *empowerment* de uma delimitada população rural.

5.2 CAMPO DE PESQUISA

Antes mesmo de adentrarmos na apresentação do campo de pesquisa – que envolve a organização estudada, os participantes e os instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados – é importante fazer uma breve introdução sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, em especial na região do Vale do Caí.

5.2.1 A agricultura familiar no Rio Grande do Sul

A região Sul está entre as maiores produtoras de laranja do país, ficando atrás apenas do Sudeste. De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2008), a agricultura familiar tem uma boa participação na composição do PIB do Estado, sendo uma das mais relevantes do país. Dentro desse cenário destaca-se a citricultura devido a importância socioeconômica que ela representa para o setor. Segundo Severo e Pedrozo (2006), a citricultura atualmente gera centenas de milhares de empregos e é responsável por uma boa parcela das exportações no país, tendo como um dos principais produtos o suco de laranja. Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS), entre os anos de 2007 e 2008, o Brasil exportou quase 50.000 toneladas desse produto, demonstrando o grande potencial do setor (ABECITRUS, 2009). Mesmo com esse grande volume de exportações, ainda existe uma boa demanda para a produção de suco e frutas de mesa (SEVERO e PEDROZO, 2006).

De acordo com dados de 2004 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil é o maior produtor mundial de frutas cítricas com uma produção que ultrapassa os 23 milhões de toneladas, em uma área de 1 milhão de hectares plantados. Isso equivale a 25% da produção mundial de citrus, representando um valor aproximado de R\$ 3 bilhões (FAO, 2004).

A agricultura familiar, de acordo com os resultados de uma pesquisa realizada à pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2003, representava 27% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul, crescendo mais que a agricultura patronal e contabilizando R\$ 13,4 bilhão nesse ano. Com uma média de participação de 23,5%, o agronegócio familiar gaúcho é 2,5 vezes superior a média nacional (NEAD, 2005).

A Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) afirma que o Rio Grande do Sul é o melhor Estado do país para a produção de cítricos de mesa. Isso se deve às boas condições edafoclimáticas¹³ da região (EMATER/RS, 2002). Koller (1994) complementa informando que o solo e o clima do Estado proporcionam boas condições para a produção de excelente qualidade, coloração intensa, acidez e conteúdo satisfatório de sólidos solúveis, sendo essas características importantes para frutas a serem comercializadas como frescas. O Gráfico 1 comprova essas informações ao mostrar que a região Sul contém praticamente a metade das áreas com culturas em orgânicos do país (DIAS, 2006).

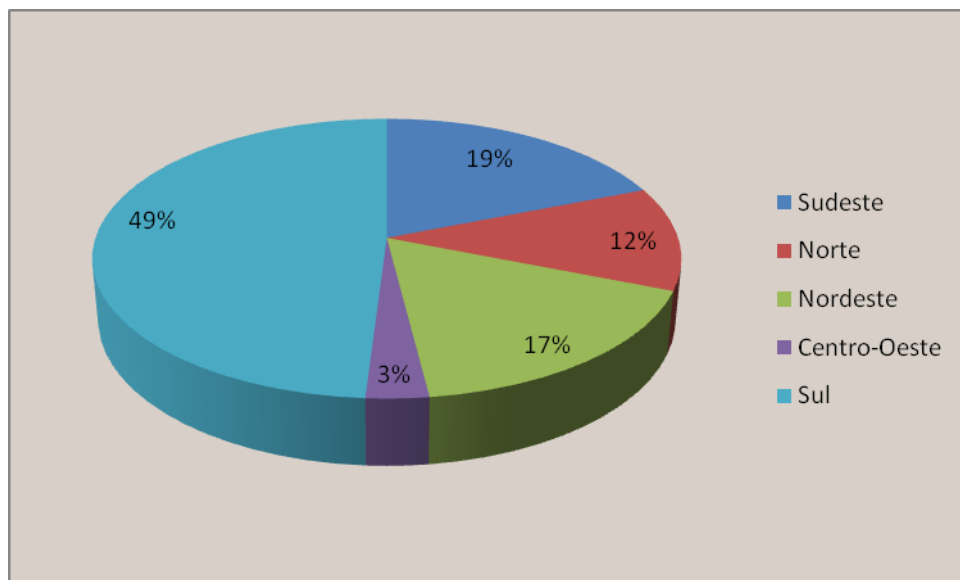


Gráfico 1: Áreas com culturas em cultivo orgânico por região (%)
Fonte: CGDS/COAGRE/MAPA (DIAS, 2006)

A agricultura orgânica vem crescendo no país por diversas razões. Os produtores têm substituído a produção convencional pela orgânica devido aos custos envolvidos na produção tradicional, as baixas margens de lucro que elas tem proporcionado, o aumento da consciência ambiental entre os consumidores, a abertura de novos mercados, dentre outros (GLIESSMAN, 2001). Dessa maneira, a produção orgânica, outrora pouco conhecida no meio rural, passa a ser encarada hoje como uma alternativa dos pequenos produtores para a não dependência do mercado. De acordo com uma pesquisa apresentada por Sanches e Martins (2009), embora 70% da produção orgânica do país seja exportada, os alimentos orgânicos

¹³ São condições referentes à influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos vegetais, incluindo o uso da terra pelo homem, com o objetivo de estimular o crescimento das plantas.

estão chegando à mesa de 9% da população do Brasil, representando aproximadamente 18 milhões de pessoas. A mesma pesquisa informa que os orgânicos já respondem por 1% do faturamento total dos supermercados (SANCHES e MARTINS, 2009).

As regiões do Vale do Caí e do Alto Uruguai ocupam posições de destaque na produção de citrus na região Sul. A primeira conta com aproximadamente 400 hectares de pomares comerciais e possui um grande volume de produção. O município de Montenegro é responsável atualmente pela maior produção de citrus do Rio Grande do Sul e a Ecocitrus é a sua maior produtora (VIEIRA; MAIA e SOUZA, 2008; JORNAL IBIÁ, 2009).

A região do Vale do Caí, onde está localizada a cooperativa, engloba 19 municípios, sendo os de maior destaque Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Feliz, Harmonia, São Sebastião do Caí e Montenegro. Este último, município que abriga a sede da Ecocitrus (Figura 5), é o mais desenvolvido e populoso, com aproximadamente 60 mil habitantes. Sua localização estratégica, próxima ao Polo Petroquímico, favoreceu a instalação de diversos empreendimentos industriais e comerciais (JORNAL IBIÁ, 2009; PREFEITURA DE MONTENEGRO, 2008).



Figura 5: Atual sede da Ecocitrus.
Fonte: A autoria do pesquisador (17/09/2009).

O município é considerado a capital gaúcha da citricultura e é o berço da bergamota “montenegrina” – variedade mais cultivada na região. A citricultura foi introduzida nessa região no final do século XVIII por imigrantes açorianos e por seus descendentes, inicialmente nas localidades onde hoje existem os municípios de Taquari e Triunfo. A partir de 1929, com a instalação da Estação Experimental de Pomicultura, houve uma maior difusão da citricultura e estudos científicos começaram a ser realizados na região (BONINE e JOÃO, 2002).

Os primeiros galpões para beneficiamento de laranja surgiram ainda na década de 1930 e eram administradas por cooperativas de citricultores. Após o processo de beneficiamento as frutas seguiam de barco para Porto Alegre, onde eram comercializadas e exportadas (SCHIMITZ, 1998). Os principais mercados externos compradores das frutas do Vale do Caí eram o Uruguai e a Inglaterra. O ano de 1938 foi considerado um período áureo para as exportações, entretanto, os anos seguintes foram marcados por severas quedas nas vendas, tendo como principais responsáveis o aparecimento de novas doenças nos pomares e a II Guerra Mundial, que interrompeu as exportações durante o período dos conflitos (BONINE e JOÃO, 2002). As décadas que se seguiram representaram uma retomada do crescimento da produção de citros, impulsionada pelos investimentos em infraestrutura, com a construção de estradas ligando a capital ao Vale do Caí. Assim, o transporte que era feito através do Rio Caí e ocorria de forma demorada, passa a ser realizado através de via terrestre e faz com que os lucros dos produtores aumentem. O final da década de 1980 e início de 1990 foram marcados pela continuidade do crescimento da citricultura na região com a construção de acessos para outros Estados, fazendo aumentar consideravelmente a área cultivada, principalmente da bergamota (PANZENHAGEM, 2004).

Com o desenvolvimento da citricultura no Vale do Caí, a partir da década de 1990, surgiu também a necessidade de uma organização por parte dos pequenos produtores. Assim, diversas associações e cooperativas foram sendo criadas com o objetivo de proteger esses trabalhadores, as de maior destaque foram a Associação dos Viveiristas de Mudas Diversas (AVIMUDAS), a Associação dos Citricultores de Pareci Novo (PARECITRUS) – ambas do município de Pareci Novo – a Associação dos Viveiristas de Mudas Frutíferas, Florestais e Ornamentais (AVIMAFFO) e a Associação dos Citricultores do Vale do Caí (CAICITRUS), essas últimas com sede em São Sebastião do Caí (BONINE e JOÃO, 2002).

Atualmente, aproximadamente 4 mil famílias da região têm sua principal fonte de renda baseada na citricultura. Além disso, no segmento do comércio existem transportadores de fruta, *packing house*¹⁴ e indústrias que geram centenas de empregos e colocam o município como um dos maiores em arrecadação da região. O setor de comércio e serviços está concentrado diretamente nas safras obtidas com a produção de citros e na venda de mudas (PREFEITURA DE MONTENEGRO, 2008).

Segundo dados da Prefeitura de Montenegro (2008), a cidade está localizada a 69 km (via RS 240) da capital do Rio Grande do Sul e possui uma área total de 449,08 km², sendo

¹⁴ Local destinado a uma série de processos agrícolas, dentre eles a recepção, armazenamento, classificação, encaixotamento e expedição de frutas.

300,48 km² localizada na área rural. A citricultura tem uma importância econômica muito grande para esse município, refletindo diretamente sobre os aspectos sociais e ambientais de sua população.

A proximidade geográfica com a capital colaborou para tornar a presente pesquisa mais dinâmica, já que, conforme será apresentado de forma mais detalhada na metodologia, o autor fez constantes visitas à região com o intuito de realizar entrevistas com os pequenos produtores rurais que se encontram vinculados à cooperativa Ecocitrus, além de buscar informações junto à organização.

Apesar do Vale do Caí ser uma região com uma destacável produção orgânica e um bom volume de comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, os pequenos produtores enfrentam diversos tipos de dificuldades. A criação de condições necessárias para o pleno desenvolvimento de atividades agrícolas é um constante desafio para os envolvidos.

5.2.2 A Cooperativa Ecocitrus

Dentre as diversas cooperativas existentes no Estado escolheu-se como campo delimitador deste estudo a Ecocitrus devido ao seu envolvimento com o comércio justo, sendo a única¹⁵ associação do Estado certificada pela FLO (Tabela 2) para o comércio de suco e pela quantidade de pequenos produtores rurais envolvidos na atividade citrocultora. Os dados foram obtidos mediante entrevistas com associados, pesquisa junto aos órgãos governamentais da região e associações envolvidas direta ou indiretamente com a cooperativa.

¹⁵ Até o início da coleta de dados a cooperativa permanecia como única do Rio Grande do Sul certificada pela FLO.

Tabela 2 – Produtos e produtores certificados pela FLO no Brasil

Produtor	Localização	Produto certificado
Pequenos produtores rurais de Batuva	Paraná	Banana
Faci e Pronova	Espírito Santo	Café
Assoc. dos Pequenos Produtores de Poço Fundo, Assoc. de Pequenos Produtores Rurais de Sampaio, Assoc. de Pequenos Agricultores de Santana da Vargem e Coopervitae	Minas Gerais	Café
Cooperativa dos Cafeicultores Solidários de Lerouville	Paraná	Café
Cooperativa Acaram	Rondônia	Café
Cooperativa Agroextrativista de Xapuri	Acre	Castanha do Pará
Asppif	Bahia	Manga
Mocó Agropecuária	Paraíba	Manga
Cooperativa de Epiteciolândia e Brasília	Acre	Suco concentrado
Central de Associações do Litoral Norte	Bahia	Suco concentrado
Arproclan	Paraná	Suco concentrado
Ecocitrus	Rio Grande do Sul	Suco concentrado
Coagrosol	São Paulo	Suco concentrado
Apaco	Santa Catarina	Suco concentrado

Fonte: *Fairtrade Labelling Organization International (FLO, 2009)*

A Ecocitrus, com sede na cidade de Montenegro, nasceu da organização de um grupo de agricultores que fazia parte de outra associação da região e que passou a substituir o seu modo de produção pelo modelo ecológico. A Associação de Citricultores de Harmonia (Harmonicitrus), organização que nasceu da iniciativa de um grupo de pequenos produtores do município de Harmonia e regiões circunvizinhas, foi criada em 1990 com o objetivo de facilitar a comercialização dos produtos dos agricultores da região. A Associação teve um rápido crescimento nos anos subseqüentes a sua criação graças à colaboração das iniciativas formadas em parceria com o Governo brasileiro e alemão. Uma das iniciativas de maior destaque foi o convênio com a *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica)*, empresa pública sem fins lucrativos do Governo Federal alemão. Tratava-se de uma cooperação técnica bilateral, fruto de diversos contratos celebrados entre os dois países entre os anos de 1985 e 1987, e que tinha como foco áreas consideradas como centrais pelo Governo alemão: desenvolvimento rural, fortalecimento das administrações municipais, proteção do meio ambiente e formação profissional, destinada prioritariamente para populações de baixa renda. Assim, uma comissão bilateral foi formada em 1986 com o objetivo de elaborar uma estratégia de cooperação para o projeto envolvendo as duas nações. Um dos mais emblemáticos resultados dessa parceria foi o Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda (PRORENDA). Como forma de priorizar os Estados com um Governo aberto a propostas de novos procedimentos para populações financeiramente limitadas, o Governo Federal, através da missão bilateral, selecionou os Estados do Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul e

Minas Gerais, para discutir a proposta com os seus representantes. Os projetos eram divididos em duas fases com duração de cinco anos cada. O público-alvo dos projetos eram agricultores familiares, populações urbanas de baixa renda e microempresários e artesãos formais e informais, com os quais seriam implantados três tipos de propostas:

- projetos PRORENDA na área rural (T1);
- projetos PRORENDA em áreas urbanas marginalizadas (T2);
- projetos PRORENDA para microempresas (T3) (BROSE, 1999).

Todas as três iniciativas primavam a autogestão e a participação ativa dos beneficiados. Entretanto, a organização do projeto

reconheceu que não era suficiente as famílias se organizarem e se fortalecerem na sua capacidade de tomada de decisão e de implementação conjunta de atividades – a autogestão – se não ocorresse simultaneamente uma mudança nas condicionantes sócio-econômicas, especialmente políticas, que levaram as famílias a necessitarem de ‘ajuda’. Ou seja, era necessário também um esforço organizacional de integração das instituições e tomada de decisão política a favor da agricultura familiar. Percebeu-se que não era suficiente incrementar a capacidade de autogestão sem trabalhar as restrições sócio-econômicas que originaram pobreza e dependência das famílias (BROSE, 1999, p. 97).

Como forma de garantir essa participação incentivou-se a criação de conselhos e fóruns decisórios locais. Além disso, havia uma preocupação por parte dos organizadores para que as propostas do PRORENDA não tivessem a pretensão de substituir projetos governamentais, mas deveriam “contribuir para a melhor produtividade da população, ou seja, possibilitar que ela esteja em melhores condições ou de pagar pelos serviços públicos, ou em melhores condições de, através de sua organização, reivindicar esses serviços” (BROSE, 1999, p. 81). Entretanto, também não se trata de legitimar as ações governamentais como fonte de *empowerment* desses cidadãos, até porque, conforme afirma Romano (2002), não são as organizações que homologam poder ao sujeito, mas as pessoas e os grupos sociais que empoderam a si próprios através de suas ações, cabendo a tais instituições contribuir com condições favoráveis para que ocorra o mesmo.

No Rio Grande do Sul o órgão público responsável pelo acompanhamento das atividades junto com a GTZ foi a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA-RS). A região do Vale do Caí foi uma das três áreas beneficiadas pelo projeto no Estado, tendo como prioridades os municípios citricultores de Montenegro, Salvador do Sul, Bom Princípio e São Sebastião do Caí.

Ainda dentro da proposta de habilitar os envolvidos (técnicos e produtores), a equipe estadual promoveu um intenso programa de capacitação para aproximadamente 170 pessoas entre 1991 e 1993. Essas atividades envolviam técnicas de trabalho participativo em grupo, treinamento em contabilidade da propriedade e administração rural, discussão dos problemas de comercialização na região, dentre outras. Além disso, “os conceitos de descentralização, integração e participação foram definidos como elementos-chave do projeto” (BROSE, 1999, p. 91). Nesse período foram formados mais 11 grupos seguindo o modelo que ficou conhecido como Método dos 10 passos, resultado de três anos de experiência na Fase Piloto do projeto. Tratava-se de uma sequência estruturada aplicada nas comunidades com o apoio e acompanhamento dos técnicos do município que resultaria em um plano de ação.

O projeto foi se expandindo cada vez mais e após 14 meses de iniciada a segunda etapa começou a se firmar o pressuposto de regionalização das atividades, onde passaram a participar também os municípios vizinhos. A notícia a respeito das capacitações foi chegando a cada vez mais localidades e a demanda por novas iniciativas crescia de maneira intensa em toda a região. Porém, com o fim da Fase Piloto e o início da Fase Intermediária, “foi consenso nas discussões que no projeto uma das prioridades seria não se criar novas estruturas, mas permitir aos municípios a incorporação de um novo enfoque de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar” (BROSE, 1999, p. 94). O gráfico a seguir apresenta o destacável crescimento dos grupos organizados e municípios participantes do projeto entre os anos de 1991 até 1998, representando no caso dos grupos um salto de 18 em 1991, para 261 em 1998 (BROSE, 1999; PANZENHAGEM, 2004).

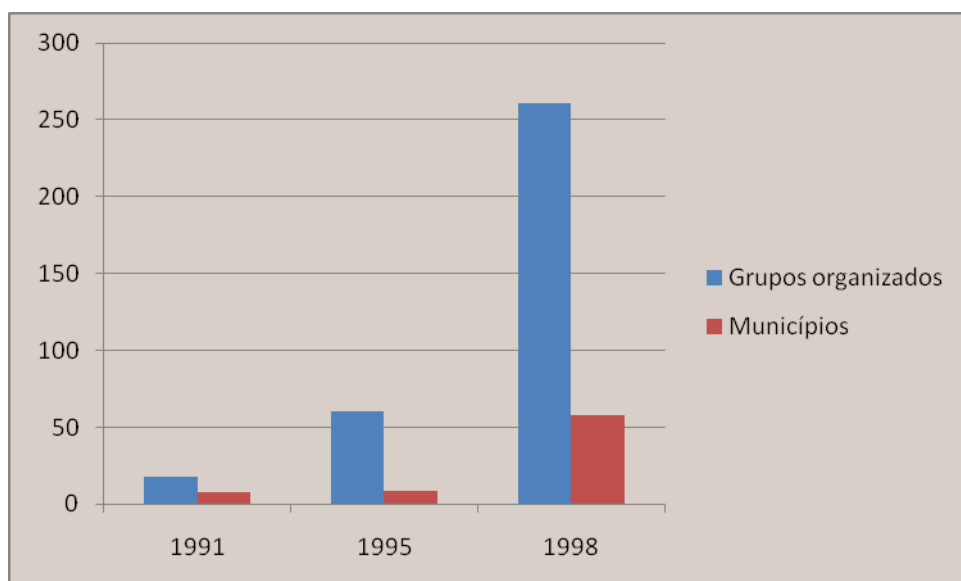


Gráfico 2: Grupos e municípios participantes do PRORENDA/RS (1991-1998).
Fonte: (BROSE, 1999; PANZENHAGEM, 2004).

A partir de 1997, foi estimulada a criação de Conselhos Regionais para trabalhar com o desenvolvimento de ações com a mesma metodologia do PRORENDA. A criação desses conselhos fez expandir ainda mais o número de municípios participantes. Conforme apresentado pelo gráfico seguinte, houve um aumento de 277 famílias beneficiadas em 1991, para 4.711 em 1998 (BROSE, 1999; PANZENHAGEM, 2004).

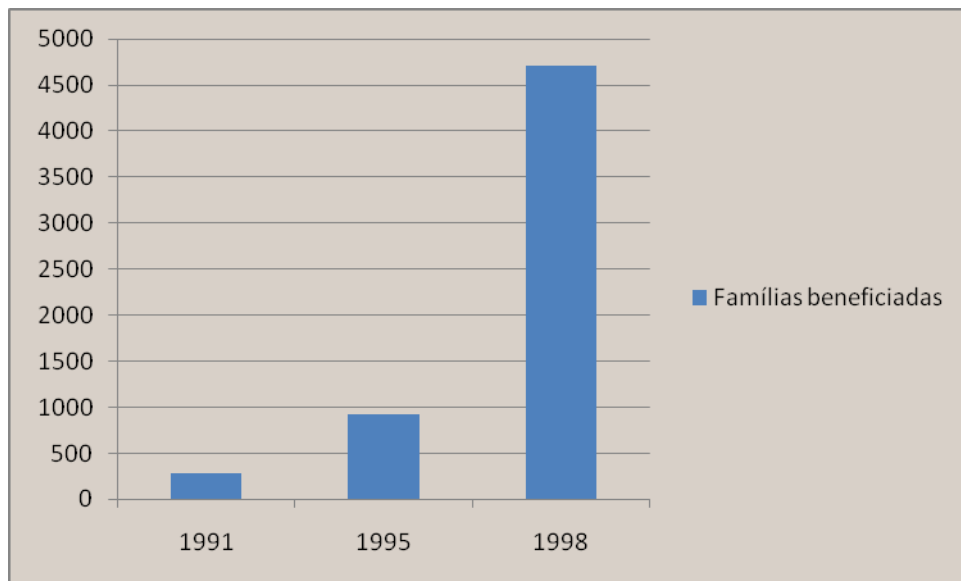


Gráfico 3: Famílias beneficiadas pelo PRORENDA/RS (1991-1998).
Fonte: (BROSE, 1999; PANZENHAGEM, 2004).

Como forma de despertar o interesse das famílias participantes do projeto para a conversão dos seus sistemas produtivos para a linha ecológica, foram patrocinadas viagens até o Estado de São Paulo a jovens citricultores da região. Essas viagens são consideradas por muitos dos atuais sócios da Ecocitrus como fundamentais para a consolidação do grupo naquele momento inicial. Foi a partir desse momento que alguns membros da Harmonicitrus passaram a se envolver de maneira mais intensa com a produção ecológica e a formalizar um grupo dentro da Associação. “Esse processo culminou em 1994 com a criação da Associação dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – ECOCITRUS, que reuniu na época 15 produtores. Desses, apenas 5 efetivamente já haviam iniciado a conversão de seus pomares” (BROSE, 2000, p. 166).

Aos poucos os membros da nova associação passam a destinar seus esforços para o fortalecimento da agricultura orgânica na região e isso faz com que a Harmonicitrus perca força. Além disso, os fundadores da Ecocitrus na sua maioria faziam parte da diretoria da associação de Harmonia e a saída deles deixava-a sem liderança. Dessa forma, a Associação

que chegou a ter em seu quadro de membros 360 associados, passa por uma desestruturação que a torna bem limitada na região e ocorre, com isso, uma perda da identidade dos filiados. Uma negociação mal-sucedida realizada em São Paulo, no final da década de 90, fez com que ela enfraquecesse ainda mais e não conseguisse recuperar a credibilidade que tinha. Mais adiante serão apresentados mais detalhes sobre a desestabilização da associação. Atualmente a Harmonicitrus existe apenas juridicamente, porém não desenvolve mais atividades ligadas a produção de citros.

Conforme reza o seu Estatuto (Anexo 1), a Ecocitrus tem por objetivo viabilizar e dar sustentabilidade à produção agroecológica dos seus sócios, difundindo os seus princípios e conceitos junto à sociedade em geral, tendo em vista o cultivo de alimentos mais saudáveis e saudáveis, a preservação do meio ambiente e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus associados. A sociedade tem como órgão máximo a Assembléia Geral dos cooperados onde todos os membros têm direito a apenas 1 (um) voto, independente da quantidade de cotas-partes que possuir. Inicialmente constituída como associação, a Ecocitrus passa a se tornar cooperativa a partir de 1998 devido a limitações impostas pela legislação (BROSE, 2000) que a impediam de emitir notas fiscais, por exemplo. Nesse processo a cooperativa contou com a colaboração da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), entidade que representa e assessora empresas e empreendimentos de autogestão, dando suporte para que grupos organizados tenham a capacidade de atuar de forma autônoma (ANTEAG, 2009). Além dessa Associação, atualmente existem diversas entidades que dão apoio à organização de pequenos produtores, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar e ajudando na transição da agricultura convencional para modelos de produção sustentável. No Rio Grande do Sul as organizações com maior destaque nesse contexto são o Centro Ecológico de Ipê/RS, o Centro de Estudos de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CEPA) e a Fundação Gaia (COSTA, 2002).

Uma das primeiras iniciativas do grupo dos fundadores da Ecocitrus foi a construção de uma usina de compostagem. A compostagem é um processo biológico de decomposição de matéria orgânica que pode estar contido em diversos resíduos de origem animal ou vegetal como: rumem de gado de abatedouros, carvão, terra de cervejaria, borra de soja, ovos não eclodidos, resíduos líquidos de estações de tratamento, pele de porcos, cascas de acácia, chorume, sangue de animais abatidos, dentre outros. O produto desse processo é transformado em adubo, enriquecendo o solo, sem que haja prejuízo ao mesmo. Através de uma parceria entre a cooperativa e as mais de 25 empresas, elas transferem o passivo ambiental gerado nas

suas unidades e pagam à Ecocitrus para que ela dê um destino seguro para o mesmo. A maior das empresas parceiras é a TANAC S/A, responsável por aproximadamente 70% dos resíduos que entram na usina. Além dos resíduos, a empresa que é a maior plantadora de acácia negra do mundo tendo mais de 27.500 hectares de florestas próprias plantadas, ainda disponibiliza, através de comodato, caminhões e um trator para utilização na indústria (TANAC, 2009). Assim, tanto a TANAC quanto as demais empresas não precisam “se preocupar com o controle e destinação de seus resíduos, e se beneficiam de uma imagem ecológica” (BROSE, 2000, p. 167).

Instalada em uma área que inicialmente tinha 4 ha, arrendada com o pagamento do composto, e que atualmente ocupa 12 ha de área útil, a usina transforma todos os anos aproximadamente 55 mil m³ de resíduos em 20 mil m³ de composto e 18 mil litros de biofertilizante (BROSE, 2000; ECOCITRUS, 2009b). O valor pago pelos resíduos subsidia todo o processo de compostagem, viabilizando a venda dos adubos aos produtores (PALMA *et al.*, 2006). Conforme pode ser observado na reportagem “Ecocitrus transforma resíduo industrial em composto” (Anexo 2), o processo de modificação dos resíduos em adubo orgânico é bastante exaustivo e foram necessários diversos anos de pesquisa para se chegar ao material que é utilizado hoje. Nos primeiros 2 anos, como ainda não havia composto maduro em quantidade suficiente, os associados adubavam os seus pomares com resíduos das suas próprias propriedades. Somente no ano de 1997, dois anos após a instalação da usina, que as primeiras cotas de adubo orgânico foram destinadas para os associados (BROSE, 2000). A Figura 6 mostra as instalações da usina de compostagem na sua estrutura atual.



Figura 6: Usina de compostagem.
Fonte: Autoria do pesquisador (17/09/2009).

Além da usina, a Ecocitrus conta hoje com pomares ecológicos, formação teórica através de cursos e seminários, pesquisa em agroecologia através de convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul (SAA-RS), comercialização em mercados e feiras, industrialização e certificação participativa (ECOCITRUS, 2009a). Dessa forma, ela domina todo o processo produtivo que vai desde o adubo orgânico, produção e beneficiamento até a comercialização do produto. Assim, tendo como meta o uso de uma agricultura sustentável e saudável,

desde sua concepção, os cooperados procuraram ter controle sobre toda a cadeia de produção do alimento, ou seja, produção dos próprios insumos, domínio da tecnologia de produção, industrialização e comercialização da produção da forma mais direta possível. Isso implicou na garantia da oferta do adubo orgânico para os pomares, contribuindo também para a diminuição dos custos de produção (PANZENHAGEM, 2004, p. 11).

Para ter êxito nesse processo, a cooperativa adquiriu em 1998 um prédio de 1,5 mil metros para o processamento e armazenamento da produção. Essa agroindústria está equipada com câmaras frias e dispõe de toda a infraestrutura necessária para a finalização do processo produtivo. A Ecocitrus não terceiriza nenhuma das suas atividades ligadas a produção. A safra é colhida pelos próprios produtores e a cooperativa faz a retirada em cada propriedade, levando as frutas para a agroindústria onde elas passam pelo processo de beneficiamento e parte é industrializada como suco concentrado. Mensalmente são produzidos 30 mil litros de sucos (ECOCITRUS, 2009c).

Os produtos da Ecocitrus são comercializados em diversas partes do mundo. Países como Inglaterra, Itália, França, Holanda e Alemanha estão na lista dos principais compradores das frutas *in natura* da cooperativa. Para que essas negociações fossem viáveis o cumprimento de algumas exigências se fazia necessário, dentre eles a certificação. Assim, a cooperativa buscou e conseguiu a certificação de entidades como a Rede de Agroecologia Ecovida e o Instituto Biodinâmico (IBD), esse último sendo resultado de contatos realizados desde 1996 e que faz “inspeções regulares de monitoria da produção” (BROSE, 2000, p. 167). A conquista mais recente nesse contexto foi a certificação *Fair Trade*, fornecida pela FLO no ano de 2006. Com ela a Ecocitrus passou a manter relações comerciais com países que trabalham com os princípios do comércio justo, movimentando aproximadamente R\$ 1,5 milhão por ano, que somados ao seu faturamento total chega a aproximadamente R\$ 5 milhões. A previsão é que sejam processados aproximadamente 2,5 toneladas de frutas no ano

de 2009 (ECOCITRUS, 2009a; VIEIRA; MAIA e SOUZA, 2008; BRASIL, 2004; PREFEITURA DE MONTENEGRO, 2009).

Para manter-se integrada com o mercado internacional e adquirir informações sobre novas técnicas ligadas à produção ecológica a Ecocitrus mantém vínculo com organizações em outros países. Uma dessas entidades é a Cooperativa Sem Fronteiras (CSF), cuja participação da Ecocitrus ocorre desde a sua fundação. A CSF é uma rede internacional que tem por objetivo promover o desenvolvimento, crescimento e integração de grupos agrícolas organizados através da participação democrática, promovendo o desenvolvimento sustentável, a proteção do território e a integração do grupo (CSF, 2009). A entidade conta atualmente com mais de 13 mil sócios em 9 países. Frequentemente são promovidos encontros e feiras que reúnem produtores e consumidores de todo o mundo. Conforme apresentado na matéria “Região representada na Alemanha para venda de produtos orgânicos” (Anexo 3), eventos como o realizado na Alemanha em 2007 servem de “vitrine” para que produtores de países como o Brasil possam expor os seus produtos e expandir as suas fronteiras. A notícia ainda salienta o espírito de cooperação da Ecocitrus que, por já ter um mercado de exportação razoável, preferiu dar espaço para que outros grupos expusessem seus produtos, participando apenas de reuniões que aconteceram junto à feira. Além da CSF, a Ecocitrus participa ativamente do Movimento de Agroecologia da América Latina e Caribe (MAELA), entidade que reúne os mais diversos grupos, como agricultores camponeses, indígenas, movimentos e rede de agroecologia e instituições de ensino.

Atualmente fazem parte da Ecocitrus 111 cooperados e, aproximadamente, 150 famílias que trabalham de forma conjunta para que o objetivo de “[...] resgatar a agricultura sustentável, socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente viável” seja cumprido (PALMA *et al.*, 2006, p. 8). A cooperativa tem uma área total de 600 hectares cultivados, sendo quase a metade de cítricos.

Dessa forma, propostas como a da Ecocitrus são a principal fonte de renda de muitas famílias na região do Vale do Caí, garantindo a comercialização da sua produção no mercado interno e externo e contribuindo para subsistência dessa camada que ainda encontra-se excluída em muitos aspectos. Tais iniciativas demonstram o grande potencial econômico do pequeno produtor quando organizado e articulado. Esse potencial poderia beneficiar um número bem maior de cooperativas e seus associados que, apesar da vasta experiência agrícola e de um número significativo de membros, precisam da orientação técnica para ampliar a distribuição dos seus produtos.

5.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram 30 pequenos produtores rurais inseridos na cooperativa, com destaque para aqueles que fizeram parte da fundação da Ecocitrus, sendo que alguns destes também participaram da Harmonicitrus. Deu-se prioridade a esse segundo grupo devido a sua participação ativa na formação do grupo que viria a se tornar a cooperativa e o seu pioneirismo na utilização da agricultura orgânica na região. A maioria dos produtores tem idade entre 30 e 49 anos (Gráfico 4), sendo que o mais novo tem 22 anos e o mais velho 77 anos. É importante salientar também que dentre os entrevistados 20 são homens e 10 mulheres. Esse dado chega próximo da realidade do total de filiados, onde as mulheres representam 38%.

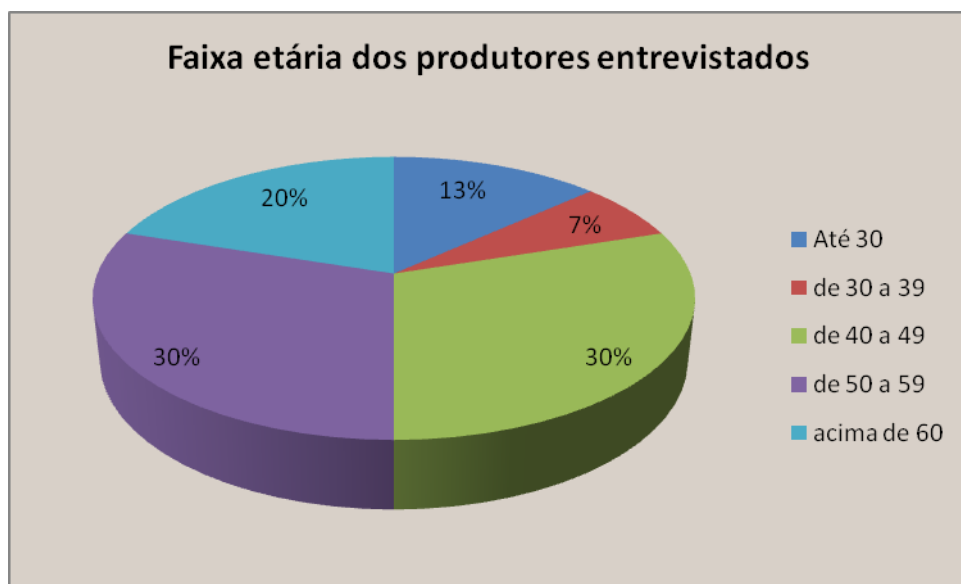


Gráfico 4: Faixa etária dos produtores entrevistados.
Fonte: Lista nominativa de associados fornecida pela Ecocitrus.

O gráfico seguinte chama atenção para outra informação relevante para o estudo. De acordo com os dados, há um equilíbrio entre o número de produtores mais antigos e os mais novos. Faz-se importante lembrar que na lista nominativa de associados fornecida pela cooperativa as datas de filiação contam a partir do ano de 1998, ano em que a Ecocitrus deixou de ser associação para se tornar uma cooperativa. Entretanto, todos os produtores entrevistados que tem filiação registrada nesse ano fazem parte do grupo que fundou a Ecocitrus no ano de 1994.

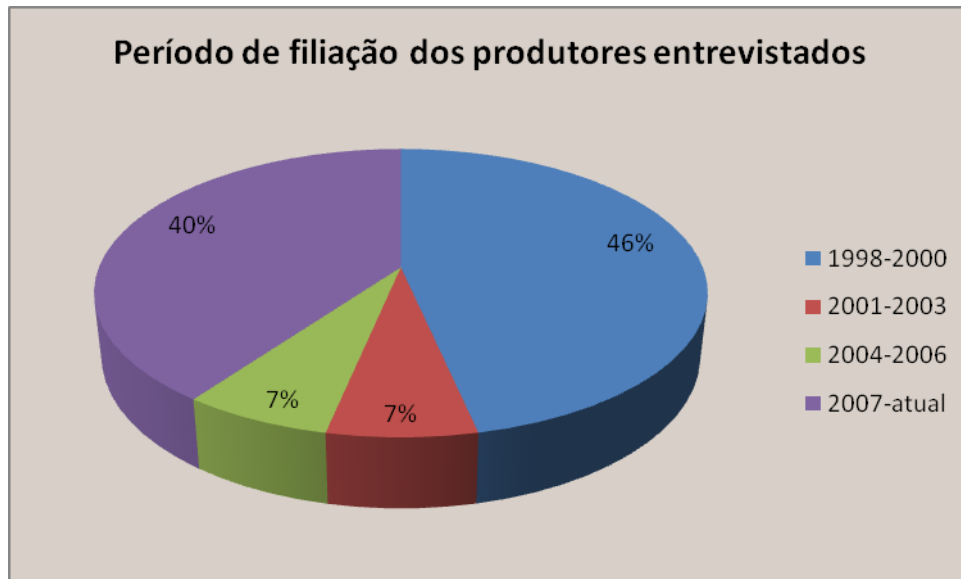


Gráfico 5: Período de filiação dos produtores entrevistados.
Fonte: Lista nominativa de associados fornecida pela Ecocitrus

Conforme observado no gráfico seguinte, a cooperativa não apresentou um crescimento continuado com relação ao número de associados, tendo permanecido um relativo tempo com metade do contingente atual. Faz-se mister salientar que o ano de 2008 foi atípico para a Ecocitrus no que tange o ingresso de novos membros. As motivações para a adesão dos novos sócios, que está relacionada a um maior entendimento sobre os preceitos do cooperativismo, serão exploradas de maneira mais detalhada nas Conclusões desse trabalho.

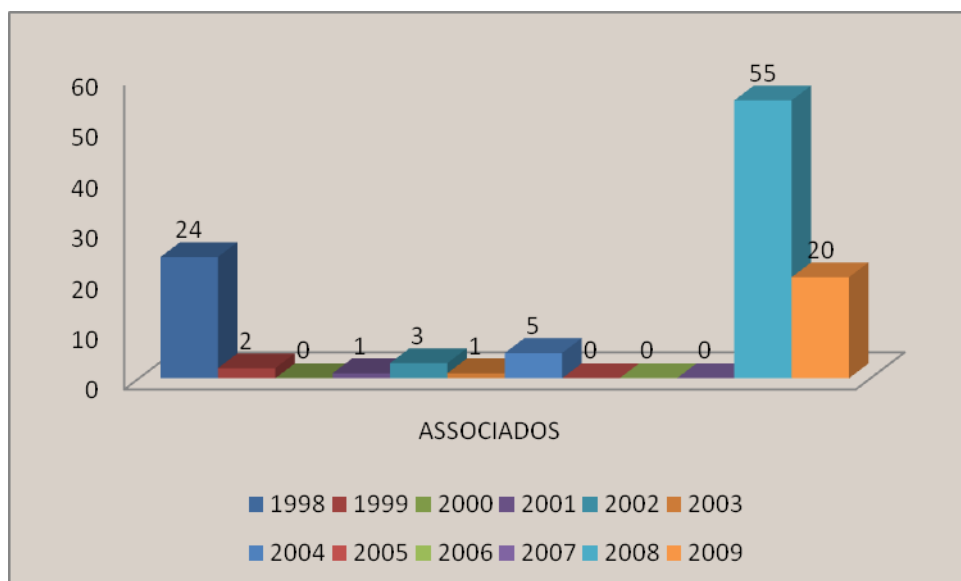


Gráfico 6: Adesão de associados à Ecocitrus (1998-2009).
Fonte: Lista nominativa de associados fornecida pela Ecocitrus.

O pioneirismo desses agricultores fez com que esse grupo passasse a ser visto de maneira diferente pelos outros produtores e em até alguns momentos sendo tachados de insanos, recebendo o apelido de “15 ecoloucos”. Dos 15 fundadores da Ecocitrus foi possível contatar 12, já que o restante não mais estava integrado ao grupo. As entrevistas realizadas com os outros membros da cooperativa forneceram a base para um maior entendimento da visão que os mesmos tinham com relação a constituição do grupo e sua consolidação, uma vez que alguns deles, apesar de não serem sócios, puderam vivenciar os primeiros momentos das duas organizações. Além disso, dentre os inquiridos havia também aqueles que recentemente integraram-se ao grupo, representando uma boa oportunidade de identificar a percepção destes quanto ao engajamento e a integração do coletivo. Dessa forma, foram realizadas ao todo 30 entrevistas entre os meses de julho de 2008 e janeiro de 2010. Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes e situar o leitor durante a exposição dos resultados, os produtores foram nominados de Produtor 1 a Produtor 30.

Todos os entrevistados se enquadram na categoria de pequeno produtor de agricultura familiar. De acordo com a legislação vigente no país, o produtor enquadra-se na agricultura familiar quando são preenchidos os critérios relacionados ao tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva (ALTAFIN, 2007). Os citricultores do município de Montenegro estão representados de forma organizada através da Ecocitrus e da Associação Montenegrina de Fruticultores. Essa segunda, criada em 1998, tem o objetivo de representar os interesses dos citricultores frente à comunidade, sendo formada por 25 associados e 40 famílias envolvidas na fruticultura (PREFEITURA DE MONTENEGRO, 2008).

Como forma de situar o leitor sobre a dimensão do público estudado, torna-se importante salientar que no município de Montenegro existem aproximadamente 1300 citricultores, com uma produção estimada de 17 mil kg/ha. Além disso, ainda existem 11 produtores de mudas cítricas e 3 agroindústrias que geram renda e empregos diretos e indiretos para a região. Conforme já informado, a Ecocitrus conta hoje com 111 sócios registrados que são responsáveis pela produção de quase seis milhões de quilos de frutas *in natura* e 280 mil litros de suco processado na agroindústria de sua produtividade (PREFEITURA DE MONTENEGRO, 2008; ECOCITRUS, 2009a).

Posto isso, o tópico seguinte apresentará os instrumentos utilizados para obtenção das informações junto aos pequenos produtores, bem como os benefícios e os percalços enfrentados nesta etapa da pesquisa.

5.4 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para a obtenção das informações necessárias para discutir a problemática em estudo foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 65), a compreensão da forma de vida dos respondentes é a condição fundamental para o uso da pesquisa qualitativa nas ciências sociais e afirmam que:

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.

As informações colhidas com a entrevista qualitativa muitas vezes apresentam resultados surpreendentes que necessitam de uma investigação posterior mais detalhada. Pode-se ainda afirmar que “[...] a compreensão em maior profundidade oferecida pela entrevista qualitativa pode fornecer informação contextual valiosa para ajudar a explicar achados específicos” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 65-66). Foi isso o que ocorreu durante as interpelações realizadas com os pequenos produtores rurais. As primeiras entrevistas revelaram informações que se mostraram de extrema importância para a compreensão do problema e resultaram em adaptações na estrutura da pesquisa.

A escolha da entrevista como instrumento para a coleta de dados ocorreu devido às vantagens envolvidas na aplicação do mesmo. Gil (1994) pontua algumas dessas vantagens e dentre elas pode-se destacar a eficiência na obtenção de dados em profundidade sobre o comportamento humano e a possibilidade de classificação e quantificação dos dados obtidos (GIL, 1994). A classificação dos dados em categorias temáticas foi uma ferramenta que colaborou muito para a interpretação das informações colhidas.

Dessa forma, as entrevistas consistiram na conversação realizada de forma continuada entre pesquisador e informante e foram conduzidas de acordo com os interesses do primeiro (QUEIROZ, 1988). Assim, o diálogo foi encaminhado de acordo com os assuntos que de fato apresentaram relevância à proposta do estudo e para a elucidação do problema.

Antes do agendamento das entrevistas o pesquisador realizou visitas às comunidades envolvidas, objetivando colher informações que o auxiliassem na formulação das perguntas. Tal atitude fez com que o pesquisador se tornasse conhecido entre os membros da cooperativa e da comunidade, gerando um ambiente de confiança e fazendo com que as

pessoas entendessem que se tratava de uma pesquisa de cunho estritamente acadêmico, podendo resultar em melhorias para toda a comunidade. Adquirir a confiança de um determinado grupo não é uma tarefa simples. É comum encontrar em agrupamentos sociais pessoas com os mais divergentes posicionamentos políticos, sejam eles partidários ou não. Para obter êxito na investigação, procurou-se a isenção diante de questões polêmicas ou divergências ideológicas que existiam no grupo, seguindo as recomendações de Triviños (1987, p. 143) quando informa que o pesquisador deve permanecer longe de “qualquer tipo de rivalidade” ou ainda identificar-se de maneira comprometedoramente com determinado grupo devido a ideologias que possuía.

Porém, mesmo se esforçando para permanecer neutro diante dos interesses internos do grupo, o pesquisador sempre será encarado como um desarticulador em potencial à medida que poderá ter inclinação favorável para determinada pessoa ou grupo (TRIVIÑOS, 1987). Tal desconfiança foi identificada logo na primeira visita à cooperativa no contato com a secretária da organização solicitando dados numéricos sobre os atuais filiados. A funcionária relutou de início e só veio a fornecer o solicitado após ser confirmado que o pesquisador já havia entrado em contato com um dos diretores e possuía aval do mesmo. Esse fato foi isolado e da segunda visita em diante a recepção foi amistosa pelas pessoas que faziam parte do dia-a-dia da Ecocitrus. Cabe ressaltar que a profissional em momento algum teve uma postura rude e a sua atitude em negar inicialmente a documentação solicitada foi plenamente compreendida pelo pesquisador, uma vez que naquele momento ele ainda era um estranho.

Após os primeiros contatos com os membros da diretoria e de posse de informações sobre a cooperativa e seus associados, foi iniciada a etapa de formulações dos tópicos para as entrevistas. Seguindo as orientações de Gil (1994), que informa que não existem regras pré-estabelecidas para a elaboração de perguntas e na condução de entrevistas, mas algumas recomendações com base na experiência de muitos pesquisadores, foram feitas perguntas diretamente ao entrevistado apenas quando o mesmo estava pronto para fornecer a informação desejada, evitando momentos de indisposição ou limitação de tempo. Tais momentos fizeram com que o entrevistador se concentrasse apenas nas informações transmitidas, limitando a amplitude da pesquisa. As perguntas iniciais tiveram um caráter mais ameno, evitando negativismos por parte do respondente. Tomou-se cuidado para que os questionamentos não deixassem implícitas as respostas, sendo realizados um por vez para que não resultasse em excesso de informações para o respondente. Como tratou-se de um modelo de entrevista semi-estruturada, foi elaborado apenas um roteiro inicial (Apêndice A) com os

questionamentos que nortearam o diálogo. O pesquisador procurou seguir todas as recomendações de Gil (1994) e obteve êxito na realização das entrevistas.

Inicialmente foram realizadas entrevistas com membros do Conselho Administrativo da cooperativa em três encontros diferentes. O objetivo inicial era identificar a percepção dos mesmos sobre cooperativismo e trabalho em grupo. Além disso, como alguns deles fizeram parte dos “15 ecoloucos”, esse primeiro contato contribuiu para a formulação dos questionamentos a serem realizados com os outros sócios. Todas as conversações foram realizadas na sede administrativa da cooperativa de forma individualizada. Em seguida partiu-se para as entrevistas com os pequenos produtores que residem no município de Montenegro, deixando as cidades mais distantes para as visitas posteriores. A escolha dos entrevistas ocorreu por conveniência. O primeiro grupo de entrevistados, após os membros da diretoria, foi obtido durante a Assembléia Ordinária mensal da Ecocitrus, realizada no dia 10 de Setembro de 2009, atividade que ocorre sempre na segunda quinta-feira de cada mês. Nessa ocasião foi cedido ao pesquisador um espaço na pauta para que o mesmo pudesse explicar o trabalho que estava desenvolvendo e convidar voluntários para participarem como informantes. O pesquisador foi ouvido com atenção e curiosidade pelos presentes, dentre eles o Secretário de Agricultura de Montenegro, e, após essa apresentação, foi dada continuidade à assembléia sendo comunicado o ingresso de novos sócios, totalizando a partir daquele momento 111 cooperados. A Figura 7 mostra o momento inicial da assembléia onde ainda eram poucos os participantes. Estavam presentes 37 sócios, sendo a grande maioria homens. Na ocasião ainda foi comunicado que nos dias 17 e 18 daquele mesmo mês seria realizada a auditoria anual da FLO e que o profissional responsável pela auditoria sortearia algumas propriedades para serem visitadas, assim os sócios deveriam evitar manter-se ausentes das mesmas naqueles dois dias.



Figura 7: Assembléia da Ecocitrus
Fonte: autoria do pesquisador (10/09/2009).

O encontro teve a duração de aproximadamente 3 horas e ao final o pesquisador foi procurado por 4 produtores associados que manifestaram interesse em participar da pesquisa. Foram assim agendados encontros para a semana seguinte com o objetivo de coincidirem com a auditoria da FLO. Posteriormente outros produtores foram contatados por telefone e novas datas para visitas a região foram marcadas. Seguindo as indicações de Spradley (1979 *apud* TRIVIÑOS, 1987)¹⁶, o investigador verificou no momento do contato telefônico a disponibilidade adequada de tempo por parte do entrevistado e se ele possuía um bom conhecimento acerca das circunstâncias que envolvem a pesquisa em questão. Com o intuito de reduzir os riscos na escolha dos entrevistados seguiu-se a orientação de Triviños (1987) que aconselha estabelecer contatos informais com uma quantidade significativa de pessoas que se enquadram no perfil almejado. Isso foi feito em momentos de visita à sede da cooperativa e contribuiu para que fossem identificadas pessoas com maiores chances de contribuir para o estudo.

No dia seguinte à assembléia o pesquisador entrou em contato com um dos membros do Conselho Administrativo da cooperativa para verificar a possibilidade de acompanhamento da auditoria da FLO. O produtor informou que a auditoria era dividida em dois momentos – auditoria documental e visitas às propriedades – e que não haveria qualquer impedimento no acompanhamento do segundo momento, que seria realizado no turno vespertino. Dessa forma, contactou-se novamente os produtores a serem entrevistados e verificou-se a possibilidade das entrevistas serem realizadas no turno matutino, ficando com a

¹⁶ SPRADLEY, J. P. *The ethnographic interview*. Belmont: Wadsworth, 1979.

tarde livre para acompanhar a realização da auditoria. Os sócios prontamente atenderam a solicitação de adaptação dos horários e todas as conversas foram agendadas para o turno da manhã. As demais entrevistas foram realizadas em mais 4 visitas à região do Vale do Caí e totalizaram 30 produtores participantes.

Com o objetivo de entender melhor as dinâmicas relacionadas a organização da cooperativa e como são tomadas as decisões administrativas, foi aberta a possibilidade de participar de todas as Assembléias Ordinárias. Devido a limitação de tempo, conseguiu-se participar em apenas mais duas ocasiões. A figura a seguir apresenta uma dessas oportunidades.



Figura 8: Assembléia da Ecocitrus
Fonte: autoria do pesquisador (08/10/2009).

Ao realizar as primeiras transcrições das conversas, o pesquisador notou que algumas informações fornecidas necessitavam de esclarecimentos. Com isso, contando com a boa vontade dos associados, foi possível contatar pela segunda vez mais dois produtores. Em virtude da dinâmica de trabalho de um deles, a entrevista foi realizada durante o Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre, em janeiro de 2010, onde este integrante participava de um seminário sobre Comércio Justo e Economia Solidária. Durante o evento ainda foi possível adquirir mais informações que contribuíram para o referencial teórico deste estudo.

Com o objetivo de ampliar as informações disponíveis para análise, além das entrevistas semi-estruturadas, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) pesquisa bibliográfica realizada através de livros, artigos de periódicos,

documentos, pesquisas efetuadas e outros;

b) pesquisa documental por meio de informações obtidas em arquivos da cooperativa, organizações não-governamentais e outras entidades ligadas ao tema;

c) pesquisa eletrônica em *sites* das principais instituições envolvidas com comércio justo.

As pesquisas eletrônicas realizadas em *sites* de órgãos oficiais, como a Prefeitura de Montenegro e EMATER, resultaram na obtenção de dados acerca da região onde está inserida a cooperativa, bem com de informações sobre a agricultura familiar e a citricultura orgânica praticada no Vale do Caí. Um técnico da EMATER também colaborou de maneira significativa no fornecimento de materiais e contatos que ajudaram no entendimento do processo histórico da Harmonicitrus e da Ecocitrus.

A quantidade de entrevistados foi definida utilizando-se a saturação das informações encontradas. Segundo Who (1994), o “ponto de saturação” é atingido quando as informações colhidas com os novos entrevistados começam a ser repetidas, sem o acréscimo de informações relevantes. Dessa forma, o pesquisador deu como encerrada a coleta de informações no campo e deu início a análise e interpretação dos dados. Todavia, antes de abordar tal análise, faz-se importante informar ao leitor quais os procedimentos éticos adotados nesta pesquisa.

5.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Percorrendo as orientações de Cervo e Bervian (2002), o entrevistador teve o cuidado de informar previamente aos informantes os objetivos da entrevista e o seu caráter acadêmico. Além disso, com o intuito de preservar a identidade dos respondentes, os mesmos receberam um termo de consentimento (Apêndice B) deixando claro que todas as informações concedidas nas entrevistas seriam utilizadas apenas para fins acadêmicos, assegurando assim o seu total anonimato. O termo ainda incluía o endereço e o telefone de contato do pesquisador principal, para que a qualquer momento o entrevistado pudesse tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação na pesquisa. Nesse documento ele declarava que entendia os objetivos, riscos e benefícios de sua participação na pesquisa e concordava em participar de forma voluntária. Acredita-se que tal atitude fez com que o entrevistado ficasse mais à

vontade para responder aos questionamentos e a entrevista transcorresse com mais fluidez.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e logo após a realização foi iniciado o trabalho de transcrição. Obedecendo às orientações de Bauer e Gaskell (2002), antes mesmo de iniciar a entrevista, o entrevistador, de forma gentil e descontraída, explicou que o uso do gravador fazia-se necessário como auxílio à memória e “[...] um registro útil da conversação para uma análise posterior” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 82). Assim, teve-se mais autonomia para concentrar-se no que era dito ao invés de utilizar o tempo concedido para tecer anotações. Todos os entrevistados concordaram com a gravação, aparentando ansiedade nos primeiros momentos, mas, à medida em que a conversa ia avançando, os mesmos ignoravam a existência do aparelho e mantinham a atenção apenas no entrevistador.

Junto com as entrevistas, o registro histórico da Ecocitrus representou uma das mais importantes fontes de coleta de dados. Afim de tornar fidedignas as informações acerca da cooperativa e dos seus associados, o pesquisador conseguiu acesso irrestrito à cópias de documentos como Estatuto, Regimento Interno e Ata de Fundação, além de dados numéricos referentes à produção dos cooperados. Ao saber de existência de um portfólio contendo recortes de reportagens sobre a cooperativa o pesquisador pediu autorização para levá-lo e fazer cópia das matérias que pudessem servir de fonte para a pesquisa, sendo prontamente atendido. A fim de tranquilizar a cooperativa quanto ao uso do material cedido, o pesquisador forneceu um Termo de Solicitação de Responsabilidade de Coleta de Dados (Apêndice C), onde o mesmo se comprometia em não danificar ou realizar uso indevido dos documentos, além de, após o término do estudo, remeter a essa Diretoria uma cópia final do trabalho.

5.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e a interpretação das informações teve início com a transcrição das entrevistas concretizadas. Todas as 30 entrevistas foram transcritas e totalizaram mais de 10 horas de gravação. Segundo Duarte (2004), uma série de cuidados devem ser tomados ao se efetuar transcrições de entrevistas, sendo que um deles é iniciar o processo de transcrição, de preferência pelo próprio entrevistador, logo após a finalização da entrevista. Seguiu-se as recomendações da literatura e isso contribuiu para um maior aproveitamento das informações, já que a conversação ainda estava “bem fresca” na memória. Duarte (2004) ainda chama

atenção para a necessidade da conferência de fidedignidade que consiste em “[...] ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos, acompanhando e conferindo cada frase, mudanças de entonação, interjeições, interrupções etc” (DUARTE, 2004, p. 220). Esse procedimento ajudou a reparar erros e evitar respostas induzidas.

Posteriormente às leituras dos arquivos transcritos deu-se início à análise de conteúdo das informações. Essa ferramenta é, antes de tudo, um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1991, p. 38). Como etapa inicial do processo, foi realizada a descrição, ou seja, “[...] a enumeração das características do texto, resumida após tratamento”. O passo seguinte foi a inferência, que consistiu na dedução lógica que resultou no entendimento das causas e conseqüências da mensagem. E, por fim, a interpretação da mensagem foi a última etapa da análise e consistiu na “[...] significação concedida a estas características” (BARDIN, 1991, p. 39).

Como ferramenta de auxílio na categorização e análise das informações foi utilizado o *software* NVivo. A seguir serão apresentadas as etapas e a forma como foi realizada a classificação e categorização das informações obtidas com as entrevistas.

Ordenação dos dados – é a etapa de organização do material. Como já havia sido realizada a transcrição das entrevistas, os arquivos de texto foram inseridos no software para que a codificação fosse realizada. Cada um dos 26 arquivos recebeu o nome do produtor entrevistado para facilitar a identificação no ato da codificação.

Classificação dos dados – etapa onde são realizados os processos de codificação, classificação e categorização dos dados. Dentro da ferramenta *nodes* (unidades de registro) foram criados os *tree nodes* (categorias hierarquizadas), um para cada momento do *empowerment* (contexto, motivação, engajamento, integração e conscientização). Dentro de cada uma dessas categorias foram criadas subcategorias mais específicas com o objetivo de aprofundar ainda mais os cinco momentos do *empowerment* definidos por Kieffer (1984). No total foram criadas 14 subcategorias.

Análise final – após a criação das categorias e subcategorias foi realizada uma releitura completa de todos os trechos selecionados na etapa anterior e o cruzamento com o referencial teórico utilizado.

Além do auxílio na análise de conteúdo, o NVivo foi utilizado também para facilitar a caracterização dos participantes. Para isso, foram criados documentos para cada entrevista e atributos para cada documento (sexo, idade, estado civil, escolaridade, tempo de associação). Tal forma de organização tornou mais completa e ágil a caracterização dos pequenos

produtores pesquisados.

Posto isso, será apresentada a seguir a análise envolvendo, principalmente, os discursos dos sócios-fundadores da Ecocitrus que, caracterizados através dos cinco momentos do *empowerment* de Kieffer (1984), contribuirá para a discussão dos questionamentos lançados.

6 TRAJETÓRIAS DE *EMPOWERMENT* NA FORMAÇÃO DA ECOCITRUS

Nesse capítulo serão apresentados elementos que permitirão conhecer as trajetórias dos fundadores da Ecocitrus, explorando a metodologia proposta por Kieffer (1984) para discutir *empowerment* através dos cinco momentos desse processo. Para tanto, faz-se necessário retomar alguns elementos do processo histórico, não somente da cooperativa, mas é importante apresentar também as organizações as quais os seus criadores estavam vinculados anteriormente e como se deu a formação do grupo. Apresentar-se-á também uma breve descrição do cenário atual da agricultura familiar no Brasil, em especial na região do Vale do Caí, onde está inserida a Ecocitrus. Posteriormente, como forma de entender a trajetória dos associados, serão utilizadas falas dos produtores que fizeram parte desse processo, bem como documentos que abordam os primeiros passos dessa criação. Logo em seguida utilizar-se-ão ainda os relatos dos sócios-fundadores para identificar as dificuldades enfrentadas na formação do grupo e como ocorreu a constituição formal da cooperativa.

6.1 CONTEXTO DOS PRODUTORES

Cabe salientar que a região do Vale do Caí, assim como muitas outras regiões do país, enfrenta diversos problemas relacionados à lógica de mercado e a dependência de agroquímicos. Essa última ocasionou sérios revezes para a produção como o aumento de pragas e doenças, a diminuição de abelhas e outros insetos polinizadores e o empobrecimento do solo. Tais adversidades acabam por refletir em aumentos no custo de produção, além de ocasionar prejuízos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e consumidores (BATISTA *et al.*, 2002). Schäfer e Dornelles (2000), também advertem sobre os perigos dos agrotóxicos na produção de citros no Vale do Caí. Segundo eles, a venda de mudas de plantas cítricas contaminadas feitas pelo viveirista cria “sérios problemas ao citricultor, pois os pomares formados com essas mudas têm o rendimento e a longevidade comprometidos, além de causar transtornos na comercialização e na época de colheita” (SCHÄFER e DORNELLES, 2000, p. 588).

Conforme salienta Batista *et al.* (2002), a lógica de mercado também limita o poder de negociação do pequeno produtor. A busca por soluções alternativas aos modelos de

comercialização existentes torna-se a saída encontrada por muitos. Aqueles que trabalham com o comércio justo têm como um dos fatores positivos a eliminação do atravessador, fazendo com que seus produtos cheguem ao mercado consumidor com um custo reduzido sem perder a qualidade.

Segundo Schneider e Waquil (2001), a pobreza rural e as desigualdades sociais e regionais ainda estão presentes em grande parte das regiões brasileiras. Essa vulnerabilidade, que nem sempre é de ordem econômica, é um fator agravante no ‘desempoderamento’ dos pequenos produtores. Isso significa que os mesmos não têm poder suficiente para mudar a sua própria realidade e sofrem as consequências das relações de poder e dominação do meio que estão inseridos. O *empowerment* desses produtores e suas famílias pode representar “[...] um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional” (ROMANO, 2002, p. 19).

De acordo com as concepções já apontadas por Barbosa (1978), os pequenos produtores dos países menos desenvolvidos que utilizam a agricultura familiar passam por diversas carências ligadas ao acesso às informações, novas tecnologias, escoamento da produção e acesso à mercados mais distantes. Dessa forma, a comercialização acaba sendo realizada em pequenos mercados locais onde os critérios para a formação dos preços está baseada em leis que pouco os favorecem.

Com os pequenos produtores localizados em Montenegro a situação não se altera muito. As leis de proteção aos mercados fazem com que muitos produtores concentrem suas atividades em mercados locais já bastante concorridos e que beneficiam, na maioria das vezes, apenas os grandes e tradicionais produtores. Segundo Batista *et al.* (2002, p. 9-10), para reverter esse quadro adverso seriam necessárias mudanças nas relações entre produtores, indústria, consumidores e meio ambiente “visando a revitalização da citricultura, a produção de alimentos saudáveis e a não-agressão ao meio ambiente”. Com a perspectiva de tais alterações é que irão surgir a partir da segunda metade do século XX novas propostas de comercialização visando proteger os pequenos produtores.

6.2 PRIMEIRO MOMENTO: O CONTEXTO

A partir desse momento serão apresentadas as cinco etapas do *empowerment* de acordo com a proposta de Kieffer (1984). Para cumprir esse objetivo, será descrita a trajetória dentro do sistema associativista e cooperativista dos 15 sócios-fundadores da Ecocitrus. Para tanto, necessita-se fazer uma descrição do contexto do qual eles faziam parte antes da criação dessa organização.

A fim de tornar essa explanação mais didática, a Figura 9 apresenta uma sistematização das análises realizadas englobando todos os momentos do *empowerment* de Kieffer (1984) e seus principais eixos.



Figura 9: Sistematização da análise do estudo.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *software* Nvivo.

As deficiências no acesso à informação, por muitas vezes, fazem com que o pequeno produtor rural seja excluído de oportunidades envolvendo novas técnicas ou novos programas ligados ao desenvolvimento rural. Segundo Brose (2000), não é incomum também identificar órgãos públicos que atuam no meio rural trabalharem na implementação de programas sem que a população em geral saiba exatamente as propostas de tais iniciativas.

Os muitos projetos e programas públicos no meio rural tiveram assim grande parte de sua eficácia potencial esvaziada e se transformaram em larga medida em instrumentos de preservação das estruturas sociais e econômicas vigentes, ou seja, em instrumentos de preservação da pobreza no meio rural (BROSE, 1999, p. 118).

Dessa forma, muitas vezes iniciativas que prometem o desenvolvimento rápido e seguro de populações rurais são encaradas com desconfiança por produtores que tiveram experiências mal-sucedidas após acreditarem de maneira entusiástica na proposta de

lideranças setoriais e de políticos. Com os pequenos produtores rurais da região do Vale do Caí não foi diferente. Diversas foram as propostas governamentais que tinham por proposta a melhoria na qualidade de vida do “homem do campo”, porém muitas delas se transformavam “em uma ‘lista de papai-noel’, com gastos pontuais e pulverizados que dificilmente estão inseridos no contexto de uma visão maior do município” (BROSE, 1999, p. 119).

Nesse sentido, os pequenos produtores rurais de Montenegro e municípios vizinhos viviam uma constante relação de dependência com o Estado, uma vez que estavam habituados a lógica de programas de caráter assistencialista, onde os serviços públicos não eram encarados como direitos, mas muitas vezes eram vistos como favores que se obtinham através de relações pessoais (BROSE, 1999). Dessa maneira, os direitos de tais cidadãos eram subtraídos sem que os mesmos tivessem a percepção disso. Essa relação vai ao encontro da proposta defendida por Dowbor (2003) ao abordar o *empowerment* no âmbito da sociedade civil. De acordo com o autor, o Estado deve ter a obrigação de proporcionar à sociedade mecanismos para participar de maneira mais efetiva na administração dos recursos públicos. Ele também defende uma transferência de poder por parte do Estado, proporcionando mais força às instâncias locais.

Considerando esses pressupostos, conforme já abordado por Barbosa (1978), os pequenos produtores passam por diversas carências que tornam o escoamento da produção e acesso à mercados mais distantes um desafio quase intransponível. Assim, sem alternativas viáveis, muitas vezes só resta para esses trabalhadores a comercialização em pequenos mercados locais onde acabam saindo em desvantagem. Outro grande limitador se faz presente na figura do atravessador. Os relatos a seguir demonstram como se dava a relação deles com esses comerciantes, onde muitas vezes os produtores se tornavam reféns dos preços estabelecidos, sem ter o poder de barganha suficiente para negociar.

Era difícil, olha que eu gastava muito telefone atrás de comprador e intermediário e eles faziam o que queriam com a gente, pagavam quando queriam, era muito difícil, difícil mesmo, tu tinha que correr atrás. E aí eles pagavam o que queriam, classificavam o jeito que queriam, enchiam as caixas do jeito que queriam, eles não se importavam se a fruta fosse se arrebentar por cima, eles enchiam e colocavam outra caixa por cima e assim ia. Então a gente perdia de tudo que é jeito e muitas vezes eles davam o cano na gente, não pagavam (Produtora 5).

A gente trabalhava bastante pra vender as frutas e no fim não recebia, se recebia era menos do que o combinado. Vamos supor, eles vinham e faziam o preço de 10 Reais a caixa, a gente apanhava pra receber em 60 dias, passava 60 dias só pagava 7 ou 8 Reais a caixa e isso desanimava. Não plantava, não cortava, porque tava desanimado (Produtor 10).

Com certeza todo mundo vai dizer a mesma coisa que é o atravessador, é o problema principal que a gente encontrava no comércio do citrus, sempre ele leva vantagem de toda maneira (Produtor 14).

A produção há muitos anos atrás era mais fácil porque não havia tantas doenças e a comercialização também porque faltava produtos, depois ela ficou difícil com os atravessadores, com produtos de baixa qualidade [...] eu sempre digo que tomara que eu nunca precise voltar pro convencional, pra época que a gente estava com atravessadores (Produtor 19).

[...] é o atravessador, é o problema de comercialização. O pessoal compra – esse ano o preço foi até um pouquinho melhor, ontem fez 1 ano que deu o temporal aqui e desmanchou tudo – o pagamento é um problema, quando recebe. Não tem um produtor aqui que não perdeu dinheiro. Os caras pegam na cara dura e na hora de pagar não pagam (Produtor 22).

Uma das coisas assim, trabalhando e dando um retorno bom, mas aí vende a fruta, recebe um cheque sem fundo e trabalhar pros outros! (Produtor 23).

Aqui na região, é de praxe, praticamente todos dependem de intermediários e a maioria dos intermediários são picaretas, picaretas nota 10. Então a gente dependia da boa vontade deles pra receber e muitas vezes não recebia (Produtor 24).

Era difícil, o gasto que a gente tinha, você tinha que vender as frutas pro intermediário e eles pagavam o que queriam, até um dia eu briguei com a mulher que comprava as minhas frutas que era pra ela parar de ganhar dinheiros às minhas custas. Ela ficou brava comigo e daí ela me convidou pra ir com ela olhar lá em Rio Grande, e eu disse “eu vou porque eu quero ver de perto” [...] Eu achava que eles chegavam com o caminhão lá e vendiam tudo logo, mas não é tão fácil assim. Vem um e compra uma caixa e vem outro e diz que a fruta não presta (Produtora 25).

eu era bem autônomo né. Eu produzia e vendia minha própria fruta, era muito trabalho. Eu vendia pra CEASA¹⁷ lá em Porto Alegre né. Foi 13 a 14 anos pra CEASA. E aí depois eu tinha dois atravessadores. Até que um ano desses apareceu um comprador de São Paulo né, aí eu até vendi. E aí veio um amigo meu e me disse, “[...], esse cara gostaria de comprar direto do produtor, tu não faria cargas pra ele?” E acho que duas semanas eu vendi pra eles lá. Eu era muito caprichoso. Classificava minha fruta em 4 tamanhos né. Então tinha uma freguesia muito boa. E eu fazia o preço e eles me pagavam né. Vendia às vezes o mais caro de todos né, mas vendia. E aquele cara de São Paulo não se importava muito com a classificação. E aquilo funcionou bonito né. Bah, o cara pagava um preço que eu não recebia aqui. E assim foi quase 2 anos. Mas aí depois o terceiro ano aquele paulista mandou um comprador aqui, e começou pagar pelo meu arvoredo aqui. Mas aí vendi só um ano, e vendia bem. Mas depois ele não pagou mais o pessoal, ele quebrou (Produtor 29).

Ah, antes vendia nos comprador, sempre tem né, esses comprador que passam nas ruas assim, eles pegam e vendem pra CEASA. Só que a gente não vende mais pra ninguém [...] tem época que tem comprador, e quando tu tem muita fruta aí não consegue vender né. Sempre a dificuldade era muito essa né, e o preço muito baixo e não garantia de que tu conseguiria vender (Produtora 30).

Conforme observado, a insatisfação com a relação entre produtores e atravessadores aparece como unanimidade entre os trabalhadores da região. Praticamente era inexistente a cumplicidade a medida que a desonestidade era comum nas negociações. Não raro muitos deles eram vítimas de engodos e falsas promessas, pois vendiam sua produção por valores

¹⁷ Centro de Abastecimento de Alimentos.

previamente combinados, porém, ao final recebiam pagamentos inferiores e com grande atraso. Assim, essas falas deixam transparecer que o intermediário era o principal responsável pela fraca participação financeira do produtor na comercialização. A Produtora 25 ameniza um pouco a má impressão sobre esses comerciantes alegando que eles também têm dificuldades para repassar a fruta para o mercado. Entretanto, no seguimento do seu relato ela informa que, mesmo com todos os obstáculos, a situação do intermediário ainda é mais cômoda que a do produtor:

Mas eles tiram, os intermediários tiram. Pode ver, o citricultor nunca tira um carro novo, e o intermediário ele consegue, eles ganham, não é tão fácil, mas tiram (Produtora 25).

Diante desse contexto, começou a surgir entre os produtores que vivenciavam constantemente tal situação um sentimento de inconformismo e revolta, o que pode ser relacionado ao que cita Kieffer (1984). A segunda parte do relato da Produtora 25 identifica que a mesma percebe a contradição existente naquela relação comercial, pois um dos lados estava em clara situação de vantagem. A sua insatisfação fez com que tomasse a atitude de verificar de perto o desfecho do processo de venda ao consumidor e concluísse que, apesar de alguns inconvenientes, o atravessador colhia benefícios que superavam em muito os seus.

Nem todos os entrevistados estabeleciam relações comerciais com os intermediários. Através de pequenas feiras organizadas de maneira independente alguns produtores estabeleciam uma relação direta com o consumidor final. Entretanto, isso não significa que as dificuldades deixavam de existir. O exaustivo processo de organização e montagem das feiras era encarado de modo desafiador para muitos deles. As falas seguintes descrevem os principais dificultadores desse processo:

O que é certo é que a gente mesmo irá comercializar o nosso produto, sair da mão dos terceiros. [...] Porque a dificuldade está onde vender. Todo começo é difícil, um camarada quando começa a trabalhar em qualquer atividade tudo é difícil (Produtor 8).

[...] a gente tinha horta aqui em casa, minha mãe cuidava da horta e eu levava pro mercado, pra feira [...] Então toda essa parte da feira, de produção, arrumar, embalar, era eu que fazia junto com o pessoal, eu era a responsável, e em 2006 eu resolvi sair de lá (Produtora 13).

Então uma coisa que eu digo até hoje é que a gente ainda tem muita dificuldade na questão da comercialização, essa é a parte mais complicada (Produtor 15).

Meu pai e meu tio trabalhavam na CEASA, eles tinham um caminhão há 40 anos e eles mesmos faziam a comercialização deles, e há 20 anos atrás eles começaram uma feira convencional em Porto Alegre, eles tinham 3 feiras, na época talvez 40% da produção já era vendida direto ao consumidor. A feira dava muito trabalho e o pomar com grande produção também dava muito trabalho, então na época era mais

vantagem vender aqui na porteira da propriedade do que levar ao consumidor, então se parou com as feiras e ficou na propriedade. Foi quando a gente começou a recuperar o pomar e aí a gente caiu na vala comum e na vala comum sabe como que é, um ano é bom e outro ano é ruim (Produtor 16).

De acordo com essas falas, a atividade de venda da produção direto ao consumidor não era simples e bem cansativa. O último relato é bem claro ao informar que era mais vantajoso vender na porta da propriedade do que deslocar toda uma estrutura para as cidades vizinhas ou para a capital. Todos os produtores entrevistados que utilizavam esse mecanismo de venda direta relataram que desistiram das feiras devido ao trabalho dispensado.

Além das feiras, outra forma alternativa de comercialização utilizada na região era a Casa do Produtor Rural (Figura 10), espaço destinado a venda de produtos de consumo e artesanato criados por pequenos produtores rurais da região. Atualmente a Casa está localizada no centro de Montenegro e abriga dezenas de boxes para o comércio de diversos itens.



Figura 10: Casa do Produtor Rural
Fonte: autoria do pesquisador (08/10/2009).

Mesmo fazendo parte de uma associação, ainda havia uma carência de organização e cooperação em grupo na sua estrutura. De acordo com um dos seus fundadores, ao buscar a instalação de uma unidade para processamento de sucos eles puderam identificar que “o que faltava para a gente era organização, e não uma fábrica de sucos” (BROSE, 2000, p. 263). Assim, com a ajuda da GTZ, através do projeto PRORENDA, os produtores passaram a se organizar e ampliar o grupo. Porém, com o tempo as reuniões iam sendo esvaziadas e muitas pessoas desistiam quando viam que não haveria recursos de imediato. Após algumas reuniões

de planejamento o projeto finalmente começa a ser desenvolvido e os produtores aos poucos vão sendo beneficiados pelos seus resultados.

Conforme observado nas falas desse primeiro momento, a insatisfação e o inconformismo que se refere Kieffer (1984) faziam parte do contexto dos produtores entrevistados, uma vez que não estavam contentes com a situação de desvantagem econômica resultante da dependência de atravessadores e do limitado acesso aos meios de comunicação para o escoamento da produção. O momento que se segue mostra o que motivou esses agricultores a buscar alternativas para mudar essa situação.

6.3 SEGUNDO MOMENTO: A MOTIVAÇÃO

No segundo momento do *empowerment* de Kieffer (1984) – a motivação – os produtores, após identificarem a mesma situação de desvantagem em outros trabalhadores rurais a sua volta, começam a motivar-se para agir em busca de transformações daquela realidade. As dificuldades citadas no primeiro momento (acesso precário à informação, dificuldades na comercialização, relacionamento conflituoso com intermediários) passam a servir de “combustível” na procura de soluções palpáveis para a resolução dos problemas enfrentados. Dessa forma, nessa etapa serão analisadas as principais motivações por trás do processo de mudança de comportamento do grupo.

Conforme já salientado, o PRORENDA tinha como um dos objetivos fornecer aos pequenos agricultores das regiões selecionadas acesso a assistência técnica adequada possibilitando assim um incremento da produção agrícola (FRANÇA *et al.* 2002; BROSE, 1999). Ainda no processo de desenvolvimento das metodologias a serem empregadas nos projetos eram realizadas atividades de interação entre a equipe técnica e as famílias rurais. Como forma de provocar a reflexão do grupo, segundo Brose (1999, p. 86), eram feitas quatro perguntas:

- “1. Como foi no passado, como é hoje, e quais são as chances e perspectivas para o futuro?
2. O que deve ser mudado, o que pode ser mudado e por quais atividades?
3. Quem poderia ajudar nas atividades para mudar?
4. O que poderia ser feito pelos próprios produtores para mudar a situação?”

Nessa primeira etapa participaram 143 famílias no município de Harmonia. A primeira pergunta proporcionava ao inquirido a oportunidade de relatar o contexto ao qual ele estava inserido para, através de uma análise temporal, identificarem-se as mudanças ocorridas na vida dele até aquele momento e quais as suas expectativas para o futuro. Dessa forma, assim como salientado por Kieffer (1984), o sujeito passa a se dar conta das contradições que o cercam e forma-se uma consciência para agir em busca de mudanças. Esse momento pôde ser identificado entre os produtores rurais pesquisados, já que a região onde vivem apresenta particularidades muito próximas, sendo as dificuldades compartilhadas. O relato a seguir confirma tal identidade:

A gente tem feito bastante visita pra outros produtores e a gente sente que eles têm os mesmos problemas que a gente tem e vêem a mesma coisa, e financeiramente nem se fala (Produtor 22).

Dessa forma, o produtor passa a perceber que é possível ter autonomia para mudar a sua realidade e nascem os primeiros sentimentos de inconformismo que resultarão em iniciativas organizadas. As respostas a tais questionamentos eram compiladas para que fossem definidas ações conjuntas através de um Plano de Ação para cada grupo criado, contribuindo dessa maneira para a formalização de direitos legais que, segundo Montaña (2001), é uma das condições necessárias para o *empowerment*.

Ao responder o que pode e deve ser mudado, a equipe do PRORENDA chamava atenção para a necessidade da autogestão do grupo e estimulava a participação de todos na identificação das prioridades da região. Para que isso ocorresse era necessária a capacitação dos participantes, pois somente com um treinamento adequado poderia ser estimulado o surgimento de capacidades e conhecimentos individuais (MONTAÑO, 2001). Assim, foram viabilizadas viagens de estudo para que jovens citricultores da região pudessem conhecer áreas de produção orgânica em São Paulo, por exemplo, e, dessa forma, fosse despertado o interesse de algumas famílias para a conversão de seus sistemas produtivos do convencional para o ecológico. De acordo com Brose (2000, p. 166), “a conversão das propriedades colocou os produtores frente a novos desafios, especialmente no referente à revitalização dos solos”. Os dois relatos a seguir descrevem uma das idas à São Paulo com o objetivo de conhecer tais formas alternativas de produção.

Muito foi devido ao PRORENDA, pois ele proporcionou pra nós a troca de experiências. Eu pude visitar outras culturas. Fomos uma vez pra Semana de Citricultura em São Paulo patrocinado pelo projeto PRORENDA no início da década de 90, em 92. Nós queríamos conhecer a citricultura de São Paulo porque era

tido como de primeiro mundo e nós na época tínhamos bastante dificuldades como convencional (Produtor 7).

E aí a gente se foi, começamos a fazer um monte de reunião, as primeiras foram lá em Harmonia. [...] Ah, com esse próprio PRORENDA, que nos pagavam viagem pra gente fazer os estudos né, como ônibus cheio pra ir pra São Paulo né, ver propriedades lá com hortas lá que nós vimos que era orgânicas né. E o pessoal trabalhando orgânicos e ver como é aquilo. E assim nós fomos adivinhando né, e daí começamos (Produtor 29).

Essa experiência é considerada por muitos produtores o marco inicial para a mudança na forma de produção e adoção da citricultura orgânica. O Produtor 7, na continuidade do seu relato, informa que foi durante a Semana de Citricultura que ele pôde “despertar” para os perigos que ele e a sua família estavam expostos com a produção baseada na aplicação de agrotóxicos. Outro ponto a ser destacado é que a locomoção até outro Estado só foi possível mediante a viabilização financeira do PRORENDA, uma vez que nem os produtores, nem a associação, estavam em condições de arcar com as despesas necessárias para tal deslocamento.

A preocupação com uma alimentação mais saudável e livre de qualquer tipo de elemento químico começa a transformar o cenário da agricultura no país, tanto para produtores quanto para consumidores. Baseando a sua produção em uma agricultura ecológica os pequenos produtores rurais que mudaram a sua forma de plantio perceberam que poderiam aumentar a sua produtividade e diminuir os custos de produção, contribuindo assim para o controle da poluição. Além de benéfico para a saúde humana, os produtores reconhecem que a produção ecológica protege o ecossistema a medida que assegura uma absorção equilibrada de nutrientes que mantém a planta sadia e o solo em boas condições para plantio.

Assim, os relatos mostram que as motivações que fazem com que um produtor troque o modelo de produção convencional, baseada no uso de agrotóxicos, para uma produção orgânica, pautada em compostos naturais, são as mais diversas. No caso dos produtores que faziam parte da Harmonicitrus, as justificativas variavam entre problemas pessoais, financeiros e mudanças ideológicas. O depoimento da produtora a seguir retrata como o uso de agrotóxicos quase resultou em tragédia e fez com que tal prática convencional deixasse de ser usual na sua propriedade.

A gente praticamente não usava veneno, só usava 1 ano e horta era tudo natural e feijão e arroz não usava nada porque era pra saúde de família. Meu sogro usou muito veneno. Então quando eu tinha meus filhos pequenos eles ficavam com ele porque eu ia pra plantação de mato com o meu marido, e quando o meu guri tinha 1 ano eu quase perdi ele por causa de veneno. Ele teve 9 dias no hospital à base de soro e quando o médico disse que não sabia mais o que fazer a gente fez uma promessa e conseguimos salvar ele. Ele ia mandar ele à Porto Alegre. Tudo porque ele pegou a conchinha que o meu sogro media os venenos e ele brincou com aquilo, de repente

bebeu água com aquela conchinha que era o medidor de veneno e aí a gente viu que não era pra esse lado que a gente ia partir. Meu sogro é daqueles que quer ver o pomar limpo, não pode ter brejo, não pode ter nada, então isso foi a maior discussão entre o meu sogro e o meu marido, sempre e até hoje ele tem o manejo dele e ele resolve o manejo dele. [...] Então o meu filho foi o motivo de não usarmos mais veneno. O médico foi indagando, indagando, e pensamos se ele tivesse pego alguma coisa de veneno e daí nós levamos a bula e sobre a bula ele conseguiu dar o antibiótico certo, porque de 3 em 3 dias eles fazem um tipo de antibiótico, quando não dá certo um eles passam pra outro. Quando ele soube o que era ele aplicou o antibiótico certo. E aí resolvemos abandonar (Produtora 5).

Esse fato mostra que mesmo não estando envolvida diretamente com os produtos químicos em sua propriedade – a mesma informa que “praticamente não usava veneno” na plantação – a produtora e a sua família não estavam livres dos efeitos nocivos que tais substâncias têm sob a saúde humana. Segundo Vasconcelos (2003), situações adversas apresentadas em determinados momentos fazem com que o indivíduo motive-se para agir em busca de transformações na sua situação de vida. Outro ponto de destaque nessa narrativa é o fato de se dar mais importância a estética do pomar do que à saúde dos familiares. O pomar cuja adubação é feita através de compostos orgânicos não tem uma boa aparência se comparado ao pomar convencional baseado na utilização de agrotóxicos. Alguns produtores informam que diversas vezes eram tachados de desleixados e preguiçosos por causa da aparência das suas plantações. Contudo, por trás da aparente “sujeira” existe uma técnica totalmente limpa e que contribui para a recuperação do solo degradado por anos de aplicação de fertilizantes químicos. As falas dos produtores a seguir mostram as dificuldades em se recuperar uma propriedade acostumada com a fertilização convencional.

O principal problema foi a queda na produção porque os pomares estavam viciados do adubo químico e eu fui meio radical, cortei de vez, e isso fez cair a produção. Mas depois com o composto lá da usina a coisa começou a mudar. Nesse meio tempo a gente aumentou o tamanho da horta e muitos agricultores convencionais amigos meus e vizinhos disseram assim “o [...] agora tá quebrado, porque se ele já começou com horta é porque bergamota e laranja eles não vão colher mais”. Mas depois o pomar reagiu. Dá pra comparar com uma pessoa que era viciada em cigarro e de um dia para o outro parasse de fumar, no início ela vai se sentir muito mal, mas depois vai se sentir muito bem, vai ficar contente por ter mudado. O meu pomar também passou por isso, eu acho que hoje ele está agradecendo por estar respirando melhor (Produtor 7).

Então foram 3 anos assim, foi meio feio a coisa porque achamos que os arvoredos iam morrer tudo, porque quando tu pára assim dá uma quebra violenta. Eu sei que os vizinhos falavam tudo “ah, mas vocês vão passar fome”. E aí começamos a deixar o brejo, porque as pessoas acham que ecológico é louco e preguiçoso porque não quer cortar o brejo, mas aí foi indo (Produtora 13).

Para facilitar o entendimento de como funciona o processo de adaptação do solo ao novo processo de adubação o Produtor 7 faz uma analogia do pomar convencional com uma

pessoa dependente de cigarro. A comparação é bem apropriada pois, assim como explicado pelo produtor, o abandono da dependência de substâncias químicas nos dois casos é seguido de um período traumático, onde pode haver uma queda no desempenho, porém, é seguida de uma recuperação bem-sucedida. Portanto, o brejo, relatado pela Produtora 13, para muitos pode representar um local pouco aprazível, mas é visto com orgulho pelos produtores ecológicos.

Outras narrativas onde se identifica como principal motivo para mudança de concepção a questão da saúde são citadas pelos produtores a seguir. O Produtor 7, através de um longo relato, informa que, ao buscar equipamentos para proteger-se na aplicação de produtos químicos, despertou para dura realidade que é manifestada nos discursos dos grandes produtores de citrus, pouco preocupados com a saúde alheia. Com um discurso semelhante, a Produtora 25 comunica que em determinado momento a sua própria vida esteve em risco após a aplicação dos agentes químicos.

Na segunda viagem eu fui com a idéia de comprar material pra me proteger na aplicação dos agrotóxicos, umas máscaras, porque as que tinham aqui no mercado não eram muito boas. Então lá na cidade de Cordeirópolis tinha uma estação experimental que funciona como uma feira com diversos produtos que são usados na citricultura, e têm palestras, apresentação de pesquisas, essas coisas. E eu não vi nada nessa feira com relação a proteção. E aí conversando com um produtor grande lá que tava demonstrando a aplicação de um produto, eu perguntei “mas vem cá, isso aí não faz mal pra saúde?”, daí ele me disse “olha, eu acho até que faz mal, mas eu não estou muito preocupado porque não sou eu quem aplico. Você sabe que aqui em São Paulo vem muito nordestino a procura de trabalho então a gente coloca isso nas costas deles e se morrer um não faz mal porque vem mais dez”. Aí eu não procurei mais máscaras lá e na volta no ônibus me caiu a ficha que lá na minha propriedade o nordestino era eu, quem aplica sou eu. Foi uma coisa totalmente desumana o que aquele cidadão falou. Nós não tínhamos essa condição de colocarmos empregados, e não temos até hoje, e éramos nós que aplicávamos aquele veneno e não tinha essa história de se morrer um vai vir outro. Então eu disse que essa citricultura não serve pra mim e a partir dali eu fui um dos que batalhou pra ver alguma coisa diferente que não precisasse usar agrotóxicos. [...] Então quando chegou em casa eu tomei uma decisão, falei pra minha esposa “vamos parar com esses venenos” e naquele dia nós pregamos a casinha onde guardávamos os venenos e disse que não ia usar mais (Produtor 7).

Um dia eu estava pulverizando e me senti ruim e eu disse “é hoje, eu vou parar, chega!”. Aí eu comecei. Eu pensei primeiro na saúde da minha família. De uma hora pra outra eu disse que aqui não entrava mais veneno. Meus filhos acharam bom e eu não me arrependo (Produtora 25).

A postura demonstrada pelo produtor de grande porte apresentado no primeiro relato é compartilhada por diversos outros que fazem uso de produtos nocivos, porém, não os aplicam. O desrespeito à saúde de outros seres humanos, os considerando descartáveis, despertou um sentimento de “indignação” no produtor, conforme salienta Kieffer (1984) no primeiro momento do *empowerment*. O agricultor percebeu que o “descartável” naquele discurso era

ele, mas, segundo ele mesmo, na sua realidade “não tinha essa história de se morrer um vai vir outro”. Foi nesse momento que o produtor transformou o sentimento de indignação em motivação para agir em busca de mudanças e abandonou por completo a produção convencional. Como o produtor mesmo salientou, a partir daquele momento ele começou a batalhar por mudanças não somente na sua propriedade, mas no coletivo que o cercava, antecipando dessa maneira o terceiro momento do *empowerment*, o engajamento (KIEFFER, 1984).

A seguir cita-se três discursos diferentes que demonstram que o nível de conhecimento que o produtor tem sobre formas alternativas de produção tem impacto direto na sua decisão de utilizar ou não agrotóxico na sua plantação.

Na época a gente não achava certo envenenar tudo, mas como a gente não tinha o conhecimento, não conhecíamos outra maneira sem usar o veneno (Produtora 13).

Daí eu queria estudar alguma coisa que estivesse relacionado a nossa área de trabalho, mas agronomia eu nunca gostei muito, não era esse o meu foco, então eu tive a opção de fazer biologia e eu acabei fazendo, e como não precisava fazer todas as cadeiras por semestre eu fui fazendo o que dava até concluir. Aí eu terminei entrando na área da biologia que é uma área que dá pra trabalhar bem com agricultura, tem um foco bastante interessante. Foi aí que a gente entrou mais pra essa questão do orgânico, produção alternativa, outras formas de produzir (Produtor 15).

O pai dele era aquele produtor não ecológico, convencional, né. E ele não queria, não queria, achava que não ia dar certo plantar ecologicamente, que ia reduzir muito a produção, mas mesmo assim insistiu e tá ai, tá até hoje e não tá arrependido porque tá no lugar certo né, fazendo a coisa certa [...] Não era muito, era mais adubação química, assim. E isso o pai dele achava que as árvores não iam produzir. Ele que tava na Ecocitrus e fazia muitos cursos e vendo o futuro né, vendo o que é, ele sempre pensou em ser ecológico, só que o pessoal aqui até hoje ainda, muitos né, dizem que não dá certo. Não aceitam muito. Essa é a resistência das pessoas (Produtora 30).

Na primeira fala o produtor justifica que o uso de agrotóxico está relacionado à falta de informação e de conhecimento. Ele confirma que não achava correto o que fazia, porém era a única forma que conhecia. Tal situação mostra que na associação em que o produtor estava inserido não foram considerados os princípios do cooperativismo indicados pelas ACI. Esse princípio diz que tais organizações devem proporcionar aos seus sócios, dirigentes e funcionários, educação e treinamento com o intuito de contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento (SCHNDEIDER, 1999). Ao incentivar a educação e maior informação do associado a organização contribui para a cooperação e ajuda mútua do coletivo. Com um discurso semelhante a Produtora 30, ao falar do cônjuge que também é associado, salienta que havia uma resistência por parte de familiares e amigos que, por falta de “propriedade no

assunto”, acreditavam que a mudança para a produção ecológica resultaria em perdas de produção. Ela diz ainda que, apesar de comprovados os benefícios da produção ecológica, a postura de resistência ainda é mantida por muitos na região.

Já a narrativa do Produtor 15 atesta que, mesmo por iniciativa própria, o acesso às informações que não estão amplamente disponíveis pode representar um importante diferencial na implantação de formas diferentes de produção. Na atual realidade do Brasil, onde aproximadamente um quarto da população rural é analfabeta (IPEA, 2008), esse trabalhador rural é uma exceção por ter tido a oportunidade de cursar a educação superior. A sua motivação pessoal em buscar conhecimentos mais aprofundados sobre biologia fez com que ele descobrisse a produção orgânica e passasse a adotá-la em sua propriedade. Atualmente, esse produtor, além de ser sócio da Ecocitrus, coordena um instituto de agroecologia, responsável pela execução de projetos ambientais e assistência técnica especializada.

Dessa forma, os sócios vinculados a Harmonicitrus deram um importante passo para a formação de um grupo de produtores ecológicos na região e a partir desse momento nasceu um sentimento de colaboração que resultaria em ações conjuntas.

6.4 TERCEIRO MOMENTO: O ENGAJAMENTO

Após o processo de motivação, onde o indivíduo percebe que não está sozinho diante das adversidades que o rodeia, o próximo momento é onde se formam os vínculos entre as pessoas que vivenciam a mesma situação e há uma conscientização coletiva, segundo Kieffer (1984), para realizar as ações necessárias para que haja uma reversão de tal conjuntura. De acordo com Brose (2000, p. 107-108), na mesma linha de raciocínio,

é necessária uma ativa participação do cidadão, um engajamento na diversificação da sociedade civil para possibilitar que as demandas da comunidade sejam levadas em consideração nos processos decisórios. Para não se correr o risco da generalização, que sempre desfoca a discussão, deve-se diferenciar porém entre: 1) a participação política, que significa a inserção no espaço político além do voto, o exercício da cidadania, e 2) da participação em programas públicos.

Assim, para diferentes autores, o engajamento dos atores sociais é tido como condição necessária para o alcance da autonomia e do respeito. Sem tal articulação as reivindicações correm o risco de não resultarem em benefícios práticos, tornando-se meros atos

desarticulados. Corroborando com tal idéia, Bandeira (1999, p. 74), ao falar sobre os insucessos resultantes de tais articulações, teme que “o fracasso de iniciativas mal concebidas contribua para desacreditar a própria idéia da participação, reduzindo o estoque de capital social da comunidade e tornando cada vez mais difícil mobilizá-la para envolver-se em ações de interesse coletivo”. Para Friedmann (1996) o *empowerment* político remete a mobilizações junto à iniciativa pública que podem inclusive abrir a possibilidade para ocupação de cargos de representatividade. Destarte, a participação em programas públicos citada por Brose (2000) pode vir a ser um grande salto na busca pelo poder. Para tanto, não basta estar consciente da existência do problema, para que o grupo obtenha êxito nos seus pleitos é necessário o conhecimento técnico que se dá através da democratização da informação. Brose (1999, p. 134) ainda informa que,

O agricultor familiar, enquanto produtor apenas de matéria prima (milho, soja, leite, suíno, feijão, erva mate, etc.), está situado no ponto mais frágil da cadeia de produção agrícola, aquele com menor capacidade de acumulação. Para sair dessa situação de debilidade economia que implica também debilidade social e política, os produtores através de sua organização e com assessoria técnica, precisam incorporar os demais pontos de acumulação, especialmente a comercialização e a transformação agroindustrial, que são os pontos fortes da cadeia de produção.

Entendendo esse contexto, os produtores recém ingressados na produção orgânica passam a buscar cada vez mais fontes de informação sobre essa nova técnica que se propõem a utilizar. O auxílio, tanto financeiro como técnico, que eles precisavam foi viabilizado através do projeto PRORENDA rural. Dessa maneira, os produtores outrora isolados passaram a engajar-se na mobilização de ações em benefício da coletividade. As falas a seguir atestam a importância que o programa teve na capacitação inicial daquele grupo.

Era um programa de organização dos agricultores e na mudança de método de trabalho. E ali que a gente mudou muito. Era antes do PRORENDA e depois do PRORENDA. Antes era tudo individual, cada um cuidava da sua propriedade, o vizinho era visto como concorrente, e com esse projeto a gente começou a formar grupos, a se unir. No início a gente não era ecológico, não era um programa voltado a agricultura ecológica, mas trabalho em grupo. Então a gente começou a comprar os insumos em conjunto, fazer as vendas em conjunto, e isso melhorou muito a nossa vida, melhorou a qualidade de vida porque a gente começou a viver mais em grupo, em amizade [...] Muito foi devido ao PRORENDA pois ele proporcionou pra nós a troca de experiências, eu pude visitar outras culturas (Produtor 7).

[...] o PRORENDA entrou bastante forte na organização dos agricultores, organização, capacitação e responsabilização. Então na minha comunidade eu era um dos líderes, tinham líderes por comunidade, e depois no ano de 90 até 98, quase 99, eu fui presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Harmonia, então a gente tinha um trabalho de base com bastante experiência (Produtor 24).

Aí quando veio o PRORENDA, dois ou três anos depois, aí nós começamos a fazer um sistema de organização diferente, aí realmente nós começamos a organizar a

base. Aí nós ficamos forte, muito forte, fortes mesmo. Nós ficamos fortes, o Conselho Estadual de Citricultura, o CONCITRUS – acho que era – nós chegamos a discutir políticas específicas do governo, no Estado do Rio Grande do Sul, nós fomos muito bem. Eu fiz palestra em São Paulo, representando a Harmonicitrus. A Harmonicitrus era conhecida nacionalmente, pelo trabalho que a gente fazia junto aos nossos associados, junto com os prefeitos da região, éramos reconhecidos de fato, porque recebia convite. Eu fui no Espírito Santo também falar sobre a questão da organização (Produtor 27).

Começou mais por causa daquele projeto PRORENDA, que foi um intercâmbio da Alemanha com o Brasil, onde vieram os alemão pra ensinar as pessoas, pra fazer curso de capacitação, essas coisas tudo pra poder trabalhar melhor [...] Daí foi por causa do PRORENDA que a gente foi pensando melhor, porque nossas terras aqui eram muito esgotadas, as terras aqui eram fraquíssimas. Daí a gente começou a querer tocar ecológico e começamos a produzir composto pra poder parar de usar o adubo químico (Produtor 29).

Analisando a fala do Produtor 7 é possível verificar que o mesmo chega a anunciar a existência de dois momentos – o antes e o depois do PRORENDA – devido a grande significância que ele atribui ao programa na região. Ao recordar do momento anterior à instalação do programa, ele descreve o individualismo como prática comum entre os produtores da região. De acordo com o agricultor, a concorrência não estava apenas nos grandes produtores, mas também nos próprios vizinhos. Dessa feita, o posicionamento outrora adotado ia de encontro às condições necessárias para o *empowerment* comunitário. Conforme salienta Vasconcelos (2003), o acréscimo de poder de uma comunidade envolve a cooperação mútua que pode ocorrer nos mais simplórios gestos. Carvalho (2004) vai além e afirma que é impossível pensar em *empowerment* comunitário sem levar em consideração as outras instâncias envolvidas na dinâmica da vida em sociedade. Nesse sentido, o produtor relata que, após a participação no projeto PRORENDA, houve uma mudança de postura por parte da comunidade e o grupo passou a desenvolver atividades em conjunto, resultando em melhorias na qualidade de vida dos envolvidos.

A percepção sobre a maneira individualista que permeava a conduta dos produtores da região em um passado recente não era exclusiva do agricultor citado. O Produtor 22, ao relembrar das dificuldades em engajar o grupo, afirma que o pensar de forma individual ainda é um empecilho para o desenvolvimento de qualquer grupo:

[...] porque o maior problema em fazer parte de uma cooperativa é tu dividir o teu lucro com o outro. Tu pensar no outro também, porque você sabe que o individualismo aqui ou em qualquer lugar é grande. Então tu fazer a pessoa mudar isso, tu convencer a pessoa que não precisa plantar o capim ali no meio do pé de alface. Então até tu chegar nisso ai tu leva tempo e muita gente corre antes [...] Mas existe muita mentalidade assim: tu quer socializar o custo e o prejuízo e privatizar o lucro, e isso não funciona. Na cooperativa tu tem que abrir o teu bolso e isso é uma grande dificuldade que a pessoa tem de se adaptar a isso (Produtor 22).

Nos discursos dos outros produtores citados anteriormente é possível identificar que o objetivo do projeto de mudar a forma de pensar e agir foi bem sucedido à medida que muitos passaram a pensar na coletividade e na cooperação. A organização e o planejamento passaram a fazer parte do cotidiano do grupo que estava inserido na Harmonicitrus, nominado dentro do PRORENDA como RS-T1. Muitos agricultores deixaram o individualismo de lado e passaram a participar de maneira mais intensa nas atividades patrocinadas pelo grupo. Além disso, conforme já salientado, o abandono da produção convencional para o ingresso na produção ecológica representou um ganho para todos.

Os momentos iniciais de formação de vínculos entre os produtores não ocorreu de maneira exitosa. Já nos primeiros encontros alguns dos produtores não se identificaram com a proposta e resolveram permanecer no convencional. Entretanto, os poucos que continuaram aderiram à ideologia do PRORENDA de maneira intensa e logo começou-se a verificar o surgimento de lideranças dentro do grupo.

Friedmann (1996) entende esse processo ao afirmar que essas lideranças surgem porque é despertada em tais indivíduos uma consciência em relação à autonomia e um desejo de lutar por mudanças. Assim, esses produtores passaram a entender cada vez mais a importância da união, o que, segundo Romano (2002, p. 14), representa que “o todo é maior que as partes, especialmente quando um grupo enfrenta os problemas de maneira conjunta”.

Mesmo sem experiência, os produtores realizaram diversas reuniões com o objetivo de traçar um planejamento conjunto. Alguns dos pioneiros dessa iniciativa descrevem esses momentos iniciais, conforme Brose (1999):

Nesse planejamento de atividades nós despertamos, e daí começamos a puxar os grupos. O pessoal estava acomodado, assistindo a TV e ouvindo o padre na missa no domingo. E aí de repente começamos a planejar em grupo, com clareza, utilizando a visualização móvel. E aí em 1991 nos grupos elegemos coordenadores, e os grupos cresceram então em 1992 e 1993. Assim foi com um monte de gente de diversos grupos (p. 264).

[...] quando eu li a concepção e participei das primeiras reuniões do projeto, vi que era a proposta que eu também tinha. Era a maneira que eu achava que tinha que se ter na relação com os agricultores. Eu já procurava há algum tempo uma forma mais participativa, mas não sabia como fazer. Eu estava procurando e o projeto trouxe a metodologia, a forma de envolver todos os atores para gerar um projeto que fosse de todos, não só da EMATER, da prefeitura ou do sindicato. Gerando projetos que envolvessem todos os municípios. Eu entrei de cabeça e mudei toda a minha forma de trabalhar (p. 266-267).

Nas primeiras reuniões vinha muita gente, umas 50 pessoas em cada comunidade. Muitos velhos, que queriam ver os técnicos alemães. Mas aí começou uma frustração, porque só se falava em organização. Começamos a participar de reuniões, seminários e oficinas, e foi diminuindo o número de pessoas nas reuniões

[...] A formação das lideranças de hoje começou com o projeto PRORENDA na região. O investimento do projeto nas pessoas é um subsídio que possibilitou melhorar nossa comunidade (p. 273).

Os depoimentos apresentados – extraídos de uma das obras que relatam a experiência de produtores que participaram do PRORENDA na região Sul do país – atestam a motivação daquele grupo ao organizar as primeiras iniciativas conjuntas para trabalhar a proposta apresentada pelos alemães. A aceitação imediata da proposta confirmava o quanto aqueles trabalhadores estavam carentes de iniciativas que promovessem a autogestão, diferentes dos programas assistencialistas ao qual estavam acostumados a vivenciar no município. Todavia, o ânimo não era manifestado de forma igual por todos. Como relatado, os primeiros encontros chegavam a registrar cerca de 50 pessoas por comunidade, mas com o tempo a quantidade de participantes foi diminuindo e apenas um limitado grupo levou a proposta à diante. O último dos três depoimentos informa que um dos prováveis motivos do desânimo de algumas pessoas pode estar associado ao fato dos primeiros encontros estarem pautados unicamente na organização e estruturação da proposta, deixando para momentos futuros a aplicação prática do projeto.

Nos próximos relatos observar-se-á como a comunidade encarava os produtores a partir do momento em que eles aderiam à produção orgânica, até então algo totalmente novo na região. Observando-se ainda como se deram os primeiros contatos deles com essa produção baseada numa filosofia ecológica. Mostra também como, a partir de uma expressão inicialmente pejorativa, os vínculos são fortalecidos e a união do grupo aumenta.

No começo a gente era chamado de 15 ecoloucos. Hoje eu vejo uma boa aceitação da comunidade. A própria mídia está mostrando muito a questão orgânica, ecológica, que isso vai ser o futuro, e as pessoas passam a ver isso com bons olhos (Produtor 3).

Eu acho que eles têm um pouco de ciúmes, falando diretamente. Eles acham que não é por aí, que eles ganham mais botando veneno e trabalhando do jeito deles. Nós somos um pouco criticados por eles, pela maneira do arvoredo a gente é criticado (Produtora 5).

No início a gente era tachado de ecoloucos, isso foi em 94 e estava entrando a questão da adubação, que era tecnologia de ponta e a gente estava indo contra a maré desse movimento. Foi justamente nesse período como eu te falei que não tinha doença, não tinha pinta preta, não tinha nada. Aí começou a entrar pinta preta e a indústria viu aquilo e começou a dizer que o foco não era esse, que eles não estavam trabalhando. Então nós fomos tachados de disseminadores da pinta preta porque como a gente não usava esses produtos então criou um certo clima meio preconceituoso mesmo, “ah, porque isso não vai dar certo”. Então isso foi uma coisa ousada pra época, e ainda é hoje, todo esse movimento da cooperativa. Então quem via de fora e não participava dizia que não ia dar certo. Então a gente teve isso aí por um bom período (Produtor 15).

Agora aqui na região, aqui em Lajeado e Campo do Meio, a Ecocitrus sempre foi uma coisa de chacota, o pessoal achava uma coisa fora do mundo. “Pô, trabalhar com veneno é difícil, quem dirá sem veneno. Os caras tão louco! Não vão conseguir” (Produtor 16).

Nós éramos considerados os ecoloucos no início. Teve bastante trabalho, como ainda tem, todas as mudanças tem, se tu quer mudar dá trabalho. Hoje em dia a gente diz que não imaginou que ia crescer tanto, nós não imaginávamos que íamos chegar nessa (Produtor 19).

E em 94, quando a gente começou na produção ecológica – fomos até chamados de ecoloucos – não se ouvia falar em agroecologia, muitos poucos falavam disso. Então o pessoal não conseguiu assimilar isso, a maioria dos sócios achou difícil, então não vieram com nós. E como eu era uma pessoa com um pouco mais de visão sai da Harmonicitrus e isso enfraqueceu ela (Produtor 24).

Todos os primeiros associados eram oriundos da Harmonicitrus do PRORENDA. Todos tinham uma capacitação muito boa, nós fomos muito bem capacitados. Naquela época ali do Rio 92, ali eram os 15 ecoloucos, eram os mais aloprados. Quando nós fizemos a Ecocitrus nós já tínhamos uma visão diferente da coisa sabe, nós já não se batia tão de frente com essas políticas erradas que tinham, nós éramos mais moderados, nós já estávamos mais polidos. Nós já éramos mais respeitados (Produtor 28).

Em todas as entrevistas acima é possível identificar que em momento algum os produtores apresentaram qualquer tipo de rancor ou insatisfação devida ao apelido que receberam por causa da mudança de produção. Pelo contrário, a “loucura” deles em promover algo totalmente novo é motivo de orgulho para o grupo hoje. Segundo o Produtor 24, a falta de visão e de conhecimento dos outros agricultores da região fez com que eles não demonstrassem interesse em fazer parte do novo grupo em formação e continuassem no modelo convencional. Torna-se oportuno retomar a fala do Produtor 15 quando o mesmo diz que o grupo e ele “estava indo contra a maré” da tecnologia de ponta que estava sendo empregada na região à época. Tal atitude demonstrou uma forte convicção daquilo que estava sendo proposto, porém ela foi agravada pela acusação de serem os responsáveis pela disseminação de uma doença entre os pomares, já que, coincidentemente, houve um surto de pinta-preta na região no mesmo período em que foi dado início a produção ecológica. Como a tendência natural dos produtores da região ao se depararem com uma praga era o combate através de substâncias químicas, os agricultores que não reagiam da mesma forma eram responsabilizados pelo infortúnio de toda a comunidade. Dessa forma, o grupo passou a ser encarado de maneira preconceituosa e ter os seus pomares desacreditados por um extenso período. Não obstante, estudos posteriores comprovaram que o composto orgânico adotado pelos produtores ecológicos não causava qualquer tipo de dano ao solo ou às plantas, tendo nocividade nula se comparado aos fertilizantes e herbicidas aplicados nos pomares tradicionais. Na continuidade da fala do Produtor 28 é possível comprovar essa afirmação:

Também nunca surgiu problema nenhum. Quando o pomar começou a ficar bonito, uns 2 ou 3 anos depois, que começou a produzir, nós começamos a mostrar isso pros produtores “olha cara, dá pra fazer isso aqui, é da agricultura orgânica, dá pra construir um pomar vigoroso, bonito, legal” (Produtor 28).

Dessa maneira, conforme será observado no último momento do *empowerment* de Kieffer (1984), com o passar do tempo, o que anteriormente era desconfiança e preconceito transformou-se em respeito e credibilidade. O que outrora era motivo de desdém passou a ser visto com admiração. O grupo dos “ecoloucos” foi ganhando notoriedade e atenção da mídia especializada no assunto. Entretanto, apesar do apoio fornecido pela GTZ e do sucesso de iniciativas como o PRORENDA, a Harmonicitrus, ainda na década de 1990, passou por sérios problemas estruturais que resultaram no seu enfraquecimento. Os motivos da desestabilização da Associação, segundo os produtores, são diversos, com uma maior concordância por parte dos ex-membros relacionada à formação de novos grupos e a metodologia de trabalho adotada pela organização. Essa diversidade pode ser observada nas transcrições que serão apresentadas a seguir:

Foi onde a Harmonicitrus enfraqueceu bastante, então não foi somente por conta dos grupos que foram formados, mas também por causa da comercialização que tinha na época. Teve uma ocasião que mandaram uma produção para São Paulo e o cara deu o calote. Foi uns R\$ 70 mil e não se conseguiu vender e isso deu uma desanimada geral. Cada grupo menor tentou negociar e isso só aumentou as dificuldades (Produtor 3).

[...] dá pra dizer que quebrou por causa das dívidas. Houve uma vez que eles mandaram uma carga pra São Paulo e elas não foram pagas e isso desmotivou ainda mais o pessoal porque o interesse deles era fazer a coisa andar, mas na primeira dificuldade já desistiram. Muitos sócios só entravam por causa do lucro, mas quando viram que não era tão fácil assim já desistiam. Eles queriam ter o lucro, mas não queriam ajudar. Tinham muitos sócios no início, mas depois foram saindo e saindo. Eu acho que eles saíam porque não dava aquilo que eles esperavam (Produtor 18).

[...] ela foi enfraquecendo até porque muitos foram saindo fora, tinha muitos sócios no início, mas aqui na região o individualismo ainda consegue porque é perto dos grandes centros então o pessoal trabalhava por conta e não conseguia fazer uma união porque o momento ainda dava chance de trabalhar sozinho (Produtor 19).

[...] tivemos uns 2 ou 3 contratemplos que praticamente acabou com aquela associação. O pessoal do PRORENDA pregava bastante a agricultura e um dos focos era sair mais da dependência dos produtos químicos, até que entendemos um pouco melhor isso e os sócios fundadores da Ecocitrus eram todos participantes na Harmonicitrus. Então eram todos lideranças dentro da Harmonicitrus e isso gerou um enfraquecimento quando saímos de lá (Produtor 24).

Nós ficamos com bastante dinheiro pra receber dos comerciantes de São Paulo. Foi feita uma venda de uma safra inteira, sem ser pago. E aí foi um pouquinho assim...desanimou a própria diretoria e os associados. Aí os associados já não iam entregar a fruta sem receber né [...] Quando ela quebrou, eu não tava mais presente, assumi outras funções aqui, e aí como venderam muita fruta pra São Paulo eles não

pagaram né, aí a Harmonicitrus não tinha como bancar e, aí o alicerce quebrou [...] E aí começou a enfraquecer devagarinho e aí veio aquele calote lá dos paulistas aí nós simplesmente, acabou. Aí eles já em 98, 99, 2000, que aconteceu isso aí, que deu essa dificuldade. (Produtor 27).

Como já abordado anteriormente, um dos principais motivos da perda de poder da Harmonicitrus esteve relacionado a uma negociação realizada de maneira pouco exitosa com comerciantes do Estado de São Paulo. É importante situar o leitor que tal negociação não ocorreu de forma precipitada com um comprador desconhecido. Tratava-se de uma relação comercial que já se realizava há alguns anos e que rendera bons lucros para Harmonicitrus. Em meados da década de 1990 a cooperativa chegou a concretizar com esse Estado a maior venda de bergamota madura já realizada na região até então. Foram enviados à São Paulo 42 caminhões contendo 21 mil caixas da fruta, todas vendidas através de consignação (BROSE, 1999). Com resultados positivos como esse os produtores animaram-se e vislumbravam um futuro promissor com aquele Estado. Contudo, no final daquela mesma década, o não pagamento pelo fornecimento de toda uma safra resultou em sérios problemas financeiros para a associação. De acordo com o relato do Produtor 3, o elevado valor que se deixou de receber teve forte impacto no ânimo daqueles agricultores. A confiança do grupo foi abalada e a saída de muitos membros se tornou iminente.

Experiências negativas como a relatada pelos produtores da Harmonicitrus fazem com que agricultores procurem cercar-se de todas as garantias possíveis no ato de uma transação comercial. Uma das maneiras encontradas por muitos para ter uma comercialização segura é o ingresso no comércio justo certificado. Através de uma relação baseada no diálogo e na participação, as vendas dos produtos ocorrem de maneira transparente e segura. Os pagamentos são feitos de forma imediata e há uma política de facilitação ao acesso de financiamentos para a produção (SEBRAE, 2004). No próximo momento do *empowerment* de Kieffer (1984) – a integração – serão apresentados mais detalhes sobre o processo de certificação e os benefícios resultantes da inserção da Ecocitrus no comércio justo.

Além da desagradável experiência com a comercialização em São Paulo, a saída de membros considerados fundamentais para a associação, conforme já citado anteriormente, contribuiu para a perda de força da mesma. O Produtor 19 ainda atribui tal decadência ao individualismo de muitos produtores da localidade. De acordo com ele, como o momento ainda era propício, esses agricultores optaram por sair da Harmonicitrus e administrar a sua produção por conta própria, dando margem para interpretação que em momentos de dificuldade a reação seria outra, com união do grupo para enfrentar as dificuldades em conjunto. Diante desse posicionamento faz-se apropriado retomar a fala do Produtor 22

quando relata que alguns agricultores dentro do sistema cooperativista não compreendem plenamente os seus princípios e têm a idéia equivocada de “quer socializar o custo e o prejuízo e privatizar o lucro”.

Desse modo, a não-identificação com o modelo convencional de produção e o desânimo gerado pelas falhas administrativas foram alguns dos motivos que levaram determinados membros à insatisfação e o abandono. Porém, os 15 produtores rurais que acreditaram na proposta da agricultora ecológica levaram seu projeto adiante e aos poucos o grupo foi sendo integrado e consolidado. Esse foi o primeiro passo para a formalização do grupo que mais tarde formaria uma nova associação.

6.5 QUARTO MOMENTO: A INTEGRAÇÃO

Após a constituição – ainda informal – do grupo de produtores ecológicos na região do Vale do Caí, onde nasce uma conscientização para realizar as reivindicações do coletivo, começa a ser estabelecido um sentimento de pertencimento coletivo e união. Esboçam-se iniciativas planejadas e o vínculo é oficializado através de uma organização formal. A capacitação dos membros começa a ser encarada como vital para o pleno entendimento dos aspectos sociais e políticos envolvidos nas reivindicações. Mais uma vez, através dos relatos dos agricultores entrevistados, foram identificados elementos que confirmam o estágio avançado de integração que o grupo estava vivenciando naquele momento. Dessa maneira, nessa penúltima etapa dos momentos do *empowerment* de Kieffer (1984), foram selecionados relatos que atestam tal consolidação.

Inicialmente, como forma de recapitular e articular os outros três momentos apresentados até aqui, selecionou-se o depoimento do Produtor 7 devido a sua breve, porém completa, descrição de toda a trajetória percorrida pelo grupo dos fundadores da Ecocitrus.

Antes a entidade que nos unia era a Harmonicitrus. Nós todos éramos sócios da Harmonicitrus. Tinha essa organização do PRORENDA dentro da Harmonicitrus. Com essa formação de trabalhos em grupo a gente percebeu, através de viagens e coisas que a gente fez, da necessidade de mudança para uma agricultura mais saudável. No início, dentro da Harmonicitrus, nós tínhamos uma Comissão de Agricultura Ecológica, que depois mais sócios se uniram. No início eram uns 15 ou 16. Tínhamos várias reuniões e em determinado momento vimos a necessidade de formar um grupo ecológico e uma vez formado o grupo vimos a necessidade de nos legalizar. Daí a gente criou a associação e demos o nome de Ecocitrus. No início nós não tínhamos sede e durante quase 2 anos as reuniões eram realizadas aqui em casa, porque meu sogro tinha falecido em 94 e a casa grande estava vazia e em bom

estado. Então ela serviu como sede por um bom tempo. Depois a gente conseguiu aquele prédio lá no centro de Montenegro que era uma indústria de suco. O prédio era do Estado e essa indústria construiu o seu próprio prédio e saíram de lá e nós entramos (Produtor 7).

Esse sintético retrospecto faz menção a todos os momentos do *empowerment* descritos nesse estudo, desde a participação do grupo na Harmonicitrus até aquisição da sede da Ecocitrus em Montenegro. É importante destacar nessa fala a consciência que o grupo tinha da necessidade de uma organização formal após a formação do grupo ecológico. Dificilmente aqueles agricultores alcançariam resultados positivos se não estivessem organizados formalmente, agindo por conta própria. A falta de um escritório ou uma sede fixa não foi motivo para desânimo. Durante um período relativamente longo os encontros ocorriam regularmente na propriedade de um dos “ecoloucos” (Figura 11). Esses encontros em um ambiente familiar contribuíram para a constituição de um sentimento de união e amizade entre os produtores. Após um período de negociações e articulações junto com a Prefeitura de Montenegro o grupo consegue a aquisição de um prédio estrategicamente localizado na cidade. Essa conquista representou um grande salto para a visibilidade da Ecocitrus na região e, conseqüentemente, ampliação do número de sócios.



Figura 11: Primeira “sede” da Ecocitrus
Fonte: autoria do pesquisador (12/09/2009).

Durante os primeiros momentos de constituição formal do grupo eram comuns as ocasiões que envolviam integração no trabalho e que se estendiam para amizade fora dele. Produtores que outrora eram isolados e não conheciam nem mesmo os vizinhos passam a identificar no trabalho em grupo uma oportunidade de socialização e cumplicidade.

Entretanto, nem somente de momentos bons se deu a formação da Ecocitrus. As dificuldades que são comuns quando se reúnem pessoas com personalidades distintas também eram enfrentadas pelo grupo. Contudo, através da ajuda mútua e da compreensão, as barreiras foram sendo transpostas e a associação foi ganhando corpo. As próximas citações das entrevistas revelam a visão de alguns dos fundadores e membros atuais sobre como ocorreu esse processo de integração do grupo.

[...] de conversar eu converso com todos, não tenho problema com nenhum deles. Então eu acho que é boa, não tenho nada contra ninguém (Produtor 9).

Muito boa. Pra nós é que nem uma família, tratam muito bem, brincando sempre, é muito bom (Produtor 10).

Então não só uma segurança financeira, mas uma segurança em tudo. É como uma família a cooperativa (Produtora 13).

Então a gente tem uma abertura com as pessoas lá, então eu acho que isso é uma coisa de grande valor. Aonde é que em outro lugar a gente poderia chegar pra uma firma, por exemplo, e dizer “amanhã eu tenho que sair, eu tenho que resolver umas coisas” e as pessoas entenderem? Se a gente for transformar isso em dinheiro, essa relação que a gente tem, eu acho que isso gera grandes benefícios. Porque lá a gente praticamente é uma turma de amigos, tem sempre uns contratemos, mas isso é normal (Produtor 17).

Era falta de maquinário, mas era gostoso, nós fazíamos mutirões. Eu acho que são dificuldades normais que a gente sempre teve durante a vida. A gente é lutador, encara desafios, então se tu tem um desafio tu pode até achar difícil no começo, mas se tu consegue passar ele você não acha tão difícil e nem se lembra direito como foi. A vida na agricultura não vou dizer que é difícil, mas é um risco, tem coisas muito boas. Mas teve muitos momentos agradáveis essa participação, essa união, esses mutirões que a gente fazia, era uma coisa assim muito legal, hoje a turma está integrada, as famílias, claro que há divergências, mas a gente gosta de lá (Produtor 19).

A ajuda que foi dada um pro outro que ninguém se desesperou. Se perder perdeu e vamos sobreviver! O interessante no grupo é isso, são todos juntos. Todos estão sempre juntos, há as divergências, mas é muito interessante isso (Produtor 22).

E assim começou toda a discussão da agricultura orgânica dentro do PRORENDA e dentro da Harmonicitrus. Isso foi de 1993 pra 1994. Em 1993, como a gente já estava bem legal, a gente já tinha bastante composto, o PRORENDA financiou um curso de compostagem e a gente fez o curso dentro do pátio da Aripê¹⁸ e foram mais 70 produtores do grupo do PRORENDA. E a partir dali começou a se discutir mais essa questão, esse grupo começou a se reunir com mais frequência, e no dia 02 de novembro de 1994 nasceu juridicamente a Ecocitrus. Foi no dia de finados e eram 15 agricultores, eu e mais 14 agricultores [...] O grupo que foi constituído inicialmente tinha um objetivo bem claro, tanto que a pretensão inicial desse grupo era assumir todo o trabalho da cadeia. A usina veio como uma ferramenta, uma das ferramentas, de tantas outras que a gente tinha na mão. Então eu sempre tive muito claro pra mim que a usina sempre foi um grande negócio, não foi um nem dois que vieram falar isso, eu sabia muito antes de começar a usina [...] O objetivo era socializar com os agricultores (Produtor 28).

¹⁸ Agroindústria cítrica com uma filial localizada no município de Montenegro/RS.

De acordo com o descrito pelos agricultores, havia um ambiente bastante familiar dentre aqueles que fundaram a associação. Mesmo com todos os problemas enfrentados – aquisição do espaço para sede, compra e empréstimo de máquinas para usina de compostagem, a transformação dos pomares ecológicos – o apoio dado através de mutirões transformava tais dificuldades em aprendizados. No depoimento do Produtor 22, o problema que ele se refere foi uma das muitas ocasiões em que a chuva forte destruiu grande parte dos pomares prejudicando a safra em toda a região. Naquele momento, contrário ao que ocorreu com diversos produtores da região, o grupo da Ecocitrus não se desesperou e continuou trabalhando na base do apoio mútuo. Em pelo menos três dos relatos citados os agricultores admitem a existência de divergências dentro do grupo, porém, tais contratemplos não chegavam a ser tão fortes a ponto de ameaçar a estabilidade do coletivo. Os problemas resultantes das diferentes opiniões dentro de um grupo são vivenciados desde os primórdios do sistema cooperativista. Os pioneiros de Rochdale foram contrariados por outros membros da cooperativa quando planejavam estender a proposta de tornar sócios todos os trabalhadores após 1 ano de estágio probatório dentro da cooperativa para as outras duas indústrias adquiridas em 1854. Também são relatados embates na constituição da ACI. A criação da aliança foi cercada por dificuldades relacionadas às divergências ideológicas existentes entre os membros da União Cooperativa Inglesa. Isso resultou na saída de alguns representantes e na fundação da Aliança Internacional das Cooperativas de Produção (SCHNEIDER, 1999). Tais choques de opiniões geraram insatisfação por parte de muitos membros, porém não prejudicaram o sistema como um todo.

As desavenças também fazem parte das lembranças do Produtor 28. Na fala que segue ele informa que as pessoas que não participavam do grupo tinham uma impressão equivocada sobre as discussões que se davam dentro da sede.

Mas isso não significa que você não ta contente porque o pessoal falava “ah, vocês só ficam brigando lá dentro”, mas a gente não ta brigando, a gente só ta discutindo. A gente fala alto, a gente grita, mas terminou e acabou ali a discussão. É diferente, é muito diferente, até porque a gente ta *tet a tet*, um olhando na cara do outro (Produtor 28).

Dessa maneira, para aqueles observadores externos os gritos representavam brigas envolvendo pessoas que não se entendiam. Entretanto, o agricultor afirma que as ocasiões em que se ouviam vozes mais alteradas não passavam de discussões meramente ideológicas e, findanda a discussão, as pessoas não guardavam rancores pessoais. O mesmo produtor, no relato anterior ao citado, chama atenção para a primeira grande iniciativa do grupo enquanto

organização formal, a criação da usina de compostagem. A idéia, que já existia anteriormente no grupo PRORENDA, só foi concretizada com a criação da Ecocitrus e tinha como objetivo inicial socializar o composto produzido com os agricultores. Os extensos relatos que se seguem descrevem como nasceu a proposta pioneira da usina e como ocorria o processo de transformação de lixo industrial em adubo orgânico.

Daí o grupo começou a crescer e havia uma necessidade de como a gente ia lidar com essa mudança de agricultura. Antes a gente usava adubo químico, esterco de galinha, essas coisas, e pensamos onde íamos conseguir matéria orgânica. Daí o *Produtor 28* teve a idéia da gente criar uma usina de compostagem. Porque haviam muitas empresas na cidade que poderiam ser nossas parceiras, poderiam nos ajudar a fazer o nosso composto. Isso foi logo no início da criação da Ecocitrus, a gente procurou essas empresas e teve 3 empresas que adotaram a nossa idéia: a Tanac, a Aripê e o frigorífico do Nacional, o Frigonal. E aí a gente conseguiu arrendar uma área de terra próximo ao Frigonal, de 4 hectares. A gente fez um contrato com o proprietário onde a gente ia pagar a ele uma porcentagem de composto durante 10 anos. Daí transformamos aquela área na usina de compostagem, sempre seguindo as normas da Fepam¹⁹. Fomos na Fepam e falamos nossa intenção de transformar resíduo em composto pra poder adubar o nosso pomar e perguntamos o que a gente tinha que fazer. Mas até pra própria Fepam era complicado porque esses só tinham licenciamento pra depósito de lixo centrais e não uma coisa assim. Mas eles nos ajudaram, falando que a gente tinha que compactar o solo, abrir poços, sempre examinar a água pra não ter contaminação. Tem que entrar resíduo e sair composto, não poder criar problema para o meio ambiente. Daí para aquelas empresas isso era importante porque elas iam se livrar daqueles resíduos e daria um destino correto para eles. Então a Tanac nos emprestou um trator de esteira que eles tinham, pra isso tivemos que reformar ele e foi praticamente com ele que fizemos a indústria de compostagem. E tudo na base do mutirão, nós mesmos íamos lá nos fins de semana, os próprios associados iam lá. E assim fizemos a usina de compostagem. E nesse meio tempo novas empresas se mostraram interessadas e começaram a pagar para colocar o seu resíduo lá e dar um destino legal ao seu lixo. E tinham que ser agroindústrias pra ter um resíduo aprovado pela Fepam. E isso continua até hoje. Mas o negócio cresceu bastante. Começamos com 3 empresas e hoje temos 27. Isso tudo fez aumentar o volume e aumentando o volume compromete a capacidade de usina, ela teve que ser ampliada. Daí esse Pró Renda nos ajudou no início nos dando a metade de uma retro escavadeira. E essa máquina nos ajudou a pagar a usina porque a Tanac tinha um depósito de casca esgotada nos fundos da empresa e estava comprometendo a água do rio Caí, e a Fepam já estava multando eles. Eles não podiam mais botar resíduo ali porque ele estava indo para o rio. E a Tanac nos deu aquele depósito e como nós tínhamos uma retro escavadeira nós carregávamos os caminhões e cobrávamos. Na época aquilo ali era tão grande que deu milhares de viagens de caminhão, duas ou três mil. Cobrávamos R\$ 20,00 por cada caminhão e foi praticamente com esse dinheiro que pagamos a instalação da usina e as prestações da retro escavadeira. E nesse meio tempo uma retro escavadeira só não dava e tivemos que comprar uma pá carregadeira, fizemos um empréstimo em conjunto com os agricultores e compramos essa máquina. A Tanac deu seus caminhões em comodato pra nós retirar os resíduos deles porque saía mais barato eles darem os caminhões pra nós do que eles pagarem os empregados para levarem os resíduos pra nós lá. Muitas vezes o empregado desviava o resíduo, não levava pra lá, vendiam eles fora. Então até hoje nós ainda que pegamos os resíduos da Tanac e estamos com 3 ou 4 caminhões que são da Tanac, mas que estão sob nossa responsabilidade. Depois compramos outros caminhões porque a usina cresceu e hoje temos composto em excesso, mais do que suficiente. E hoje a gente também

¹⁹ Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler. Órgão vinculado a Secretaria Estadual do Meio Ambiente responsável pelo licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul.

está vendendo composto. Hoje a usina é a maior entrada da cooperativa com certeza, é o que movimenta mais dinheiro, mas teve ano que a maior receita vinha dos agricultores, da entrega de frutas (Produtor 7).

Olha, quem começou com isso foi o *Produtor 28*, ele trabalhou junto com o Lutzenberg²⁰, que trabalhou aqui na Tanac. Ele fazia composto da casca da acácia e fazia isso pra vender. Não deu dinheiro, mas pelo menos não ia jogar isso dentro do rio ou deixar apodrecer a toa. E dali o *Produtor 28* começou a fazer um movimento pra fazer produtos ecológicos com esses produtos da Tanac, era o começo. Tinha um caminhão à comodato, a cooperativa não tinha nada, ela começou fraquinha. Tinha o caminhão como comodato da Tanac, tinha um auxílio pouco da prefeitura, então a gente mesmo se virava. A Tanac tinha um trator de esteira que trabalhou bastante pra Ecocitrus e depois ela até cedeu esse trator pra Ecocitrus pra que a cooperativa pudesse reformar e ser dono [...] A idéia de criar a Ecocitrus era pra vender produto diferenciado, tirar agrotóxico (Produtor 8).

Aí logo que eu me formei eu entrei na Ecocitrus, ela ainda estava no início, aí a gente partiu mais ou menos do zero, muita coisa a gente não sabia, tudo foi aprendendo, porque não tinha muita bibliografia pra questão de compostagem, tudo foi a gente que fez meio que em grupo, foi desenvolvendo. Eu sei que a gente falava “vamos fazer assim, vamos fazer dessa forma” aí não dava certo e tinha que mudar, a água escorria e não podia escorrer. Foram várias coisas que a gente foi fazendo e aprendendo (Produtor 15).

Como tinha matéria prima que era o bagaço, tinha muito. Aquilo lá era um problema né, Aí ali se começou a fazer a usina de compostagem né, que daí nós que não estávamos mais usando produto químico, como é que eu vou sair do adubo químico se eu não tenho outra alternativa pra fazer a adubação? Eu vou ter que adubar, aí que se pensou a usina de compostagem, aí se conseguiu aquela área que hoje é lá na Ecocitrus, né. Teve apoio financeiro, se buscou recurso. Nós sócios na época chegamos a buscar financiamento com uma cooperativa, como não tinha patrimônio ainda pra dar em garantia, nós pegávamos dinheiro no banco e era usado dentro da cooperativa. Na época nós começamos pequinhos, não tinha apoio do poder público. A própria Tanac, nos cedeu máquina, no começo, uma. Mas era um trator de esteira velho, aí tinha que arrumar aquela coisa lá. Isso foi uma época de sacrifício. Nós pagávamos na época uma mensalidade de 100 reais por mês pra poder conseguir fazer a Ecocitrus começar e hoje tá aí, é o que é (Produtor 27).

Foram 4 anos de trabalho. A gente chegou a produzir muito material, mas chegou uma hora que começou a se inviabilizar economicamente. Quando eu peguei esse problema da Aripê e juntei as duas coisas e deu um composto legal, e como a área era grande – tinha 5 hectares – eu plantei 1,5 hectares de pomar e está lá até hoje, são umas 800 plantas. E eu comecei a criar esse pomar com o composto que era gerado através dos resíduos da empresa. Isso aí batia contra qualquer princípio do pessoal. Deus o livre! [...] A proposta era pegar os resíduos das empresas e fazer o levantamento. Na época a gente estimou um raio de 6 km, um volume muito grande de material. A Tanac convocou uma reunião com os empresários da região e colocou a idéia de terceirizar a destinação de todos os resíduos, na época a maioria não tinha problema, já tinha equacionado, então só tinha sobrado a Aripê, a Biocitrus e a Tanac. Foi assim que a gente começou o processo. Lá pra metade de 95 a gente conseguiu a licença de operação da usina de compostagem e com os resíduos da Tanac a gente começou a fazer o composto que é feito até hoje. Eu coordenei aquilo ali durante 15 anos e desde dezembro de 2007 eu me afastei, não faço mais parte. Sou sócio da cooperativa, mas não coordeno mais a usina de compostagem. Então todo esse processo vem num trabalho lá de trás com o Lutzenberger que foi meu

²⁰ José Antonio Lutzenberger foi um importante agrônomo e ecologista brasileiro que desenvolveu uma série de atividades de defesa ao meio ambiente. Criador da Fundação Gaia teve grande destaque na agricultura biológica atuando em intercâmbio com diversos países. Durante o Governo de Fernando Collor de Melo foi nomeado Secretário especial do Meio Ambiente (FUNDAÇÃO GAIA, 2009).

grande mestre. Foram 4 anos de aprendizagem, aquilo ali foi minha grande escola de compostagem, eu aprendi a lidar com esse negócio, ver onde é que estão as fontes e de onde dá pra buscar pra se ter um bom composto (Produtor 28).

Conforme observado nas falas, a usina de compostagem surgiu da necessidade de alimentar a produção ecológica que estava se iniciando. Como os produtores não podiam continuar utilizando o mesmo tipo de adubo que estavam acostumados, era necessária a criação de uma alternativa viável como substituto dos produtos químicos. Com isso em mente, um dos produtores, que havia adquirido conhecimento sobre o processo de compostagem com Lutzenberger, propôs a criação de uma usina que pudesse transformar os resíduos industriais em adubo orgânico. Esses produtores não tiveram muita dificuldade em conseguir empresas interessadas em se desfazer de maneira segura da sua escória. Dessa maneira, foram estabelecidos os primeiros contatos com a Tanac, que prontamente manifestou interesse na proposta e contribuiu também com o maquinário. Porém, apesar de terem conseguido apoio das empresas da região, havia ainda a questão da licença para funcionamento da usina. Como se tratava de algo totalmente novo para a região, nem mesmo os órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental possuíam informações técnicas para avaliar a idéia. Entretanto, os produtores não abandonaram a idéia e, juntamente com os técnicos da Fepam, iniciaram uma longa pesquisa para entender de forma mais aprofundada o que consistia tal processo. O Produtor 15 recorda que, como não havia muito material de estudo sobre o assunto, as experiências se baseavam na tentativa e erro. Aos poucos os agricultores foram descobrindo o que era necessário para pôr a usina em funcionamento e seguiram estritamente as recomendações da Fepam. Além das dificuldades para se conseguir a licença ambiental, a falta de recursos financeiros era outra barreira a ser transposta. Os produtores tentaram conseguir recursos de diversas fontes e, como o apoio conseguido não era o suficiente, cada associado teve que desembolsar inicialmente uma quantia mensal para dar início a produção. O Produtor 27 resume aquele período como “uma época de sacrifício”.

Contudo, os esforços resultaram na criação de uma usina que atualmente ocupa uma área de 12 ha e produz anualmente 20 mil m³ de composto e 18 mil litros de biofertilizante (BROSE, 2000; ECOCITRUS, 2009b). A quantidade de composto produzida hoje é suficiente para suprir toda a demanda dos sócios e as sobras são comercializadas para outros produtores da região. Com o grande volume de material produzido a venda do composto se transformou na principal fonte de receita da cooperativa.

Com o aumento da produção de frutas *in natura* houve a necessidade de expandir o mercado comprador desse produto. E com esse objetivo em mente os associados buscaram a

inserção em outros mercados fora do país. Entretanto, para que a produção da Ecocitrus pudesse ser comercializada na Europa foi necessária a aquisição de um selo que garantisse que os seus produtos eram provenientes de uma relação baseada na igualdade e respeito aos direitos dos trabalhadores (IFAT, 2001). Com isso, no ano de 2004 a cooperativa solicitou a certificação *Fair Trade* à FLO-Cert e, após um exaustivo processo burocrático, obteve o aval da certificadora no ano de 2006. Tal conquista pode ser considerada exitosa por parte da cooperativa, uma vez que, segundo dados da organização Faces do Brasil (2009), muitos pedidos não são concretizados, sendo a falta de mercado um dos principais motivos.

O processo de certificação está longe de ser uma tarefa simples e apresenta dificuldades extremas para os envolvidos, o que reduz o potencial de certificação entre os produtores brasileiros. Dentre essas dificuldades é possível destacar: a língua, o prazo e a burocracia. Além de todas as carências enfrentadas pelos produtores dos países do Sul quanto ao acesso às informações e, conseqüentemente, acesso também a novos mercados, esses trabalhadores, ao descobrirem os benefícios do selo *Fair Trade*, têm de enfrentar um exaustivo processo para ingressar nessa rede. Os depoimentos a seguir atestam que não se trata de um processo simples e rápido.

Gera muita burocracia, você tem que ter documentação, papelada, você tem que estar organizado. É claro que isso te faz ser cada vez mais organizado, mas dá trabalho também, tem que ter envolvimento, tem que ter pessoas pra isso e pessoas gera custos. Outro problema aqui é o pagamento da certificação. Nós temos que fazer um DOC lá pra Alemanha, eles não têm algo no Brasil. Então isso vai me dar custos de mandar esse dinheiro para fora do Brasil, tem que fazer a transformação do Real em Euro, isso é outro problema [...] A própria língua atrapalha, eles ainda não traduzem pro português porque tem custo [...] A gente entra em contato com o pessoal daqui pra ajudar num e-mail que a gente recebe da Alemanha, porque você manda um e-mail pra lá e eles respondem em castelhano porque eles não sabem falar em português, então eu tenho que entender castelhano, aí tem coisas que eu posso não entender (Produtor 1).

Foram alguns percalços no caminho, a língua atrapalha, o prazo que eles levam para responder as solicitações também atrapalha. Então, tudo durou entre um ano e um ano e pouco (Produtor 2).

De acordo com os relatos apresentados, exige-se muita dedicação e organização por parte do solicitante. Uma das queixas mais comuns está relacionada a comunicação entre certificadora e produtores. Atualmente o site da FLO conta apenas como duas opções de línguas, o inglês e o espanhol. Apesar da ampla disseminação dessas duas línguas em todo o mundo, os agricultores que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos ou ingressar em um curso de línguas apresentam sérias dificuldades em compreender outra comunicação escrita que não seja a do seu país de origem. Em países como o Brasil, onde aproximadamente

1/4 da população rural é analfabeta (IPEA, 2008), ter conhecimentos, mesmo que básicos, de uma segunda língua é um privilégio para poucos. Assim, muitas vezes os produtores se vêem obrigados a solicitar a ajuda de um tradutor para o preenchimento de formulários e outros documentos antes, durante e depois de obter o selo.

Outro ponto de destaque no discurso do segundo produtor é o tempo que se leva para a concretização da certificação. Conforme já mencionado, devido a problemas estruturais a FLO nega a maioria dos pedidos de certificação que lhes são enviados (FACES DO BRASIL, 2009). Isso significa que há um trabalho muito grande em se analisar todos os formulários cadastrados e por se tratar de uma análise cuidadosa é compreensível que haja uma demora no retorno. De acordo com os envolvidos no processo, levou-se mais de um ano do envio dos primeiros documentos até a confirmação da certificação. Nesse período foram feitas diversas adaptações e enviados vários documentos informando quais seriam os produtos que receberiam a certificação, a produção mensal e anual da cooperativa, a quantidade de pessoas envolvidas, dentre outras. Por fim, o Produtor 1 informa também que há dificuldade em se arcar com os custos diretos e indiretos envolvidos para a certificação. Além da taxa paga para a FLO, muitas organizações, como a Ecocitrus, se vêem obrigadas a pagar profissionais como contadores e administradores para organizar e providenciar os documentos exigidos. Dessa forma, entende-se que grupos organizados, porém com estruturas limitadas, encontram dificuldades em fazer o desembolso necessário para cobrir tais custos.

Ao ser inquirido sobre as motivações que levaram a Ecocitrus a solicitar o selo de certificação, o Produtor 1 informa que tratava-se de uma questão mercadológica, porém, tal postura é justificada pelo mesmo quando comunica que a cooperativa já adotava os preceitos do comércio justo antes mesmo de serem obrigados a tal.

A certificação é pra agregar valor ao nosso produto. Nós poderíamos ser produtores ecológicos sem certificação nenhuma [...] Tem essa coisa de envolver as pessoas, de atuar junto, agregar, de somar, por isso que a gente foi buscar a certificação também, porque isso nos agregou valor ao produto, abriu o mercado pro nosso suco (Produtor 1).

A partir do momento que eu quero estabelecer uma relação comercial com a Conap ou com a Coop ou com uma cooperativa italiana, eles lá exigem a certificação em comércio justo e a partir daí veio a necessidade e a demanda. Então hoje a gente nem fala mais em certificação individual, hoje a gente fala em certificação em grupo [...] A busca do selo *Fair Trade* foi uma questão comercial, foi em função de uma demanda do consumidor europeu [...] Então tem toda a questão ideológica, eu não vou trazer pra cá uma coisa que eu vá enxergar como negativa, mas quando eu ver que a coisa é positiva tem que assumir (Produtor 28).

O discurso do Produtor 28 deixa claro que as exigências do mercado europeu apresentam-se como motivo principal na busca da certificação. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas nesse processo, o agricultor deixa claro que a conquista do selo é encarada positivamente, pois, através da base ideológica que esse produtor possui, o mesmo entende que iniciativas que têm por objetivo a ampliação da participação de produtores outrora excluídos do mercado são benéficas para os envolvidos.

Faz-se importante destacar que, mesmo fazendo parte de uma cooperativa certificada, muitos produtores por falta de opção vendem grande parte de sua produção para o mercado convencional, chegando muitas vezes a 80% do total produzido. Isso ocorre porque muitos produtos não são certificados pela FLO por falta de demanda (FERREIRA, 2003; FACES DO BRASIL, 2009). Tal realidade também pode ser identificada na Ecocitrus cuja produção destinada à exportação representa uma pequena parte do total cultivado pelos associados. Nos dois relatos apresentados a seguir é possível verificar que o mercado interno ainda é o foco da Ecocitrus.

Pra nós a certificação FLO hoje é basicamente suco concentrado, se não for pra isso não tem por que nós ter [...] Hoje se tu for tentar fazer suco concentrado pra vender no mercado internacional como convencional – claro que o orgânico agrega valor também – o orgânico te facilita o mercado de venda, mas talvez não tanto o valor [...] O nosso forte hoje na cooperativa não é a produção de suco, é a fruta *in natura*. Então a gente conseguiu agregar valor aquela fruta que se perdia fazendo a exportação do concentrado. Por que você vai fazer o que com a fruta que não vende no mercado? Vamos botar fora? Não, vamos fazer suco. E com isso a gente conseguiu vender essa fruta primeiramente fazendo suco dela (Produtor 1).

Basicamente a produção aqui na região e pra fruto *in natura*. O percentual da fruta da cooperativa destinado pro suco é uns 30% [...] Então hoje a nossa venda de suco no mercado interno absorve a nossa produção (Produtor 2).

De acordo com o observado, os ganhos da cooperativa estão baseados principalmente na venda de fruta *in natura*, enquanto o suco concentrado é encarado como uma alternativa para a comercialização da fruta cuja aparência é inapropriada para o mercado. Conforme pode ser identificado na reportagem “Parceria com empresas locais para a concentração de suco” (Anexo 4), apesar do grande volume de suco concentrado enviado para fora do país, este tem pouca relevância se comparado à produção das frutas que são vendidas direto ao consumidor. Em outra matéria (“Certificações garantem a qualidade do produto da cooperativa” – Anexo 5) confirma-se que a busca pela certificação foi motivada pela abertura do mercado internacional e a obtenção de um melhor preço para o seu produtor orgânico.

Dentro do processo de integração é importante destacar também a participação das mulheres na formalização do grupo. Representando quase 40% do total de associados, as

mulheres da Ecocitrus são responsáveis pelo desenvolvimento de diversas atividades dentro da cooperativa. Muitas delas revezam as tarefas peculiares ao lar com as obrigações administrativas do grupo, com destaque para atual vice-presidente da cooperativa. Os próximos relatos mostram as diversas motivações que levam as mulheres a participarem da Ecocitrus.

a gente começou a fazer produto de limpeza, coleta de lixo seletivo lá na sede da cooperativa. no primeiro encontro vieram quase todas as mulheres, depois foi diminuindo, agora ficou um grupo bem menor. (Produtora 4)

Agora a gente tem um grupo de mulheres ecológicas que faz produtos, então a gente tem se reunido na Ecocitrus pra fazer produtos caseiros como sabão, detergente, uma infinidade de coisas caseiras que a gente faz. A gente tinha se reunido quase todos os meses. [...] Esse grupo de mulheres também é muito bom pra gente não ficar só trabalhando, pra gente poder ter um dia pra gente se encontrar, conversar. O relacionamento entre os cooperativados é muito bom. (Produtora 5)

Essa semana nós fizemos sabão e produtos de limpeza. Essa idéia a gente já tem há bastante tempo, desde que terminou aquele outro grupo a gente estava com vontade de fazer um grupo de mulheres.(Produtora 18)

a ecocitrus há alguns anos atrás formou o grupo mulheres, tinham várias reuniões e falavam várias coisas. o hortifrutigranjeiro era uma e daí a cooperativa ajudou na formação desse grupo de mulheres e eu fui uma das primeiras a ajudar a fundar aquele grupo e nós trabalhamos 10 anos. (Produtora 26)

Nos relatos acima é possível observar algumas atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres que contribuíram para a formação da cooperativa e outras que ainda são desenvolvidas atualmente, como o trabalho com hortifrutigranjeiro, a coleta seletiva de lixo, a confecção de produtos de limpeza e jardinagem. No caso da Ecocitrus não é possível afirmar que existe uma separação formal entre o trabalho do homem e da mulher, entretanto, há como inferir que algumas funções, como as destacadas acima, são preferencialmente destinadas às mulheres e incentivadas para a execução deste grupo.

Ainda analisando esses relatos, é importante chamar atenção de um outro objetivo do grupo de mulheres. De acordo com a fala da Produtora 5, além do trabalho, as associadas também encaram os encontros do grupo como um momento de lazer onde elas podem conversar e fugir um pouco da rotina. Identifica-se nesse momento a necessidade que essas mulheres possuem de atividades extra-laborais e a importância que as mesmas representam para a união do grupo.

Outro ponto de destaque nas falas citadas é a questão da participação limitada das mulheres na cooperativa. Em dois momentos é possível identificar uma queixa referente à pouca contribuição das mulheres que outrora estavam envolvidas mais ativamente nas atividades e, conseqüentemente, uma sobrecarga de trabalho para as poucas que

permaneceram no grupo. Os relatos a seguir assinalam algumas justificativas para a restrita participação de tais associadas na cooperativa.

Umam falam que não tem tempo, que tem que cuidar da casa, que é longe, muitas não dirigem e aí dependem do marido pra levar, porque não são todas dessa região aqui, tem de toda a região. Então envolve Harmonia e outros municípios. (Produtora 4)

Porque a mulher do colono tem que cuidar da casa, então a noite tem que lavar a roupa, fazer pão, fazer comida, e isso a gente faz mais de noite. Então pra mim fica mais difícil, eu fico muito cansada de noite. Daí tu vai lá e a reunião se estende muito e aí você está cansada pro outro dia. (Produtora 5)

Pra falar a verdade pouquíssimas vezes. É porque fica lá em Montenegro. É longe e eu não dirijo, não dá pra ir de ônibus [...] Seria bom se eu conseguisse participar de tudo, mas não dá. É que a gente tem bastante compromisso. (Produtora 12)

Elas gostam, mas não tiram muito aquele tempo. Se você vai sempre atrás do serviço, de coisas pra fazer, você não vai sair nunca. Então tem pessoas que pensam assim “se der tempo eu vou”, isso é a pior coisa na nossa cooperativa. O pessoal deixa de participar de um curso porque não tira tempo pra isso. (Produtora 18)

É sempre bom participar. Eu ia até entrar esse ano na diretoria, mas como eu tenho filho pequeno não dá pra largar, porque é muito compromisso. [...] Na medida do possível eu participo das reuniões. Às vezes o cansaço me impede de participar mais. (Produtora 20)

Conforme observado, diversas são as justificativas que enfraquecem a participação das mulheres nas atividades dentro da cooperativa, sejam elas ligadas à produção, à administração ou atividades-extras. A dificuldade na conciliação entre as atividades domésticas e o trabalho na cooperativa aparece como um dos principais motivos para a restrita participação. Além de cuidar dos filhos e da casa, a esposa do pequeno produtor rural muitas vezes, por falta de empregados ou outros membros da família para ajudar na propriedade, torna-se, junto com o marido, a única mão-de-obra para a subsistência da família. Dessa forma, ela é obrigada a exercer uma “dupla jornada de trabalho”, revezando entre as atividades do lar e as tarefas na agricultura. O depoimento da Produtora 5 atesta essa informação e comunica que muitas vezes essa atividade é realizada no turno noturno por falta de tempo durante o dia. Ao justificar a sua ausência nas últimas reuniões e encontros de mulheres na cooperativa, essa produtora diz que a sua situação é semelhante a diversas outras mulheres associadas, cuja rotina exaustiva de trabalho durante o dia e prolongada à noite as impede de se deslocarem até à sede.

No concernente às atividades desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais, diferentes autores (CÂNDIDO, 2009; LISBOA, 2003) constatam que já se encontra cristalizada no senso comum, a visão de que os homens da família são responsáveis pelo

trabalho “pesado”, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelo trabalho “leve” definido como cuidar da casa, dos filhos, do quintal e “dão ajuda ao trabalho no campo”.

Mesmo desempenhando atividades de caráter econômico, as mulheres ainda acumulam as tarefas de caráter reprodutivo e social, tendo, portanto, a sobrecarga de tarefas. Consta-se que ainda não se abandonou o “velho discurso” que valoriza socialmente o homem e o seu papel, legitimando a subordinação e secundarização da mulher. Por isso, observa-se um movimento no sentido de produzir outro discurso baseado em relações solidárias de gênero, em que a mulher não seja vista como uma categoria social subalterna (CÂNDIDO, 2009).

Com uma posição um pouco diferenciada da maioria das produtoras entrevistadas, que creditam a participação limitada a fatores externos, a Produtora 18 crê que as próprias agricultoras têm grande parcela de responsabilidade nesse contexto. De acordo com ela, a falta de um planejamento de tempo e organização dos afazeres domésticos também são responsáveis pela perda de boas oportunidades, como a participação em cursos promovidos pela cooperativa. Assim, essa produtora acredita que um maior comprometimento com os projetos do grupo tende a proporcionar resultados positivos para todas as envolvidas.

Outro fator considerado crucial para a participação das mulheres nas atividades da Ecocitrus é a distância geográfica da sede. Localizada no Vale do Caí, região que engloba, além de Montenegro, outros 18 municípios, a cooperativa, que tem sócios espalhados por toda a região, torna-se quase inacessível para muitos deles. Na tentativa de reverter essa situação, a diretoria da cooperativa realiza algumas de suas assembleias mensais fora da sede, em municípios e localidades diferentes. Entretanto, o acesso dificultado ao local das reuniões e o fato de algumas produtoras não possuírem carteira de habilitação, fazem com que as mulheres dependam dos maridos para a locomoção, ainda mais quando se trata de assembleias noturnas. Essa relação de dependência está de acordo com o que Iorio (2002) chamou de “poder sobre”, onde uma pessoa pode sutilmente sofrer algum tipo de opressão por intermédio de outra em situação mais favorável. Assim, mesmo sem o uso de um poder evidente, pode ocorrer uma situação de submissão por parte da mulher em uma situação muitas vezes corriqueira, como a dependência do marido para a sua locomoção. A autora acredita que uma das maneiras de romper com essa dominação passa pelo *empowerment* das mulheres através de uma maior participação nas esferas políticas e econômicas. Apesar de todos os percalços, essa participação pôde ser identificada na estrutura da cooperativa.

Com isso, mesmo diante de algumas dificuldades, é possível afirmar que todos esses elementos contribuíram para a consolidação do grupo à medida que os vínculos entre os

produtores foram firmados e o planejamento e a organização passaram a fazer parte da rotina da cooperativa, juntamente com o ingresso em novos mercados proporcionado pelo acesso mais fácil e rápido às informações. Portanto, resta apresentar os impactos resultantes de tais alterações nas vidas dos pequenos produtores e se essas mudanças influenciaram na consciência desses agricultores.

6.6 QUINTO MOMENTO: A CONSCIENTIZAÇÃO

Após percorrer todos os momentos que revelam como nasce e se desenvolve o grupo que, insatisfeito com o contexto em que se encontrava, parte para a busca de melhorias na qualidade de vida, finalmente apresenta-se o momento onde ocorre o fortalecimento dos sentimentos de segurança e de sensibilização. Nessa etapa, que apesar de final não é concludente, o indivíduo passa a ter consciência de sua capacidade de agente mobilizador e transformador, participando ativamente “nos processos de tomada de decisões políticas” que desenvolvem a “sua própria capacidade de ação, de autodeterminação e de co-responsabilidade” (LISBOA, 2003, p. 145). Destarte, cabe aqui apresentar trechos das entrevistas com os agricultores que atestam a conscientização que passaram a ter após a constituição da cooperativa, bem como o reconhecimento da importância desse grupo para o aumento do poder individual e coletivo. Com o objetivo de tornar essa exposição mais didática, esse quinto momento do *empowerment* de Kieffer (1984) foi dividido em duas partes. A primeira parte contempla os depoimentos relacionados à formação da consciência do grupo com respeito ao sistema cooperativista. Já a segunda etapa apresenta o reconhecimento que cada produtor tem acerca das mudanças nas suas vidas após a criação e estabilização da Ecocitrus.

Os relatos que se seguem identificam qual era a concepção que os fundadores da Ecocitrus tinham sobre o cooperativismo e como a assessoria de uma associação que trabalha com grupos autogestionáveis foi fundamental para a mudança de pensamento e adaptação da estrutura.

Depois teve um entendimento nosso do que é cooperativa e cooperativismo. Até por não ter um real entendimento de que o patrimônio é dos 43, como divide, ou não divide. Depois, com uma assessoria do pessoal da Anteag de São Paulo que trabalha com empresas de autogestão, a gente entendeu bastante como funciona isso e as pessoas também entenderam que o que importa na cooperativa é a participação delas. Quanto mais elas participarem melhores serão as participações futuras delas, participação nos lucros (Produtor 2).

Essa mudança eu acho que foi muito em função da assessoria da Anteag pra gente saber o que é cooperativismo [...] Então com o tempo e com essa assessoria da Anteag eu fui entender o que é o cooperativismo realmente, porque eu nunca tive uma boa informação sobre cooperativa. Meu pai sempre me dizia “onde tem cooperativa alguém está sendo explorado”. Então eu tinha uma imagem bem negativa, porque toda cooperativa que eu ouvia falar tinham dois ou três mandando e os outros mal recebiam. Aqui na região nós temos cooperativas assim ainda, tem cooperativa de suinocultores que o que menos tem é suíno. Tem um associado que o pai morreu e ele não pôde receber a cota dele, que deu mais de R\$ 100 mil. Imagina! Se isso é que é cooperativismo pra que eu vou querer participar de uma cooperativa? Então falta entendimento do que é cooperativismo, tanto que o banco Sicredi é uma cooperativa de crédito. Eu diria que mais de 90% dos cooperados do Sicredi não sabem o que é uma cooperativa. Se ela falir eu vou pagar junto conforme minha cota. Eu duvido que 10% saiba o risco e os benefícios que tem. Então isso tinha dentro da Ecocitrus também. Depois dessa assessoria da Anteag – eu vou falar por mim – a gente soube o que era. Eu me lembro que um dia me perguntaram assim “ah, vocês são uma cooperativa, uma cooperativa vocês sabem mais ou menos o que é, mas o que vocês estão praticando é cooperativismo? Vocês são um grupo de 40 agricultores, que pra entrar na cooperativa tem que estar na linha ecológica, mas esses funcionários que vocês tem?” Aliás, primeiro ele perguntou assim “por que vocês são uma cooperativa?”, daí eu disse “ah, pra não sermos explorados, pra poder vender nossa produção” e eles “mas olha pra trás e veja seus funcionários, vocês não querem ser explorados, mas estão explorando essas pessoas! Então não é justo que esses trabalhadores sejam associados também?” Foi aí que a gente pensou realmente. Então dá pra dizer que esse foi o motivo que entendemos que o cooperativismo que não é justo que quem ajuda a manter a cooperativa seja um empregado. Mas ainda têm poucos que ainda optam não querer ser sócio, mas ser funcionário (Produtor 3).

É que o conceito de cooperativa a gente evoluiu, que a gente tinha um conceito de cooperativa anterior e agora que mudou. Uma era aquela questão das cotas-partes, o pessoal não conseguia entender como é que funcionava aquilo. “Ah, que eu vou deixar entrar um sócio novo e ele vai ter os mesmos direitos que eu tenho, e ele vai entrar agora e não vai participar de nada. Por que a cota de um é tanto por cento”, porque cada um tem um valor diferente lá dentro, isso a gente não conseguia entender direito até 2 anos atrás quando a gente teve a assessoria da Anteag, alteração de estatuto e começou a mudar [...] Na primeira reunião que eu fui da Anteag eu também tinha muitas dúvidas, como é que vai se dar daqui pra frente? Isso até hoje, um pouco pela força do hábito, mesmo sendo sócio da Ecocitrus alguns dizem “ah, vocês lá da Ecocitrus” como se não fizesse parte, sabe. Então até tu conseguir entender que eu sou dono de tudo, que eu faço parte também. Então eu acho que foi isso que deu essa abertura, essa visualização (Produtor 15).

É que a gente tinha uma idéia assim, a gente não sabia se era bom ou ruim ter mais sócios e aí a gente pegou uma ajuda da Anteag de São Paulo e aí foi se sabendo mais, se estudando mais sobre isso, e aí a gente soube que tinha bastante gente interessada e a gente não sabia como lidar com isso, até porque tinha essa questão de cota. Então era uma coisa que a gente não sabia bem como fazer, a gente estava aprendendo ainda e depois dessa ajuda da Anteag as coisas ficaram mais claras e eu achei que foi legal, veio mais gente, aumentou a produção. Isso era uma coisa que a gente estava conversando, que a gente buscava novos mercados, mas a nossa fruta não era suficiente, então a entrada de novos sócios foi interessante nesse sentido também. Fortalecer na verdade. A gente não tinha bem a certeza de como fazer isso e aí com a Anteag o Reitor deu alguma instrução e teve acompanhamento e acho que esse foi o caminho certo. Entrar gente nova dá um gás novo, se não fica muito monótono sempre as mesmas idéias, sempre as mesmas pessoas, então acaba meio cansativo, aí vem gente nova com outro pique e o cara indo junto no embalo. Então eu acho que evoluiu bastante (Produtor 17).

Tem uma pessoa da Anteag que vem fazer curso e explicar como funciona uma cooperativa e fizemos um dia só pra explicar pro sócios que a cooperativa não é uma coisa fechada. Nós tínhamos muito medo de colocar gente que no fim só ia ter interesse e não usar agrotóxico, usar só orgânico [...] Então nessa palestra da Anteag eles explicaram que pra ser uma cooperativa tem bastante coisas, princípios, que a gente não conhecia. Então a gente viu que a gente estava errado, que a gente precisava dar chance pra outros por ser uma cooperativa, pra cooperar todo mundo. Só que a gente percebe na realidade que muitos entram achando que é uma coisa que vai dar mais lucro (Produtor 18).

Nós tivemos uma assessoria da Anteag e é um pessoal com bastante experiência e pelo que eu sei e observei foi uma orientação dali, que seria melhor pra cooperativa e pelos incentivos que o governo também dá, porque as cooperativas pagam taxas menos que uma empresa, mas tem que ser uma coisa certa. Então ele vai participar disso, ele também é dono. Mas tem muita gente que espera as coisas acontecerem pra depois entrar, eles não querem correr risco. Nós tivemos casos que a pessoa entrou e foi votado pra ela entrar e eu fui contra e era um amigo meu. Eu disse “por que tu não entrou antes no começo quando foi criada a cooperativa?” e ele disse que não tinha dinheiro, mas eu disse que não era esse o caso porque ele tinha dinheiro pra financiar um trator e ele não entrou porque ele não acreditou. E depois ele acabou saindo porque ele visava muito o lucro, ele teve muitas perdas que ele achou que não teria se ele tivesse ido pro convencional, aí ele saiu fora (Produtor 19).

Os depoimentos mencionados acima confirmam o limitado entendimento que aqueles produtores tinham sobre o modelo cooperativista. Devido a riqueza das informações contidas nesses relatos, faz-se apropriada a análise individual de cada um deles. A imagem negativa que o Produtor 3 tinha sobre as cooperativas era uma herança adquirida do pai e compartilhada por muitos agricultores em todo o país. Tal desconfiança em certa medida é considerada compreensível, uma vez que muitas cooperativas brasileiras são formadas com objetivos bem distintos dos preceitos do sistema cooperativista. Um bom exemplo a ser citado é a desvirtuação que ocorre em algumas cooperativas de trabalho. Conhecidas como “cooperगतos” essas entidades funcionam como agenciadoras de mão-de-obra e pagam valores bem inferiores aos praticados no mercado de trabalho. Como uma má administração e com recursos limitados muitas delas acabam falindo e transferindo as responsabilidades trabalhistas para as empresas contratantes dos serviços (ALVAREZ *et al.*, 2007). O produtor continua o seu depoimento citando o exemplo de uma outra cooperativa e afirmando que, assim como ocorria na Ecocitrus, a grande maioria dos seus membros possivelmente não tem idéia do que seja o cooperativismo. Ele completa lembrando que nem somente de benefícios vive uma organização desse tipo, mas de percalços que podem resultar em falência, onde cada membro assume parte do prejuízo de acordo com a sua participação nas cotas. Dessa forma, através da fala desse agricultor pode-se supor que, se todos os associados de uma cooperativa compreendessem todos os riscos e benefícios existentes por trás dessa estrutura, tais pessoas teriam uma maior preocupação e dedicação na sociedade na qual estão inseridos.

Outra questão de extrema relevância que surge no depoimento do Produtor 3 está

relacionada ao pessoal que desenvolve atividades profissionais dentro da cooperativa. Ele recorda que ao ser questionado sobre o motivo de formarem uma cooperativa respondeu que a finalidade era evitar a exploração dos agricultores, entretanto, naquele momento eles estavam indo de encontro a tal objetivo, pois as pessoas que trabalhavam na Ecocitrus não tinham a oportunidade de se tornarem membros do grupo, tendo apenas os direitos de trabalho assegurados pela lei. A partir da assessoria da Anteag o grupo passou a ter uma melhor compreensão nessa questão. Segundo membros do Conselho Administrativo da Ecocitrus, essa assessoria foi de extrema importância para que eles entendessem de forma mais clara os princípios envolvidos no sistema cooperativista e mudassem a forma de gerir a sociedade. Após a assistência, incentivou-se que os funcionários adquirissem cotas-parte e se tornassem sócios, estimulando uma participação mais ativa por parte dos mesmos. Essa sugestão está de acordo com os princípios do cooperativismo estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale, cuja orientação era que as relações não deveriam ocorrer de maneira assalariada, mas aconselhava-se que o trabalhador se tornasse associado após um ano de estágio probatório na cooperativa (SCHNEIDER, 1999). Atualmente, a legislação brasileira prevê que não pode existir vínculo empregatício entre a cooperativa e o seu sócio, devendo o trabalhador optar por uma das duas situações. De acordo com o art. 90, da Lei nº 5.764/71, “Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados” (BRASIL, 1971), mas um controle democrático por parte dos seus membros. Citando a doutrina, Pinho (2001, p. 14) salienta que

as principais mudanças implantadas pela união dos associados em cooperativas seriam a prestação de serviços sem fins lucrativos, a eliminação do assalariado pelo associado-cooperativista, a substituição da competição pela cooperação [...] entre outras.

Entretanto, apesar de não poder existir subordinação dos associados para com a cooperativa, nada impede que o produtor seja contratado pela mesma. Nesse caso o trabalhador teria os seus direitos como associado restringidos, abrindo mão, dentre outras coisas, do direito de votar e ser votado.

Ao falar sobre a sua mudança de pensamento a respeito do cooperativismo o Produtor 15 comunica que uma das grandes polêmicas envolvidas na entrada de novos sócios era a questão da participação daqueles que entraram após a cooperativa estar estabilizada. De acordo com o agricultor, o sentimento que imperava naquele momento era o individualismo. Alguns dos sócios mais antigos relutavam em aceitar a entrada de novos membros alegando que tal atitude não seria justa com aqueles que trabalharam arduamente para a formação da

Ecocitrus. Desse modo, durante muitos anos o número de sócios esteve limitado em 43 pessoas. Naquele momento o grupo parecia não enxergar que estava indo de encontro ao primeiro princípio do cooperativismo – a livre adesão. Esse princípio “impossibilita que qualquer um possa, por questões de discriminação religiosa, sexual ou de classe social, restringir a entrada ou incentivar a saída de membros” (ALBUQUERQUE *et al.*, 1998, p. 4-5). De acordo com Schneider (1999), tal erro também foi cometido pelos pioneiros do cooperativismo na Europa, que até 1845 limitavam em 250 o número total de participantes em uma cooperativa. Entretanto, essa inconsistência foi corrigida posteriormente através de emendas ao Estatuto.

Na Ecocitrus, após uma melhor compreensão desses preceitos, houve uma nova abertura para filiação de sócios. Ao ser questionado sobre os benefícios dessas novas filiações o Produtor 3 se diz convicto que os resultados são positivos para todos:

Eu acho que sim, claro que todo grupo quando aumenta tem suas dificuldades, mas tem benefício sim. [...] Minha cooperativa vai ser maior, eu vou ter um mercado garantido, é mais gente pra dividir o bolo em todos os sentidos, benefícios. É fazer ela crescer, ser mais estável e maior. Eu vejo isso como uma boa coisa que aconteceu. As pessoas que hoje estão ali dentro que na época eram funcionários hoje são sócios, então eles vão fazer de tudo pra fazer a coisa andar. Eles são sócios, não precisam ser mandados pela gente (Produtor 3).

No final do seu relato o Produtor 15 informa que mesmo nos dias atuais alguns associados não entendem plenamente que dentro da cooperativa não existe uma relação hierárquica, pois se trata de organizações democráticas controladas por seus sócios, onde a decisão não é centralizada e todos os membros são incentivados a participar ativamente na criação de suas políticas (SCHNEIDER, 1999). A postura adotada por tais associados pode ser encarada como cômoda, uma vez que pode existir uma cultura de dependência e falta de participação em muitas regiões rurais. De acordo com Brose (1999, p. 268), um dos fundadores da Ecocitrus comenta as dificuldades envolvidas na mobilização dos produtores:

É muito difícil quebrar isso, não sei se é cultural, mas na nossa região é muito forte. O prefeito, o presidente da cooperativa, o presidente do sindicato é que têm que saber e resolver tudo. Inclusive os agricultores acham isso. Daí em diante é que comecei a analisar com mais relevância qual a importância que a mentalidade do ‘presidencialismo’ tem aqui, onde os associados, sócios e agricultores em geral esperam que os presidentes resolvam tudo. ‘Se errarem, eles são trocados’ diz o agricultor, mas aí os erros já estão feitos. O agricultor aqui não se predispõe a sentar com o presidente e discutir as ações.

Dowbor (1999) adverte que somos condicionados a acreditar desde a infância que existe uma força superior, representada pela figura do Estado, responsável por tudo e por

todos. Para que essa realidade mude o autor acredita que deve haver uma mudança de pensamento partindo do individual para o coletivo. Felizmente, de acordo com os depoimentos, tal postura passiva não é unanimidade dentro do grupo.

No relato do Produtor 17 é possível identificar que, mesmo estando “fechada” para novos associados, muitos produtores da região manifestavam interesse em participar da cooperativa, porém eram impedidos devido a falta de conhecimento dos sócios até então que tinham medo das conseqüências de tal abertura. Esse produtor atualmente tem consciência que aquela não era a forma correta de lidar com a situação e considera positiva a entrada de novos sócios. Segundo ele, essa abertura resultou em um aumento na produção e a expansão para novos mercados. O retorno financeiro que a cooperativa vem obtendo é entendido como reflexo direto dessa ampliação. Além do aumento dos recursos o Produtor 17 também acredita que os novos filiados representam um novo “gás” para a Ecocitrus, pois o fato de há anos serem sempre as mesmas pessoas, segundo o agricultor, tornava as atividades monótonas.

Compartilhando do mesmo medo citado anteriormente, o Produtor 18 acredita que o impedimento da entrada de novas pessoas na cooperativa ocorria por desconfiança dos reais interesses por trás da filiação. Havia um temor que aquelas pessoas buscassem a Ecocitrus apenas com finalidades econômicas e que no primeiro momento de dificuldade abandonariam o grupo e voltariam para a produção convencional. Se a cooperativa fosse condizente com tal postura estaria contrariando a posição adotada pelos Pioneiros de Rochdale e, assim, seria considerada sem autenticidade pela ACI, pois, de acordo com Schneider (1999), haveria uma contradição clara e evidente entre o discurso e a prática adotada. Ao final do seu depoimento o Produtor 18 assume que o grupo estava errado ao inibir a entrada de associados e está consciente que é preciso dar chance a todos, mesmo que alguns cometam o equívoco de ingressar na cooperativa apenas interessados no lucro.

Encerrando essa primeira parte resta analisar o depoimento do Produtor 19. Esse entrevistado inicia a sua fala reconhecendo a experiência que a Anteag tem e o quanto esse conhecimento foi significativo para o grupo naquele momento. Ele afirma que um dos motivos para a mudança do modelo associativista para o cooperativista tinha a ver com os incentivos fornecidos pelo Poder Público. Os benefícios fiscais fornecidos às cooperativas representaram um grande chamariz para o grupo. Como já observado anteriormente, são essas mesmas benfeitorias que atraem grupos cujo lucro é o único objetivo. Ainda no seu depoimento, o agricultor, manifestando o mesmo temor que o Produtor 18, informa que em determinado momento foi contra a entrada de um novo associado que, segundo a sua opinião, “visava muito o lucro”. Mais uma vez é necessário lembrar que cooperativas cujas finalidades

exclusivas estão ligadas ao acúmulo de capital e ao enriquecimento dos seus membros são totalmente condenadas pela ACI (SCHNEIDER, 1999).

Continuando a análise das falas quanto à formação da consciência relacionada ao cooperativismo, o depoimento mencionado a seguir identifica outro momento importante na formação da consciência do grupo, a mudança de associação para cooperativa. O Produtor 28 informa que a alteração ocorreu por questões comerciais.

Ah, isso foi mais uma questão comercial. A partir do momento que ela passou a ter produto, ter produção certificada, produto orgânico, aí a associação era muito limitada politicamente falando em termos de como comercializar, como industrializar, o CNPJ não tinha. Então resolveu deixar a associação e fundar uma cooperativa. Politicamente ela era mais legal e podia assumir toda a parte comercial, a parte de industrialização. Sempre com essa lógica de manter a coisa sob o domínio do sujeito que tá ali, que é o agricultor. Então a cooperativa veio desse sentido aí (Produtor 28).

Nos próximos relatos – onde há falas de quase todos os entrevistados, incluindo aqueles que não fizeram parte da constituição da Ecocitrus – poderão ser identificados momentos em que os pequenos produtores assumem ter a consciência que houve transformações positivas nas suas vidas em decorrência do processo de constituição da cooperativa. Nesse momento é possível verificar de que forma os pequenos produtores rurais da Ecocitrus tem utilizado seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para agir com responsabilidade no espaço público defendendo os seus direitos e os direitos do coletivo. A elevada quantidade de relatos semelhantes – e em alguns casos bastante extensos – comprova a unicidade de pensamento ao serem questionados sobre o que mudou na vida de cada um deles após a formação da cooperativa.

[...] eu não saberia tocar a minha propriedade sem estar numa cooperativa, numa organização assim. Até porque eu participei de outra cooperativa, como foi a Harmonicitrus. Então eu não tenho muito o que me preocupar [...] Algumas vezes as pessoas perguntam assim “o que você está ganhando pelas frutas?” e eu digo que não sei, eu sei que estou mandando minha fruta pra lá e que eu vou ganhar, se isso é oito ou dez eu não sei. Se eu vou receber daqui a 30 ou 45 dias nem isso eu me preocupo porque eu sei que quando tiver o dinheiro disponível eu vou receber, porque o dinheiro não é da cooperativa, o dinheiro é meu (Produtor 3).

Cada ano que passa ela está melhorando mais, ela cresceu mais. Então quando nós entramos nós fomos crescendo junto com a cooperativa. Eu acho que o que mais mudou foi a consciência mesmo, a consciência ambiental, se preocupar mais com os alimentos que a gente come, qualidade de vida mesmo (Produtora 4).

A cooperativa tem sido importante, ela dá garantia para a colocação do seu produto, você não se preocupa se vai vir comerciante. Lógico que a gente ainda não conseguiu ter uma porcentagem mais alta, talvez até poderia ter, mas a cooperativa também precisou investir, que na verdade ele é nosso. Se a cooperativa comprou um caminhão novo esse caminhão é de todos os sócios, todos somos donos (Produtor 7).

Olha, na relação com outras pessoas ajudou bastante porque a gente quando está na cooperativa a gente dá valor ao que tem e é obrigado a dar valor e respeitar a opinião das outras pessoas. Isso ajudou bastante mesmo. Teve mudança sim, porque tu passa a não usar agrotóxico e isso é melhor pra você e pra sua família porque você vê pessoas de mais idade aí que usaram agrotóxicos a vida inteira e agora estão acabados e isso é complicado. Então a qualidade de vida mudou sim (Produtor 9).

Mudou porque agora a gente se junta mais, a gente nunca conversava com os vizinhos e agora a gente vai nas reuniões junto. Ficou bem melhor, a gente participa e depois fica conversando um com o outro e antes a gente nem se via, era um pra lá e outro pra cá. Sim, a qualidade de vida agora está bem melhor (Produtor 10).

Eu acho que todo mundo trabalhando em prol de um bem comum é interessante. Eu acho que deveria ter mais cooperativas, pelo menos pros pequenos. Eu acho que é uma coisa que precisa aumentar (Produtor 14).

Eu acho que pra mim isso melhorou muito mesmo. Justamente por isso, por a gente ter essa oportunidade de trabalhar e ser dono da própria vida. Tem sempre a possibilidade “ah, hoje eu estou atrasado pro meu trabalho, ah, hoje eu vou ficar um pouco mais. Amanhã eu fico um pouco até mais tarde”. Eu acho que isso vale bastante pra qualidade de vida, não é aquela coisa de que tem que chegar tal horário, tem que sair tal horário, se a tua tarefa está cumprida você tem essa abertura de julgar. E eu acho que a autoestima ajuda bastante [...] Então você não pode somente contar com o dinheiro, você tem que contar os vários outros benefícios que tem, e um dos maiores ganhos que eu tive foi isso aí (Produtor 17).

Eu acho que também tem o envolvimento que a gente tem hoje, de sair, fazer cursos, de conhecer novos lugares, outras propriedades, isso é uma coisa que antes a gente não fazia. Então a gente mudou aquela rotina, a gente sai muito, tem bastante conhecidos, bastante amigos, a gente nunca pensava que ia ter amizade com essas pessoas. Então foi uma coisa muito boa (Produtor 18).

A gente consegue sair e conhecer coisas novas, antes não, antes a gente ficava em casa só trabalhando. Então melhorou porque se a gente vai em grupo a gente consegue as coisas mais fácil do que se for individual (Produtor 20).

Eu vou te dizer uma coisa, até os hábitos mudam muito. Cada vez você vai se convencendo mais para consumir produtos naturais, evitar o máximo possível o que não é natural e isso não é porque você vê na televisão que daí você vai fazer isso, porque essas campanhas que estão fazendo de consumo orgânico não é assim, porque o pobre não tem como fazer isso. Agora, no momento em que ele se convence que pode botar um vaso de flor e plantar um pé de alface pra comer, isso é que nós temos que ensinar. Por que qual o trabalho que dá pra fazer isso! Nem capinar não vai! Planta e depois vai lá e colhe (Produtor 22).

Olha, acima de tudo o nosso modo de ser, a gente passa a ter uma postura totalmente diferente, questão de solidariedade com outras pessoas. Eu digo sempre o seguinte, se a gente ver um pomar somente como fonte de renda até o próprio pomar fica triste. A gente tem que ter a visão do todo, que a gente tem que produzir pra ganhar dinheiro sim, mas de uma forma que tenhamos certeza que os nossos netos vão viver da forma como vivemos hoje, e assim que também seja o consumidor. Choca bastante quando a gente vê a forma como se produz no Brasil quando o produtor diz que tal produto é pra vender e esse aqui separado é pra nossa família. Não sei se é falta de interesse do poder público, não tem fiscalização em nada em cima disso. Eu agora a pouco vim de uma propriedade onde a bergamota é 3 vezes o tamanho da minha e a gente sabe que aquilo na verdade é uma caixinha de veneno. Quando o consumidor acha que está alimentando bem o filho está na verdade envenenando o próprio filho. Eu acho que isso choca bastante, isso entristece bastante a gente. Nós temos que evoluir bastante ainda, falta muita coisa melhorar ainda no nosso meio. Eu acho então que a maior mudança está relacionada a mudança de mentalidade da

peessoa. Eu acho que não tem satisfação maior do que você entrar numa propriedade se alimentar bem, estar se alimentando e não somente comendo (Produtor 24).

Se a gente não estivesse estaria pior, não é que depois que entrei na cooperativa fiquei rica, nada disso, mas aqui você tem mais ajuda. Você aprende as coisas, vai aprendendo e fazendo. Gostei e desse lado aí eu não vou sair (Produtora 25).

Então a gente participa mais das coisas, a gente não tem mais medo, a gente vai e participa. Então eu acho que foi uma boa entrar na cooperativa. A qualidade de vida mudou pra melhor. A gente está mais consciente do que quer (Produtora 26).

Sem dúvida, hoje, eu sempre digo, os nossos empreendedores de sucesso da minha idade que tão hoje na agricultura são oriundos desse processo. Todo esse grupo que a gente tem aqui [...] Não me arrependo de nada. Financeiramente, não compensou diretamente, mas indiretamente eu colhi uns frutos, pelo aprendizado que a gente teve, se não fosse por isso, com certeza hoje eu não seria sub-secretário. Ser secretário pra mim foi uma coisa boa. Eu entrei sem pedir e saí porque eu quis. Não precisei de política pra entrar, nunca. Em 5 anos eu não teria me filiado em partido nenhum, porque nunca me pediram pra ser filiado, sempre tive autonomia, isso é importante. Consegui crescer (Produtor 27).

[...] a qualidade de vida do pessoal que está dentro da cooperativa hoje é inquestionável. Se você conhecer os produtores que começaram e os que foram entrando depois e os que estão hoje, não tem nem o que questionar (Produtor 28).

Claro, com a Ecocitrus daí mudou completamente, eles pegavam aqui tudo e a gente confiava, confia muito neles até hoje. O relacionamento com outros produtores ficou muito bom, com todo mundo. É uma turma boa né (risos). Muito positivo pra nós sócios e até positivo pra região, não só pra nós [...] A gente não tem queixa nenhuma. Eu acho que tá andando bem (Produtor 29).

Logo no primeiro relato o produtor afirma ter a consciência de que ele está inserido no processo como um sujeito ativo, e não apenas como expectador. Esse agricultor entende que o patrimônio da cooperativa na verdade é de todos, e não de uma organização ou da diretoria. A cooperativa é apenas uma ferramenta que proporciona *empowerment*. Dessa maneira, esse pensamento reforça a idéia de Romano (2002) que chama atenção para o fato de que não são as organizações – sejam elas do primeiro, segundo ou terceiro setor – que conferem poder ao indivíduo, mas são as pessoas e os grupos sociais que empoderam a si próprios através de suas ações, contando com a colaboração dessas entidades (ROMANO, 2002). O Produtor 7 entende dessa forma e diz que os investimentos realizados pela cooperativa tem como propósito o benefício de todos os associados. Dessa maneira, trazendo de volta o pensamento do Produtor 3 quando comentou sobre as mudanças na estrutura da cooperativa, verifica-se que, assim como esses produtores tem consciência dos benefícios proporcionados pela organização que fazem parte, eles estão cientes dos riscos que também estão implicados nesse contexto.

Na sequência, a Produtora 4 demonstra ter a certeza que o maior ganho que obteve nesse processo foi um aumento na consciência ambiental que resultou na melhoria da sua

qualidade de vida. A mudança para uma produção ecológica fez com que esse produtor conhecesse os benefícios de uma alimentação sem agrotóxicos e deixasse a produção convencional. Além de passar a consumir alimentos de melhor qualidade, o agricultor e sua família passaram a estar menos vulneráveis aos efeitos nocivos que as substâncias químicas aplicadas nos pomares transmitem ao ser humano e ao solo, efeitos esses que puderam ser observados em depoimentos de outros agricultores no decorrer desse estudo. O Produtor 9 apresenta a mesma preocupação ao lembrar dos agricultores que utilizaram agrotóxicos durante toda a vida e hoje colhem os resultados da exposição às substâncias químicas. Além disso, ele comenta que a cooperativa o ajudou a melhorar o relacionamento com outras pessoas, aprendendo a dar valor as opiniões alheias.

Também se referindo ao relacionamento social, o Produtor 10 recorda como era o convívio com outros produtores e quais foram as mudanças sentidas após a participação na cooperativa. Nesse sentido, o que outrora poderia ser considerado como isolamento e individualismo passou a ser encarado como união e cooperação. De acordo com o inquirido, as idas às reuniões, além de mantê-los informados, contribui para manter o grupo sempre coeso. Tais encontros ajudam a manter os produtores animados e, segundo o depoimento do Produtor 14, “trabalhando em prol de um bem comum”.

Como já informado, nem todos os produtores entrevistados eram associados à Ecocitrus desde o início, alguns deles foram entrando com o passar dos anos e outros saíram da categoria de funcionários e se filiaram à cooperativa. O Produtor 17 enquadra-se nessa segunda tipologia de sócio. No seu relato, ele deixa transparecer a sua insatisfação com o trabalho formal que exercia anteriormente, onde havia uma cobrança pelo cumprimento de horários e metas de produtividade. Hoje ele tem consciência das melhorias envolvidas em ser “dono” do próprio negócio, que vão além dos benefícios financeiros, mas também englobam a autoestima e autoconfiança que, segundo autores como Lisboa (2008), são elementos primordiais para a mobilização do sujeito.

Semelhante ao Produtor 9, o Produtor 18 identifica como maior ganho nesse processo a maior aproximação com outras pessoas e o fortalecimento de vínculos. Como já registrado também em outros depoimentos, o isolamento dos produtores da região era corriqueiro, cada agricultor mantinha contato apenas com os intermediários nos momentos de comercialização da produção, não tendo vínculos mais próximos nem mesmo com os vizinhos. O produtor ainda informa que os cursos que são realizados externamente e as visitas técnicas à outras propriedades passaram a ser comuns e os ajudam a ampliar a rede de contatos e estimulam a troca de experiências.

O trabalho em grupo também é mencionado como um dos grandes aprendizados na vida de muitos dos entrevistados. O Produtor 20 reconhece que as mobilizações realizadas em grupo têm uma maior chance de serem exitosas do que iniciativas isoladas. Para Friedmann (1996), grupos organizados e bem articulados conseguem traçar planejamentos que poderão resultar em um eficaz exercício de cidadania.

Tecendo críticas a forma como a mídia apresenta o consumo de produtos orgânicos, o Produtor 22 salienta que a mudança nos seus hábitos alimentares foi uma das alterações mais significativas na sua vida, entretanto, não está satisfeito com a forma com que a produção orgânica é apresentada para o público em geral. Ao fazer uma análise das palavras desse agricultor identifica-se que a sua insatisfação se dá pelo fato de que grande parte da população do Brasil, que é pobre, não tem recursos financeiros suficientes para adquirir produtos orgânicos para o seu consumo, mesmo que pesquisas recentes (SANCHES e MARTINS, 2009) apontem um aumento no consumo de produtos orgânicos no país. De qualquer modo, esse descontentamento faz transparecer uma das críticas ao sistema do comércio justo. De acordo com muitos estudiosos, o *Fair Trade*, apesar da louvável proposta de desenvolver os pequenos produtores dos países do Sul, não resolve por completo o problema da desigualdade e da segurança alimentar, uma vez que as mercadorias provenientes desse mercado ainda têm um valor elevado se comparado aos produtos convencionais. Dessa maneira, a população desprovida de recursos não estará em condições de optar por alimentos cujo valor excede o seu orçamento, cabendo às classes mais abastadas adquirir tais produtos. Entretanto, é importante salientar que a questão alimentar não deve limitar-se a problemas agrícolas ou preocupações relacionadas a fome e a pobreza. De acordo com Leite (2001), essa questão está relacionada a um acesso adequado aos alimentos. Portanto,

[...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (BRASIL, 1996 *apud* LEITE, 2001, p. 147)²¹.

Desse modo, a capacidade de acesso de uma população a alimentos saudáveis está diretamente relacionada ao grau de desigualdade de uma sociedade. Portanto, a crítica do Produtor 22 não é infundada, porém ele não se contenta em fazer a censura e dá sugestões mostrando que com simples ações, como plantar um pé de alface em um vaso, uma família

²¹ BRASIL. **Relatório nacional brasileiro à cúpula mundial da alimentação**. Brasília: Governo do Brasil – Ministério das Relações Exteriores, 1996.

com limitadas condições pode ter uma alimentação livre de produtos químicos. Na mesma linha crítica acerca dos hábitos alimentares da população, esse produtor acredita que o Estado tem uma parcela de culpa na má alimentação, pois, segundo ele, há pouca fiscalização por parte do Poder Público o que permite o exagerado uso de produtos químicos na plantação e produção dos mais variados alimentos. Ao comentar sobre uma visita que fizera a uma propriedade próxima, ele lamenta que, apesar da bergamota vista ali ter o triplo do tamanho da sua, a qualidade da fruta é bem duvidosa. Esse agricultor se diz entristecido ao saber que a população de modo geral alimenta com frutas como essa os seus filhos com a certeza de estar dando o melhor para eles, porém sem saber que no fundo estão contribuindo para a aquisição de futuros males à saúde. Finalizando, o Produtor 24 mostra estar satisfeito com a mudança de mentalidade proporcionada pela entrada na cooperativa.

O discurso da Produtora 26 deixa bem claro que hoje ele encontra-se mais seguro e confiante com relação a si próprio. O agricultor informa que o medo que possuía de participar das atividades do grupo não existe mais e procura participar de maneira mais ativa, demonstrando estar feliz com a sua atual qualidade de vida. Ou seja, como ele mesmo disse: “foi uma boa entrar na cooperativa”.

O Produtor 27 lembra que os agricultores da região, mesmo os que não fazem mais parte da Ecocitrus, se tornaram líderes graças ao trabalho desenvolvido na época do projeto PRORENDA. O fato de alguns deles não estarem mais participando das atividades da cooperativa não significa que deixaram de acreditar na ideologia do grupo ou que estavam insatisfeitos com a sua estrutura. Alguns produtores resolveram se dedicar a outras atividades sem deixar de serem agricultores orgânicos. Há casos de sócios que criaram outras associações e desenvolvem projetos e pesquisas envolvendo a produção biodinâmica e outros que, devido a inserção no espaço político proporcionado pelo poder que a cooperativa passou a ter na região, assumiram cargos na Administração Pública, como foi o caso do Produtor 27. Ele recorda que, apesar de não ter obtido ótimos resultados financeiros, o conhecimento adquirido lhe proporcionou um importante cargo público no seu município. O agricultor recorda com orgulho que não precisou filiar-se partidariamente para exercer o seu mandato e trabalhar da forma que queria, sem a influência de outros políticos. Na última frase do seu depoimento, onde ele diz que conseguiu crescer, evidencia *empowerment* desse produtor. As competências que ele desenvolveu foram fundamentais para sua participação política. No cargo que ocupou, esse produtor teve a oportunidade de lutar por melhorias na qualidade de vida da população local e, como salientam autores como Baquero e Baquero (2007), esse *empowerment* comunitário se evidencia na participação, no planejamento e na execução de

projetos e iniciativas sociais.

A narrativa do Produtor 28, embora sucinta, envolve as alterações nas vidas de três categorias de sócios: os fundadores, os que foram entrando com o passar do tempo e aqueles que permanecem na cooperativa até os dias de hoje. De acordo com esse sócio, que faz parte do primeiro grupo, a qualidade de vida de todos os associados, independente do tempo de filiação, inquestionavelmente mudou para melhor. Esse mesmo produtor, em outro momento da pesquisa, informa que tais transformações positivas ocorreram em âmbito social, político, financeiro e cultural. Segundo Romano e Antunes (2002), o acréscimo de poder relacionado a esses quatro elementos seria imprescindível para a conquista plena dos direitos de cidadania das pessoas em situação desfavorável.

Por fim, o Produtor 29 inicia a sua fala destacando a relação de confiança existente entre os associados da cooperativa. Como já salientado em outros momentos, a segurança que os produtores têm na Ecocitrus é uma das características mais marcantes nessa relação. Experiências frustradas vivenciadas no passado não fizeram com que o ânimo desses trabalhadores esmorecesse, sendo a união e o espírito de cooperação do grupo fatores decisivos para o sucesso do coletivo. Ao utilizar a expressão “é uma turma muito boa” ele resume tudo o que já foi citado até aqui pertinente a relação entre os associados, sejam eles membros do Conselho Administrativo, sócios-fundadores ou associados mais recentes. O pequeno produtor salienta que essa relação ultrapassa os limites da cooperativa e se estende para toda a região, sendo a Ecocitrus reconhecida e admirada por muitos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as noções conceituais adotadas neste estudo, *empowerment* é o acréscimo de poder alcançado por classes historicamente excluídas que ocorre através da conquista plena dos direitos de cidadania e, para que isso ocorra, é preciso se ter consciência sobre a capacidade desses indivíduos de utilizar os recursos conquistados para agir de maneira responsável na busca por tais direitos. Entretanto, ao contrário do que o senso comum muitas vezes pode levar a crer, não se tratam apenas de recursos de ordem financeira, e sim a soma de práticas que envolvem cidadania, autonomia política, cultural e social. Assim, alguns estudiosos acreditam que esse processo acontece de maneira progressiva, onde as etapas avançam iniciando com o inconformismo do indivíduo diante da situação desfavorável a qual se encontra e culminam com a conscientização da sua importância como agente mobilizador de mudanças.

Entre as classes com limitado poder de articulação política e social encontram-se os pequenos produtores rurais dos países em desenvolvimento. Geralmente afastados dos grandes centros urbanos, esses trabalhadores têm restrito acesso à informações e conservam uma histórica relação de dependência com o poder público, acreditando ser essa a única forma de alcançar o desenvolvimento. No entanto, grupos que buscam no sistema cooperativista fontes alternativas de comercialização e seguem os seus princípios de maneira adequada tem a chance de ampliar o “leque” de opções no que tange ao mercado e na relação com outras pessoas. Com a expectativa de ampliar o seu mercado consumidor e dar uma maior visibilidade ao seu produto, esses mesmos produtores organizados buscam selos de certificação como o comércio justo que, a despeito da incipiência no Brasil, vêm apresentando retornos favoráveis para aqueles que fazem uso dele.

Atualmente, existem poucos grupos certificados no país e fatores como a burocracia, falta de informação e dificuldades com a comunicação são apontados como os principais responsáveis pela precária adesão. Embora passando por inúmeros percalços, organizações como a Ecocitrus buscam a certificação por motivos mercadológicos, mesmo que essa conquista não represente grandes alterações na relação com os produtores e com o meio ambiente, uma vez que, por ideologia, evidencia-se a prática de aplicar os preceitos pregados pelo comércio justo, como o pagamento do preço justo, o respeito a igualdade de gênero e a participação democrática.

Dessa maneira, conforme apresentado nos depoimentos citados no presente estudo, a situação dos agricultores na região do Vale do Caí, onde está inserida a Ecocitrus, era em muitos aspectos semelhante, com diversas dificuldades e impedimentos. Assim, através de entrevistas com o objetivo de verificar como ocorre o *empowerment* desses indivíduos, buscou-se identificar os cinco momentos desse acréscimo de poder na vida dos responsáveis pela constituição da cooperativa estudada, destacando os elementos de cada momento vivenciado. Ao analisar o contexto que envolvia os agricultores, onde predominava a pouca participação e o limitado envolvimento, verificou-se que esses trabalhadores muitas vezes eram considerados “reféns” de intermediários que estabeleciam o preço de venda da produção e corriqueiramente deixavam de pagar o valor anteriormente combinado. Com isso, a insatisfação e o inconformismo se tornaram motivadores para a busca de soluções alternativas para a situação a qual se encontravam. Dessa forma, o trabalho em grupo através de associações organizadas veio a ser encarado como alternativa para a ampliação das chances de êxito nas reivindicações coletivas. A partir desse momento pôde-se observar que foram fortalecidos os vínculos que viriam a se tornar duradouros e passa a haver uma conscientização coletiva dos envolvidos.

Com a construção do sentimento de pertencimento coletivo os produtores substituem a produção convencional, baseada no uso de produtos químicos para adubar a plantação, e passam a adotar o cultivo ecológico, produzindo alimentos mais saudáveis e que não representam riscos à natureza. Para que essa mudança fosse possível, os agricultores tiveram que constituir uma nova organização, uma vez que a cooperativa da qual faziam parte não aderiu em unanimidade à nova proposta. Mesmo sofrendo diversos tipos de discriminação entre os outros produtores da região, chegando até mesmo a serem tachados de loucos, os agricultores não se abateram e deram continuidade àquilo que acreditavam.

Com dificuldades no desenvolvimento de técnicas utilizadas nessa forma peculiar de agricultura, os produtores contaram com a colaboração de organizações de cooperação, como a empresa alemã GTZ, e passaram a ter conhecimentos mais aprofundados sobre o manejo orgânico que resultaram na criação de uma usina de transformação de resíduos industriais em adubo. Através do projeto PRORENDA o grupo obteve a capacitação necessária, pois, a partir desse envolvimento, os produtores passaram a entender como vital para o pleno entendimento dos aspectos sociais e políticos abrangidos nas reivindicações e, assim, buscaram ampliar as suas habilidades de gestão. No entanto, conforme demonstrado no presente estudo, o surgimento de lideranças entre as camadas excluídas não está atrelado a um tipo de educação formal ensinado em instituições educacionais. Muitas vezes as pessoas que tomam a dianteira

na mobilização de ações o fazem por iniciativa própria, independentemente do nível de escolaridade. De acordo com os autores estudados, o *empowerment* não é uma técnica que se ensina em sala de aula.

Após as quatro etapas utilizadas como categorias de análise – contexto, motivação, engajamento e integração – constatou-se que em todas elas passa a existir uma conscientização por parte dos produtores envolvidos na concepção da cooperativa de citricultores das suas capacidades de mobilização e transformação da realidade anteriormente vivenciada. Os agricultores passam a nutrir sentimentos de autoconfiança e sensibilização que resultam em transformações positivas em nível individual e coletivo. Ademais, as mudanças também são refletidas até mesmo nas relações com pessoas alheias à cooperativa, transformando o individualismo e o isolamento em integração e apoio mútuo.

É importante destacar também que a mudança de pensamento quanto ao sistema cooperativista fez com que os membros da Ecocitrus alterassem as suas posturas com relação à entrada de novos sócios. O temor do individualismo e do oportunismo foi quebrado a partir do momento que tais produtores tiveram um melhor entendimento sobre os princípios do cooperativismo, em especial o preceito da Livre Adesão. Após duplicar o número de associados, a cooperativa ainda enfrenta problemas internos, entretanto, foi possível identificar que os benefícios são maiores que as dificuldades, particularmente de gestão.

Como principal limitação identificada na realização deste estudo é possível enfatizar a inviabilidade de se manter contato com todos os 15 fundadores da cooperativa, uma vez que 3 membros já não mais faziam parte do grupo e a realização de contatos não foi possível. O autor acredita que tais ausências de informações não chegaram a prejudicar o desenvolvimento do trabalho, porém, os relatos de tais membros-fundadores poderiam contribuir para uma completa interpretação das informações sobre o processo de constituição e fortalecimento do grupo.

Finalmente, acredita-se que o modelo cooperativista adotado pela Ecocitrus tem contribuído para o *empowerment* dos seus associados, uma vez que esses trabalhadores conseguiram sair de uma situação desfavorável e com poucas perspectivas e, através do engajamento e integração, se mobilizaram para a reversão de tal quadro. Nos depoimentos de todos os entrevistados, em especial dos sócios-fundadores, identificou-se a consciência que possuem atualmente da importância que essa organização tem para as suas vidas e reconhecem os benefícios colhidos do trabalho realizado. Esses mesmos produtores admitem que a qualidade de vida deles e de suas famílias mudou para melhor com a entrada na cooperativa e que esta associação está contribuindo para o desenvolvimento de toda uma

região.

Portanto, acredita-se que essa pesquisa, ao descrever e analisar entrevistas e documentos, possa contribuir para conhecer a realidade da Ecocitrus e haver uma maior difusão de práticas que contribuam para a promoção da igualdade e do desenvolvimento social. Espera-se também que sirva de incentivo para a ampliação de estudos envolvendo os princípios de justiça e igualdade no meio rural, aumentando significativamente o número de estudos nessa área .

REFERÊNCIAS

- ABECITRUS. Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos. **Estatísticas** – Exportação de laranja (*in natura*). Disponível em < http://www.abecitrus.com.br/exp_laranja.html > Acesso em: 12 mar 2009.
- ACI – Aliança Cooperativa Internacional. **Home**. Disponível em < www.ica.coop/es/ > Acesso em: 20 fev 2010.
- ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de *et al.* **Uma análise comparativa entre três cooperativas rurais**: condicionantes psicossociais de influência no seu êxito ou fracasso. In: ANPEP, Ribeirão Preto, 1998.
Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/pospsi/drvs/producao_anais/1999-UmaAnaliseComparativaEntreTresCooperativasRurais.pdf> Acesso em: 11 dez 2009.
- ALTAFIN, Iara Guimarães. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. (Brochura de circulação restrita). 2007.
- ALVAREZ, Denise; SUAREZ, José Diego; PEREIRA, Renata *et al.* **Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ)**. Gestão & Produção, São Carlos, vol.14, nº 1, pp.55-68, 2007.
- ANTEAG. Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. **Quem somos**. Disponível em < <http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=7> > Acesso em: 22 dez 2009.
- ANUARIO DEL COMERCIO JUSTO: 1998-2000. **European Fair Trade Association**. EFTA, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BANDEIRA. Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão No. 630. Brasília: IPEA, 1999.
- BAQUERO, Marcello. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. In: WENDHAUSEN, Águeda L. P.; BARBOSA, Tatiane Muniz and BORBA, Maria Clara de. **Empowerment and resources for participation in management councils**. *Saude soc.*, vol.15, no.3, p.131-144, Sept./Dec. 2006.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. **Trazendo o cidadão para a arena pública: capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 125-150 jan/abr 2007.
- BARBOSA, T. **Agricultura de baixa renda**: questão e opções de desenvolvimento. Revista de Economia Rural, Brasília, v.16, n.3, 1978.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BATISTA, Débora Cristiane Pohren; BERNHARD, Tânia; AZEVEDO, Elvira Clara Gonçalves de. **Viabilidade da produção ecológica de Citrus no interior de Montenegro/RS**. Caderno de Pesquisa Série Biologia da UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, v. 14, n. 2, p. 7-15, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BONINE, D. P. & JOÃO, P. L. **Estudo da cadeia produtiva dos citros no Vale do Caí/RS**. Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2002.

BORGES, André. **Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 52, São Paulo, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-lei N. 5.764/71**, de 16 de Dezembro de 1971.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Economia solidária; **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao_sistema.asp > Acesso em: 27 out 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Notícias; **Ecocitrus promove agricultura familiar ecológica**. Portal do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.pagarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=6570 > Acesso em: 18 mar. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Comércio Exterior; Estatísticas de comércio exterior; Outras estatísticas de comércio exterior; **Exportações de produtos orgânicos**. Países de destino. Disponível em: < http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1233237313.xls > Acesso em: 17 mar. 2009.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

_____. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CABANILLAS, Miguel Costa. *El modelo de potenciación: empowerment*. In: *El marco de la nueva ley de infancia y aplicación de los programas de protección* (módulo II). Plan de formación 2004, 2004.

CÂNDIDO, Maria Henrique. **Dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do posto administrativo de Changalane em Maputo-Moçambique**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, Sérgio Resende. **Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de promoção à saúde.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088 - 1095, jul-ago. 2004.

CERVO, Armando Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Notícias; **Cooperativismo no mundo** – número de associados. 06 abril 2008.

Disponível em < www.cooperativismodecredito.com.br/noticias/labels/EUA.html > Acesso em: 20 de fev 2010.

COSTA, Antonio José Faria da. Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – **ECOCITRUS.** Pólis Publicações (Instituto Pólis), v. 40, p. 41-50, 2002.

COSTA, Márcia da Silva. **Relações de trabalho e regimes de emprego no Canadá e no Brasil:** um estudo comparativo. RAE Eletrônica, v.6, n.2, jul./dez. 2007a.

COSTA, Luciano de Souza. **O cooperativismo:** uma reflexão teórica. Ciências Sociais em Perspectiva (6) II, 55-64p. 2007b.

COTERA, Alfonso. **O comércio justo a partir das perspectivas dos países do sul.** In: FRANÇA, Cássio Luiz de (Org.). Comércio ético e solidário no Brasil. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert / ILDES, dez 2003.

CRUZ, Paulo Sergio Alves de. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: COP Editora, 2002.

CSF – *Cooperativas Sin Fronteras. Quiénes somos.* Disponível em < <http://www.cooperativasinfronteras.net/> > Acesso em: 22 dez 2009.

DAHL, Robert. **Uma crítica do modelo de elite dirigente.** In: AMORIN, Maria Stella. **Sociologia Política II.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

DIAS, Rogério Pereira. **Pró-orgânico.** Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável. Coordenação de Agroecologia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, 2006.

Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/MENU_LATERAL/AGRICULTURA_PECUARIA/PRODUTOS_ORGANICOS/AO_DADOS_ESTATISTICAS/SITUA%C7%C3O%20DA%20PRODU%C7%C3O%20ORG%C2NICA%202006.PDF > Acesso em: 17 mar. 2009.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A reprodução social.** Vol. 3: Descentralização e participação: as novas tendências. Petrópolis, Vozes, 2003.

DUARTE, Rosália Maria. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** In: Educar em Revista.

Curitiba: Ed. UFPR, n. 24 (jul./dez. 2004), p. 213-225.

ECOCITRUS. A cooperativa. **Agricultores familiares produzem frutas sem uso de agrotóxicos.** Disponível em < <http://www.ecocitrus.com.br/cooperativa.htm> > Acesso em 23 dez 2009a.

_____. A cooperativa. **Usina de compostagem.** Disponível em < <http://www.ecocitrus.com.br/cooperativa-usina.htm> > Acesso em: 23 dez 2009b.

_____. A cooperativa. **Agroindústria.** Disponível < <http://www.ecocitrus.com.br/cooperativa-agro.htm> > Acesso em: 23 dez 2009c.

EMATER/RS. **Estudo da cadeia de citros no Vale do Caí/RS.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.

ETGETO, Anderson Augusto *et al.* **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil.** Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais. v. 2, n. 1, p. 7-19, jan-jun 2005.

ÉTICA COMÉRCIO SOLIDÁRIO. **Comércio Justo.** Disponível em: < http://www.eticabrasil.com.br/site/comercio_justo.php > Acesso em: 18 mar. 2009.

EW, Ani Rení. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos COSUEL e COAPEL – anos 90.** 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Curso de Pós-graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FACES DO BRASIL. **Comércio Justo no mundo.** Como acessar. Disponível em: < <http://www.facesdobrasil.org.br/como-acessar.html> > Acesso em: 18 mar. 2009.

FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations. Statistics.* Disponível em: < www.fao.org > Acesso em: 12 dez 2009.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. Estatísticas FEE; PIB; PIB Estadual – desempenho da economia 2008; **O produto interno bruto da economia gaúcha em 2008.** FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social, Porto Alegre, 2008.

Disponível em: < http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_estado_desempenho.php > Acesso em: 06 fev 2009.

FERREIRA, Victor. **O sistema de certificação internacional de comércio justo: a experiência da Fairtrade Labelling Organizations.** In: FRANÇA, Cássio Luiz de (Org.). *Comércio ético e solidário no Brasil.* São Paulo, Fundação Friedrich Ebert / ILDES, dez 2003.

FLO. *Fairtrade Labelling Organization. Annual Report 2007. Fairtrade Labelling Organization International,* 32p. 2007.

Disponível em < http://www.fairtrade.net/uploads/media/FLO_AR2008.pdf > Acesso em: 26 mar. 2009.

_____. **Home**. Disponível em < <http://www.fairtrade.net/> > Acesso em: 05 jan 2009a.

_____. **Fairtrade Producers**. Disponível em < <http://www.fairtrade.net/producers.html?&L=1> > Acesso em: 05 jan 2009b.

_____. **Standards**. Disponível em < <http://www.fairtrade.net/standards.html?&L=1> > Acesso em: 05 jan 2009c.

FLO-Cert. *Fairtrade Labelling Organization. Certification. Know the process*. Disponível em < <http://www.flo-cert.net/flo-cert/main.php?lv=2&p=2> > Acesso em: 05 jan 2009.

FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado, (Org.) **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo, Instituto Pólis, 2002. 184p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRETEL, Afonso Cotera; SIMONCELLI-BOURQUE, Eloise. **O Comércio Justo e o Consumo Ético**. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2003.

FRIEDMAN, John. **Empowerment** - uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996.

FUNDAÇÃO GAIA. **José Lutzenberger**. Disponível em < <http://www.fgaia.org.br/apres-lutz.html> > Acesso em 25 dez 2009.

GARCIA, Rodrigo Fernandes. **Cooperativas de trabalho: fraude aos direitos dos trabalhadores**. In: Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Campo Grande, 2001.

GARCÍA, Jordi; VIA, Jordi e XIRINACS, Lluís M. **La dimensión cooperativa: Economía solidaria y transformación social**. Icaria-Antrazyt, Barcelona, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GILSSEMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

GRÜNINGER, Beat; URIARTE, Alex. **Fair Trade: uma introdução e algumas considerações**. In: FRANÇA, Cássio Luiz de (Org.). **Comércio Ético e Solidário**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert / ILDES, dez 2002.

GRÜNINGER, Beat. **Comércio Justo (Fair Trade): compras com gosto social**. São Paulo: *Business and Social Development* (BSD-Brasil), 2004.

IDE, Roberto Minoru. **Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista**. *Psicologia & Sociedade*, 17 (2), 70-78. 2005.

IFAT - *International Federation for Alternative Trade*. 2001. Oxon, UK. *The IFAT Directory* 2001/2002.

INSTITUTO FAIRTRADE-BRASIL. **Comércio justo certificado *Fairtrade***: uma garantia para todos. Instituto Fairtrade-Brasil. São Paulo, 2009.

Disponível em < http://www.britcham.com.br/download/veronica_rubio.ppt#463,14, Previsão de licenças > Acesso em: 18 mar. 2009.

IORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Action Aid Brasil. Rio de Janeiro, 2002. p 21-44.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Desafios do desenvolvimento**, 2008. Disponível em < http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=6814 > Acesso em: 12 out 2009.

JORNAL IBIÁ. Publicidade; O mercado; **Montenegro**: nosso capital é a qualidade de vida. Disponível em: < http://www.jornalibia.com.br/institucional/publicidade_mercado_monte.php > Acesso em: 04 jan 2009.

KIEFFER, Charles H. *Citizen empowerment: A development perspective*. Prevention in Human Services (pp. 9–36). New York: Haworth, 1984.

KOLLER, Otto Carlos. **Citricultura**: laranja, limão e tangerina. Porto Alegre: Rigel, 1994.

LAFORGA, Gilmar; EID, Farid. **Certificação Social**: potencialidades do comércio justo para a agricultura familiar brasileira. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2005.

LAMBERT, Paul. *La doctrina cooperativa*. 3 ed. Intercoop: Buenos Aires, 1970.

LAWSON, A. *Freedom to be one's self: Appalachian women's perspectives on empowerment*. Blackburg Virginia: The Virginia Polytechinc, 2001.

LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

LISBOA, Tereza Kleba. **Gênero, classe e etnia**: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

_____. **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas**. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, 2007.

_____. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis. Seminário Internacional fazendo Gênero 8. Florianópolis, 2008.

MATTOS, Ana Maria; SOARES, Mônica Fonseca; FRAGA, Tânia. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Escola de Administração**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MEINEM, Ênio; DOMINGUES, Jéferson Nercolini; DOMINGUES, Jose Aparecida Stefanos. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Sagra Luzatto: 2002.

MONTAÑO, Sonia. *Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estrategia de la lucha contra la pobreza*. In: CEPAL - *Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Trigésima tercera reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer en América Latina y el Caribe*. Puerto España, Trinidad y Tabago, 9 al 11 de oct de 2001

NASSIF, Luís. **O novo cooperativismo**. Federação e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (OCB/RJ). Rio de Janeiro, 2008.
Disponível < <http://www.ocbrj.coop.br/artigos/artigo.asp?id=11> > Acesso em: 26 mar. 2009.

NEAD. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Notícias agrárias. **Parlamentares gaúchos discutem pesquisa do NEAD sobre o PIB da agricultura familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2005.
Disponível em: < <http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?noticia=1395&boletim=274> > Acesso em: 06 jan 2009.

NORONHA, Eduardo G. **O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil**. Dados, v.43, n.2, 2000.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 nov 2009.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo, História**. Disponível em: < <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp> > Acesso em: 06 jan 2009.

OEI. *Organización de Estados Iberoamericanos*. Notícias; **Brasil – Instituto Pró-livro**. Disponível em: < <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article2756> > Acesso em: 27 fev 2009.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Maria Katherine Santos de; MELO, Regina. **Redes solidárias e mercado justo: alternativas para a planetariedade sustentável**. T&C Amazônia, Ano 1, n. 3, dez 2003.

PALMA, Lisiane Célia *et al.* **Gestão ecocêntrica na cadeia orgânica de citros: um estudo de caso na cooperativa dos Citrocultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus)**. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão – CNEG. **Anais...** Niterói: UFF, 2006.

PANZENHAGEM, Nestor Valtir. **A produção orgânica de citros no Vale do Rio Caí/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese). Faculdade de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia. Porto Alegre, 2004.

PARASUNAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PEREZ, Anna. *La alternativa del comercio justo en América Latina*. Mémoire de Maitrise L.E.A presente à Université de Provence, Aix-Marseille, 2003.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento Econômico**. In: A problemática do desenvolvimento econômico, Fundação Friedrich Naumann, São Paulo, 1974.

_____. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

_____. **Cooperativismo** - Fundamentos Doutrinários e Teóricos - Série Estudos e Pesquisas, n 1. 1. ed. São Paulo: ICA - Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 2001. v. 1. 34 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Pobreza e desigualdade. Reportagens. **Grande Salvador é mais desigual que Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil, 2006.

Disponível em http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2498&lay=pde Acesso em: 26 mar. 2009.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. New York, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLSBY, N. *Community power and political theory*. New Haven, Yale University Press, 1963.

PREFEITURA DE MONTENEGRO. **Montenegro: Ecocitrus procura apoio da Administração Municipal**. Assessoria de Comunicação. Montenegro, 2009.

Disponível em < <http://programafalasefatos.blogspot.com/2009/01/montenegro-ecocitrus-procura-apoio-da.html> > Acesso em 25 mar. 2009.

_____. Município; **Dados citricultura**. Disponível em < http://201.41.59.99/home/show_page.asp?user=&id_CONTEUDO=2098&codID_CAT=503&imgCAT=&id_SERVICO=&categoria=Município > Acesso em: 17 dez. 2008.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Empoderamento**: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROMANO, Jorge Osvaldo; ANTUNES, Marta. **Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza**. In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SABOURIN, Eric (org.). **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 6, n. 23, 2006.

SANCHES, Luana; MARTINS, Giuliano. **Orgânicos são consumidos por 9% da população**. Departamento de Comunicação da FETAESP, 2009.

SCHÄFER, G.; DORNELLES, A.L.C. **Produção de mudas cítricas no Rio Grande do Sul - diagnóstico da região produtora**. Ciência Rural, Santa Maria, v.30, n.4, p.587-592, 2000.

SCHIMITZ, E. H. **Situação atual e perspectivas da citricultura no Vale do Caí/RS**. In: Reunião Técnica de Fruticultura, 5., 1998, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: FEPAGRO, 1998.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2 ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais**. In: Revista de Economia e Sociologia Rural. SOBER, Brasília, v. 39, p. 117-142, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Comércio Justo. Pesquisa Mundial**. Apostila elaborada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Brasília, 2004.

_____. **Comércio Justo. Pesquisa Mundial**. Apostila elaborada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Brasília, 2007.

SEBRAE. **Cooperativa, o que é?** Disponível em <
<http://www.sebraenet.com.br/culturadacooperacao/cooperativismo/cooperativa%20o%20que%20e.htm>> Acesso em: 21 nov 2009.

SEVERO, Lessandra Scherer; PEDROZO, Eugênio Ávila. **A Citricultura Orgânica na Região do Vale do Caí – RS: racionalidade substantiva ou instrumental?** In: IV Encontro de Estudos Organizacionais - ENEO, 2006, Porto Alegre - RS. Encontro de Estudos Organizacionais - ENEO 2006. Rio de Janeiro - RJ : ANPAD, 2006.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças – O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Banco Central do Brasil. 2 ed. Brasília, 2008.

SZÉLL, G. *Concise Encyclopaedia of Participation and Co-Management*. Berlín, Walter de Gruyter, 1992.

TANAC. **Histórico**. Disponível em <
<http://www.tanac.com.br/PT/institucional.php?codCategoriaMenu=148&nomArea=Hist??o&codDado=2&menu=138> > Acesso em: 22 dez 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, E. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment**, sua história, teorias e estratégias. Rio de Janeiro: Paulus, 2003.

VIEIRA, Luciana Marques; MAIA, Tatiana e SOUZA, Marianne Swirski de. **Os canais de distribuição de produtos orgânicos e éticos: um estudo de caso da Eco-citrus**. In: simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. 11., 2008, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

WALLERSTEIN, Nina; BERNSTEIN, Edward. **Introducion to community empowerment, participation, education and health**. *Health Education Quarterly: Special Issue Community Empowerment Participation, Education and Health – Part I*. V. 21, n. 2, p. 141-170, 1994.

WHO. *World Health Association. Qualitative Research for health programmes. Division of Mental Health*. Geneva: WHO, 1994.

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Entrevistador		
Local da entrevista		
Entrevistado		
Telefone	Sexo M () F ()	Data nasc.
Escolaridade	Estado civil	
Endereço		

Trajatória de vida

- Como veio a ser produtor
- História da família na região
- Vida antes de entrar na cooperativa
- Dificuldades enfrentadas
- Harmonicitrus (se fez parte da associação e do processo de formação do grupo, como ocorreu, grupo PRORENDA)

Processo de entrada na cooperativa

- De que forma ocorreu a entrada (convite, foi um dos fundadores)
- Mudanças necessárias para ingressar (saída da produção convencional)
- Motivações para entrada no ecológico
- Tempo que levou para se adaptar
- Dificuldades nesse processo
- Formação do grupo

Relação com a cooperativa

- Freqüência à sede
- Participação nas reuniões e atividades
- Acesso às informações
- Estímulo a participação
- Relação com outros sócios
- Participação das mulheres

Participação econômica

- Satisfação com os recursos financeiros através da cooperativa
- Desembolso para fazer parte da cooperativa

Mudanças

- Mudanças na vida após a criação da cooperativa (mudanças na forma de pensar, engajamento político, relação com outras pessoas, benefícios financeiros, acesso a informações que antes não tinha)

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 ADMINISTRAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO

Venho através desse, solicitar o seu consentimento para registrar em gravação, de forma digital, o seu depoimento, que contribuirá para a elaboração da pesquisa acadêmica “**Momentos de *empowerment*: estratégias de pequenos produtores cooperados vinculados à agricultura familiar no Rio Grande do Sul**”, realizada por alunos do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O objetivo dessa pesquisa é identificar como ocorreu a constituição da cooperativa Ecocitrus e se as transformações ocorridas nesse período contribuíram para o acréscimo de poder dos associados.

Esclareço que será mantido o sigilo sobre todas as informações prestadas, assim como, o anonimato e independência em relação a hierarquia da instituição a qual o respondente está vinculado, não implicando a participação nesse trabalho em risco de nenhuma natureza; sendo garantido, ainda, o direito de desistência ao participante em qualquer fase da pesquisa.

O pesquisador se comprometerá a devolver os dados obtidos através do relatório de conclusão da pesquisa.

Concordo em participar da pesquisa,

_____, ____ de _____, 2009

 Participante

 Fabiano Santana dos Santos
 Mestrando PPGA/UFRGS
 Contato: (51) 8543-1120

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

**Termo de Solicitação de Responsabilidade de Coleta de dados**

À Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (Ecocitrus)

Porto Alegre, _____ de _____ 2009.

Eu, Fabiano Santana dos Santos, aluno do Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Sobre o Terceiro Setor (NIPETS), autor da pesquisa “**Momentos de empowerment: estratégias de pequenos produtores cooperados vinculados à agricultura familiar no Rio Grande do Sul**”, cujo objetivo é identificar se o comércio justo tem contribuído para o empoderamento dos pequenos produtores rurais e suas famílias inseridas no sistema cooperativista no município de Montenegro/RS, pelo presente termo solicito acesso aos registros históricos da cooperativa e informações numéricas referentes à produção dos cooperados, bem como outras informações que a Diretoria julgue relevantes para o desenvolvimento do trabalho. Comprometo-me, ainda, a não danificar ou realizar uso indevido do material e, após o término do estudo, remeter a essa Diretoria cópia final do trabalho.

Atenciosamente,

Fabiano Santana dos Santos
Mestrando PPGA/UFRGS